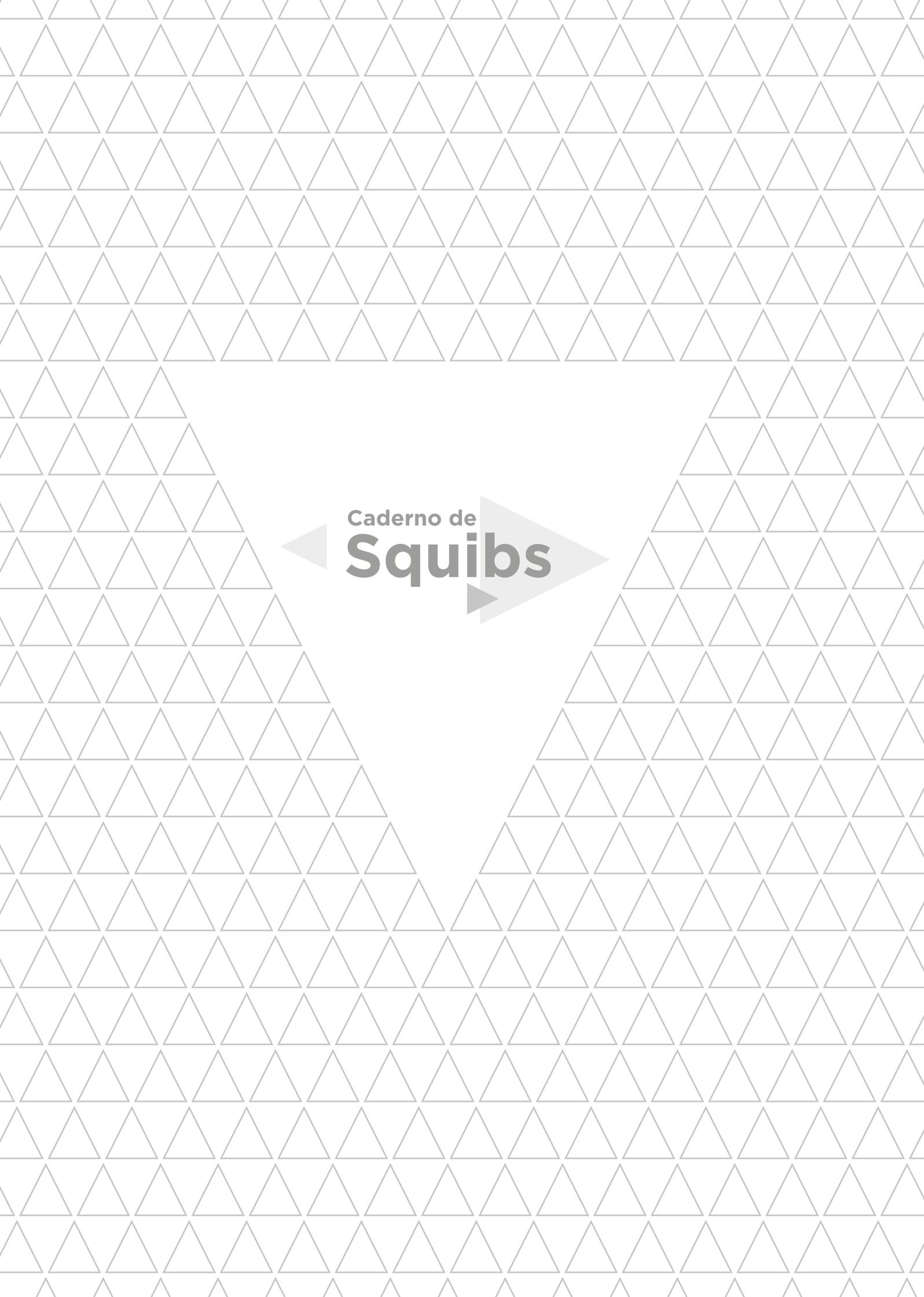




Caderno de
Squibs

TEMAS EM ESTUDOS FORMAIS DA
LINGUAGEM

V. 4 - N. 2 - 2018



Caderno de
Squibs

ORGANIZADORES

Helena da Silva Guerra Vicente

Universidade de Brasília

Marcus Vinicius da Silva Lunguinho

Universidade de Brasília

Paulo Medeiros Júnior

Universidade de Brasília

Elisabete Luciana Morais Ferreira

Universidade de Brasília

Arion de Souza Cruz

Universidade de Brasília

CONSELHO EDITORIAL

Heloisa Maria Moreira Lima de Almeida Salles

Universidade de Brasília

Rozana Reigota Naves

Universidade de Brasília

Helena da Silva Guerra Vicente

Universidade de Brasília

Eloisa Nascimento Silva Pilati

Universidade de Brasília

Marcus Vinicius da Silva Lunguinho

Universidade de Brasília

Paulo Medeiros Júnior

Universidade de Brasília

Paula Guedes Baron

Universidade de Brasília

Elisabete Luciana Morais Ferreira

Universidade de Brasília

Bruna Elisa da Costa Moreira

Universidade de Brasília (egressa)

Cristiany Fernandes da Silva

Universidade de Brasília (egressa)

APOIO

Laboratório de Estudos Formais da Gramática – LEFOG
Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL



Universidade de Brasília

CONSELHO CIENTÍFICO

Aroldo Leal de Andrade

Universidade Federal de Minas Gerais

Marina Rosa Ana Augusto

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Indaiá de Santana Bassani

Universidade Federal de São Paulo

Simone Lúcia Guesser

Universidade Federal de Roraima

Ana Paula Quadros Gomes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Suzi de Oliveira Lima

University of Toronto

Telma Moreira Vianna Magalhães

Universidade Federal de Alagoas

Rafael Dias Minussi

Universidade Federal de São Paulo

José Ferrari Neto

Universidade Federal da Paraíba

Roberta Pires de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina

Gabriel de Avila Othero

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sandra Quarezemin

Universidade Federal de Santa Catarina

Núbia Saraiva Ferreira Rech

Universidade Federal de Santa Catarina

Marcelo Amorim Sibaldo

Universidade Federal de Pernambuco

Claudia Roberta Tavares Silva

Universidade Federal de Pernambuco

André Luis Antonelli

Universidade Estadual de Maringá

Julio William Curvelo Barbosa

Universidade Estadual do Paraná

Fábio Bonfim Duarte

Universidade Federal de Minas Gerais

Andrew Nevins

Universidade Federal do Rio de Janeiro
University College London

Andrea Knöpfle

Marcus Vinicius da Silva Lunguinho

Universidade de Brasília

Alessandro Boechat de Medeiros

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Bruna Elisa da Costa Moreira

Jairo Morais Nunes

Universidade de São Paulo

Déborah de Mendonça Oliveira

Universidade Católica de Brasília

Lilian Coelho Pires

Univ. do Estado de Santa Catarina

Poliana Camargo Rabelo

Ana Paula Scher

Universidade de São Paulo

Maria Cristina Figueiredo Silva

Universidade Federal do Paraná

Keli Cristiane Eugênio Souto

Universidade Estadual de Montes Claros

Zenaide Dias Teixeira

Universidade Estadual de Goiás

Thiago Costa Chacon

Universidade de Brasília

Aveliny Montovan Lima

Universidade de Brasília

Ezekiel J. Panitz

Universidade de São Paulo

Leonor Simioni

Universidade Federal do Pampa

Cilene Rodrigues

Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro

Patricia de Araujo Rodrigues

Universidade Federal do Paraná

Helena da Silva Guerra Vicente

Universidade de Brasília

Rerisson Cavalcante de Araújo

Universidade Federal da Bahia

Eloisa Nascimento Silva Pilati

Universidade de Brasília

Carlos Felipe da Conceição Pinto

Universidade Federal da Bahia

Lara Frutos González

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Rozana Reigota Naves

Universidade de Brasília

Teresa Cristina Wachowicz

Universidade Federal do Paraná

Virgínia Andrea Garrido Meirelles

Universidade de Brasília

Esmeralda Vailati Negrão

Universidade de São Paulo

Heloisa Maria M. Lima de Almeida Salles

Universidade de Brasília

Maria José Gnatta Dalcuche Foltran

Universidade Federal do Paraná

Roberlei Alves Bertucci

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Marcos Barbosa Carreira

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Eneida de Goes Leal

Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Ruth Elisabeth Vasconcellos Lopes

Universidade Estadual de Campinas

Luisandro Mendes de Souza

Universidade Federal do Paraná

Luciana Sanchez Mendes

Universidade Federal Fluminense

Paulo Medeiros Júnior

Universidade de Brasília

LEITURA E PREPARAÇÃO DOS MANUSCRITOS

Elisabete Luciana Morais Ferreira

Arion de Souza Cruz

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Rodrigo Araújo

Linguística. UnB. Caderno de *Squibs*: temas em estudos formais da linguagem. Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Laboratório de Estudos Formais da Gramática (LEFOG).
Vol.4, N.2 (dez. 2018). Brasília, DF: Universidade de Brasília.
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas.
Semestral. 2015.

ISSN: 2447-1372 (VERSÃO ON-LINE)

CDD 410

CDU 81



SUMÁRIO

8 NOTA INICIAL

10 APRESENTAÇÃO

ARTIGO CONVIDADO

14 DEFECTIVIDADE COMO UMA JANELA PARA A ARQUITETURA DA GRAMÁTICA: FORMAS VERBAIS INEFÁVEIS DO PORTUGUÊS

Ana Paula Scher
Giulia Yokomizo Girardi

SQUIBS

32 AINDA SOBRE POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA NO PORTUGUÊS

Raquel Meister Ko. Freitag
Manoel Siqueira

45 INTERPRETAÇÃO DE PRONOMES DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL

Josilene de Jesus Mendonça

55 NOMINAIS NUS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: AS PARTICULARIDADES DO SINGULAR NU

Pamella Soares Rosa

65 DROPS DE SEMÂNTICA: DE ONDE VIERAM E PARA ONDE VÃO AS ÂNCORAS?

Yuri Penz

76 O DESENVOLVIMENTO DE PRONOMES MARCADOS NO PORTUGUÊS: A RELAÇÃO COM AS ESCALAS HIERÁRQUICAS

Aline Jéssica Pires

86 A INTERFACE SINTAXE-FONOLOGIA NO CASO DOS *BLENDS*

César Elidio Marangoni Junior



NOTA INICIAL



NOTA INICIAL

OTA

ICIAL

SOBRE O TERMO *SQUIB* EM LINGUÍSTICA POR MARCUS LUNGUINHO

O termo *squib*, tal qual se conhece em Linguística, é uma criação atribuída ao linguista John Robert Ross e se refere a um gênero textual que ficou popular a partir dos anos 1960 com a revista *Linguistic Inquiry*, que teve Ross como um dos primeiros responsáveis pela seção destinada justamente à publicação desse tipo de textos, denominada *Squibs and Discussion*.¹

Como um gênero textual, o *squib* apresenta características específicas tanto de forma quanto de conteúdo. No que se refere à forma, um *squib* é um texto curto, cuja extensão é medida em termos de páginas ou de número de palavras a depender do periódico. Por exemplo, na revista *Linguistic Inquiry*, o manuscrito de um *squib* não pode ultrapassar doze páginas escritas em espaço duplo.² Já na revista brasileira D.E.L.T.A. (Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada), o manuscrito de um *squib* deve ter extensão máxima de 6000 palavras.³

No que se refere ao conteúdo, um *squib* é um texto que aborda questões pontuais, tanto de natureza teórica quanto empírica. Do ponto de vista teórico, um *squib* pode trazer uma reflexão crítica sobre aspectos internos de uma teoria, tais como inconsistências internas, pressupostos que não estão apresentados de maneira explícita ou que precisam ser incorporados de modo a que essa teoria possa fazer as previsões corretas e/ou desejáveis. Já do ponto de vista empírico, um *squib* pode apresentar um conjunto de dados que servem para confirmar as previsões de uma teoria ou que se configuram como problemas para essa teoria. Os problemas apontados no *squib* podem ou não ser resolvidos. Além dessas questões teóricas e empíricas, um *squib* também pode servir para trazer à luz para a comunidade científica uma literatura pouco conhecida ou esquecida, em que questões importantes ou dados relevantes são discutidos. Em resumo, a função de um *squib* é fomentar a pesquisa ou apresentar observações teóricas que são de interesse para a pesquisa.⁴

1 Segundo o que se apresenta em: <https://www.ucl.ac.uk/pals/research/linguistics/li-squibs>. Nessa página, o leitor pode ainda ter acesso a um depoimento do próprio Ross acerca da etimologia da palavra *squib*.

2 De acordo com as orientações que se encontram em: <http://www.mitpressjournals.org/page/sub/ling>.

3 Conforme se lê nas orientações constantes em: <http://www.scielo.br/revistas/delta/iinstruc.htm>.

4 As informações deste parágrafo são, em grande parte, baseadas em: <http://www.ledonline.it/snippets/>.



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A
Ç
Ã
O



É com imenso prazer e orgulho que apresentamos mais uma edição do **Caderno de Squibs: Temas em estudos formais da linguagem**, publicação coordenada pelo Laboratório de Estudos Formais da Gramática (LEFOG/UnB), cujo objetivo é congrega docentes e discentes na tarefa de divulgar conhecimento científico na área da Linguística de vertente formal. Apesar de estar sendo lançado em maio de 2020 (diga-se de passagem, em meio à pandemia da Covid-19, para que se registre esse momento triste e histórico pelo qual o mundo está passando), trata-se de um número retroativo ao segundo semestre de 2018. Assim, para fins de citação dos trabalhos, é esta última informação que deve ser utilizada. Este número compõe-se de sete textos: um deles na seção *Artigo Convidado* e seis na seção *Squibs*.

Diante da grande acolhida por parte da comunidade universitária e diante dos pedidos dos colegas, há tempos vínhamos pensando na possibilidade de abrir o **Caderno de Squibs** à submissão de artigos, e, nesta edição, essa possibilidade finalmente se concretiza com a publicação do artigo convidado de Ana Paula Scher e Giulia Yokomizo Girardi, **Defectividade como uma janela para a arquitetura da gramática: formas inefáveis do português**. Nesse trabalho, as autoras recorrem a desenvolvimentos recentes da Morfologia Distribuída para explicar a existência de formas verbais defectivas, como as formas da 1ª pessoa do singular de verbos como *banir*, *abolir*, *falir* e *delinquir*. De acordo com Scher e Girardi, “contextos sintáticos específicos podem levar uma raiz a não realizar a fonologia que lhe é canonicamente atribuída”.

Ainda sobre possessivos de terceira pessoa no português, de Raquel Meister Ko. Freitag e Manoel Siqueira, ainda que se assemelhe a um artigo, por conter uma proposta fechada, com resultados, é um texto que apresenta uma característica marcante do gênero *squib*, qual seja, a de promover o resgate de um tema pouco explorado ou há tempos esquecido — nesse caso, o dos possessivos de terceira pessoa (PP3) *seu* e *dele*. A análise dos autores conclui que as gramáticas contemporâneas investigadas não dão conta da efetividade dos usos desses possessivos e corrobora duas hipóteses: a da dominância pronominal (MACKAY; FULKERSON, 1979), em que o PP3 do gênero masculino retoma referentes neutros, e a hipótese da distribuição complementar (MULLER, 1997) desses elementos, em que *seu* funciona como variante presa e *dele* expressa correferência.

O *squib* de Josilene de Jesus Mendonça, **Interpretação de pronomes de primeira pessoa do plural**, aborda a codificação por pronomes de primeira pessoa do plural (*nós* e *a gente*) de referentes abarcados por uma gradação entre os extremos genérico <--> determinado. A autora baseia a sua análise na interação entre as categorias semânticas pessoa, número, definitude, especificidade e genericidade para interpretar os pronomes em questão, que, de acordo com sua argumentação, apresentam o mesmo valor semântico.

Em **Nominais nus no português brasileiro: as particularidades do singular nu**, Pamella Soares Rosa discute os nominais nus dessa língua frente aos fatos de outras línguas, tomando como ponto de partida as propriedades classificatórias estabelecidas por Chierchia (1998) com base nas diferentes possibilidades de ocorrência de nominais nus

nas línguas naturais. Segundo a autora, ainda que apresente particularidades significativas que o diferenciem de outras línguas, o português brasileiro apresenta características que corroboram em parte os parâmetros semânticos das línguas naturais.

O *squib* de Yuri Penz, **Drops de semântica: de onde vieram e para onde vão as âncoras**, aborda os fundamentos da ferramenta semântica denominada “âncora”, amplamente discutida no arcabouço da Semântica de Mundos Possíveis. Para tanto, o autor utiliza como pano de fundo dados do português brasileiro relacionados aos fenômenos de operadores-monstros e de atitudes proposicionais.

O *squib* **O desenvolvimento de pronomes marcados no português: a relação com as escalas hierárquicas**, de Aline Jéssica Pires, investiga a validade das escalas hierárquicas da animacidade e da definitude para descrever o desenvolvimento da Marcação Diferencial de Objeto no português. A autora questiona a adequação dessas escalas ao focar dados do catalão antigo, do romeno antigo e do português diacrônico — línguas que violariam restrições previstas por esse tipo de modelo.

Em **A interface sintaxe-fonologia no caso dos blends**, César Elidio Marangoni Junior questiona a suposta imprevisibilidade dos *blends* — *grosso modo*, lexemas formados por meio da fusão de partes de pelo menos duas palavras-fonte, como *sacolé* > *saco* + *picolé* e *bebemorar* > *beber* + *comemorar*. Segundo o autor, é possível chegar a um padrão geral que dê conta da derivação de *blends* no português brasileiro.

Gostaríamos de agradecer a todos os envolvidos na publicação deste número: autores, pareceristas, Corpo Editorial e colaboradores do Serviço de Gerenciamento de Informação Digital (GID) da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília. Gostaríamos de registrar também um agradecimento especial às autoras do artigo convidado. Desejamos a todos uma ótima leitura!

Helena Guerra Vicente



**ARTIGO
CONVIDADO**



ARTIGO
CONVIDADO
ARTIGO
CONVIDADO
ARTIGO
CONVIDADO



DEFECTIVIDADE COMO UMA JANELA PARA A ARQUITETURA DA GRAMÁTICA: FORMAS VERBAIS INEFÁVEIS DO PORTUGUÊS

ANA PAULA SCHER*
GIULIA YOKOMIZO GIRARDI**

RESUMO

Este artigo discute formas inefáveis em paradigmas da flexão verbal do português. Para dar conta da inexistência de material fonológico correspondente a determinadas combinações de traços morfossintáticos, recorremos a formulações recentes de uma teoria de inserção de vocabulário em Morfologia Distribuída (cf. EMBICK, 2015), bem como a propostas, dentro desse mesmo modelo, que sugerem que há restrições para a realização de algumas raízes em determinados contextos (cf. HARLEY, 2014).

Palavras-chave: defectividade, formas inefáveis, inserção de vocabulário

ABSTRACT

This paper is about ineffable forms in Portuguese verbal inflection paradigms. To account for the absence of phonological material corresponding to certain morphosyntactic feature combinations, we make use of recent formulations for a theory of vocabulary insertion in Distributed Morphology (cf. EMBICK, 2015). We also resort to some proposals, in this very model, which suggest that there are restrictions for the phonological realization of some roots in certain contexts (cf. HARLEY, 2014).

Keywords: defectivity, ineffable forms, vocabulary insertion

* Universidade de São Paulo, USP. Professora Livre-Docente, Pesquisadora do CNPq, com Bolsa de Produtividade, processo: 303461/2017-9, e-mail: anascher@usp.br.

** Universidade de São Paulo, USP. Pesquisadora em nível de Iniciação Científica, e-mail: giulia.girardi@usp.br.

1 INTRODUÇÃO

A tradição gramatical afirma que a defectividade ocorre quando formas esperadas como resultado da aplicação de um determinado conjunto de regras de formação de palavras, de fato, não se realizam na língua.¹ Trata-se de um fenômeno comum nas línguas naturais, de modo que sua ocorrência se dá de forma mais recorrente entre os verbos, mas não se limita a eles, estendendo-se a formas pronominais (cf. STUMP, 2010) e nominais (cf. SIMS, 2006). No português, a defectividade associa-se, muito classicamente, a formas de verbos tais como *abolir* e *falir*, por exemplo.

Para Cunha e Cintra (2017), verbos defectivos são todos aqueles que não possuem a conjugação completa, ou seja, que apresentam lacunas na realização de suas formas flexionadas. Além disso, são apontados dois grupos de verbos defectivos, conforme o preenchimento dos paradigmas relevantes na gramática do português: o primeiro envolve verbos que não realizam a primeira pessoa do singular (1ª.Sg) do presente do indicativo nem qualquer forma do presente do subjuntivo. Além disso, no imperativo, realizam apenas a 2ª.Sg do afirmativo. O segundo grupo envolve aqueles verbos que não realizam as formas rítmicas do presente do indicativo e também não realizam as formas do presente do subjuntivo ou do imperativo.

QUADRO 1 – FORMAS FLEXIONADAS DO VERBO *COLORIR*, DO GRUPO 1

Indicativo	Subjuntivo	Imperativo	
		Afirmativo	Negativo
Presente	Presente		
—	—	—	—
colore	—	colore	—
colore	—	—	—
colorimos	—	—	—
colorem	—	—	—
colorem	—	—	—

Fonte: elaborado pelas autoras.

QUADRO 2 – FORMAS FLEXIONADAS DO VERBO *DELINQUIR*, DO GRUPO 2

Indicativo	Subjuntivo	Imperativo	
		Afirmativo	Negativo
Presente	Presente		
—	—	—	—
—	—	—	—
—	—	—	—
delinquimos	—	—	—
—	—	—	—
—	—	—	—

Fonte: elaborado pelas autoras.

¹ Os termos *paradigma* e *defectividade* (além de seus correlatos) serão usados neste artigo em seu sentido descritivo, portanto, de forma dissociada das ideias características de modelos de análise morfológica que assumem o paradigma como um primitivo.

Pires (2006, p. 1) procura oferecer uma análise para a sintaxe de um subconjunto de domínios sentenciais defectivos que podem incluir gerúndios, infinitivos e, em alguns casos, subjuntivos. Trata-se de domínios deficientes em termos de sua especificação para certos traços tais como tempo e concordância, que, de modo geral, têm grande relevância para operações sintáticas associadas à realização e interpretação do sujeito, à marcação de Caso e ao controle do sujeito.

Por sua vez, Embick (2015, p. 9), pelo viés do modelo da Morfologia Distribuída, afirma que, se as raízes são especificadas para representação fonológica subjacentemente, então as diferentes formas de realização de uma mesma raiz devem estar sujeitas a algum tipo de restrição, tal como ocorre com os morfemas funcionais. Assim, continua o autor, é possível que uma teoria geral de inserção de vocabulário que envolva a ausência de fonologia na representação subjacente dos morfemas funcionais possa se estender às raízes, se elas, de fato, apresentarem supleção, ou mesmo, pensamos nós, alomorfa.

Associada a essa hipótese de que as raízes podem não possuir representação fonológica subjacente, a ideia de deficiência ou de defectividade relacionada à natureza ou configuração de certos traços (cf. PIRES, 2006) suscita algumas questões sobre as lacunas, ou formas inefáveis, no sistema verbal do português.

- a) A defectividade no sistema flexional verbal do português deve-se a alguma especificação ou configuração especial dos traços da forma inefável? Se sim, que traços podem estar envolvidos: *v* (classe), T ou Agr?
- b) Será possível relacionar a defectividade a uma combinação de fatores, tais como configurações especiais de traços do morfema abstrato, por um lado, e um alomorfe da raiz sem material fonológico, por outro?

Para tratarmos das questões acima, este artigo se organiza da seguinte maneira. Na seção 2, apresentamos algumas propostas para a análise de formas defectivas em modelos de análise morfológica distintos. Em seguida, na seção 3, relacionamos a defectividade a questões sobre a derivação de formas verbais no português. A seção 4, então, compreende uma breve apresentação de alguns dos pressupostos do modelo da Morfologia Distribuída, que fomenta esta pesquisa, bem como a exposição de alguns de seus desenvolvimentos mais recentes, que suscitaram a discussão dos dados do português. Finalmente, na seção 5, apresentamos algumas considerações finais.

2 DEFECTIVIDADE E PRODUTIVIDADE

Restrições relacionadas à produtividade de certas regras gramaticais, de certa forma, sempre nortearam os estudos sobre as lacunas existentes em contextos sistemáticos de natureza verbal, nominal ou adjetival nas línguas naturais. Halle (1973), por exemplo, um dos pioneiros nos estudos linguísticos sobre a defectividade, sugere duas possibilidades para dar conta da inexistência de formas nominais do inglês como **deprival*, **accusal*, etc., ou **arrivation*, **refusation*, etc., ou, ainda da inexistência de formas verbais de 1ª.Sg de um conjunto de verbos do russo: **lazu* (eu subo), **derzu* (eu converso rudemente), etc. Segundo o autor, palavras como essas são geradas pelo componente de formação de palavras da gramática, mas são marcadas com um traço [-inserção lexical], o que impede a sua existência concreta na língua. O autor acrescenta que somente itens sujeitos a regras de formação de palavras não produtivas poderiam exibir o traço [-inserção lexical], sendo os demais marcados por *default*, como [+inserção lexical]. Hetzron (1975), embora se oponha à proposta de Halle, também investe na hipótese de que a defectividade tem a ver com processos não produtivos de formação de palavras. O autor assume que o falante segue as regras de formação de palavras para todas as formas, exceto para as “excepcionais”, que seriam produzidas a partir de um conjunto de regras disjuntivas em que tais formações estariam listadas de maneira explícita. A defectividade, portanto, teria origem numa lista de regras específicas — não produtivas — para formas que destoassem das regras de formação de palavras, de modo que o falante acessaria essa lista separada quando o uso de termos defectivos fosse solicitado.

A ideia de Hetzron (1975) faz eco nas propostas em Albright (2003, 2009), que retomam o caráter disjuntivo do conjunto de regras proposto por aquele autor, sugerindo que a incerteza dos falantes sobre as formas flexionadas reflete diretamente a gramática, uma vez que as formas defectivas provêm de regras indeterminadas ou irreconciliáveis de formação de palavras. Uma vez que as regras de formação dos termos defectivos não são claras e, por esse motivo, devem estar listadas separadamente das demais regras, a proposta de Hetzron converge com a hipótese de Albright de que a incerteza está na gramática de maneira direta. Outro ponto central para a proposta de Albright (2003, 2009) é a associação entre os dois padrões de defectividade do espanhol (semelhantes aos do português, como veremos) e as alternâncias morfofonológicas do sistema verbal espanhol (ditongação e inserção de consoante velar, principalmente). Defende-se que a incerteza quanto à realização das alterações morfofonológicas nas formas flexionadas é um dos fatores que ocasionam as lacunas nos dois tipos de paradigmas defectivos.

Investigando a defectividade a partir do ponto de vista fonológico, Stump (2010) a relaciona com o fenômeno do sincretismo (ocorrência de uma mesma forma em mais de uma célula no paradigma), a fim de comprovar que nem todas as instâncias da defectividade podem ser reduzidas a um fenômeno independente. O autor conclui que a defectividade é condicionada por uma restrição na realização fonética da forma correspondente a uma célula de conteúdo. De modo semelhante, Nevins, Damulakis e Freitas (2014) constroem sua análise para os verbos defectivos do português, baseada na generalização feita em

Postma (2013), que afirma que 87% desses verbos possuem uma consoante sonorante coronal (n, l, r, ɲ) seguindo imediatamente a vogal final da raiz verbal (*banir, polir, colorir*).² Para verificar se os falantes nativos de português assumem como defectivos os verbos descritos como tal pela tradição gramatical e se a generalização de Postma é internalizada por esses falantes, os autores realizam experimentos para identificar a familiaridade dos falantes com os verbos que a gramática aponta como defectivos e o grau de confiança desses falantes em relação às formas que são instados a produzir. Os procedimentos adotados nesse experimento são os mesmos adotados por Albright (2003, 2009) para os dados do espanhol e os autores concluem que os verbos *abolir, banir, colorir, demolir, falir, imergir, parir, polir* e *ruir* são defectivos verdadeiros em português, diferentemente de *emergir, engolir, exaurir, explodir, florir, grunhir, latir* e *ungir*, que não são defectivos, para os participantes do experimento. Além disso, observam que todas as formas inefáveis, com apenas duas exceções (*imergir* e *ruir*), possuem uma consoante sonorante coronal na raiz, o que está de acordo com a generalização de Postma. Os autores, então, de modo paralelo a Arregi e Nevins (2014), abordam a defectividade como um caso de radicais dissupletivos, ou seja, a raiz de um verbo defectivo possui dois alomorfes, de modo que o primeiro é extremamente limitado pelo contexto (como no exemplo de *abolir* em (1), a seguir), e o segundo é de realização inefável — não é definido pelo *output* da inserção de vocabulário³

- (1) Item de vocabulário para o preenchimento da raiz √ABOL385
 √ABOL385 ↔ /abol/ [-consonantal, +alto, -posterior]
 √ABOL385 ↔ não há especificação para essa raiz nos demais ambientes

(Adaptado de Arregi e Nevins (2014, p. 325) e Nevins, Damulakis e Freitas (2014, p. 20))⁴

Em suma, todos os trabalhos apresentados nesta seção apontam para uma mesma hipótese: a defectividade ocorre em contextos não produtivos. Em todas as propostas, as lacunas surgem a partir de um contexto muito particular: seja por motivações fonológicas, seja pela necessidade de marcação por um traço, seja pela presença numa lista de regras específicas.

2 Tivemos acesso às informações sobre a proposta de Postma (2013) somente por meio do trabalho de Nevins, Damulakis e Freitas (2014).

3 Arregi e Nevins (2014) retomam os verbos defectivos do espanhol a partir da análise de itens *caboodle*, que bloqueiam instruções interpretativas de um ambiente *elsewhere* (sem especificação para a inserção de fonologia): haverá apenas uma ocorrência possível na entrada de vocabulário relevante. (HARLEY, 2014, p. 244)

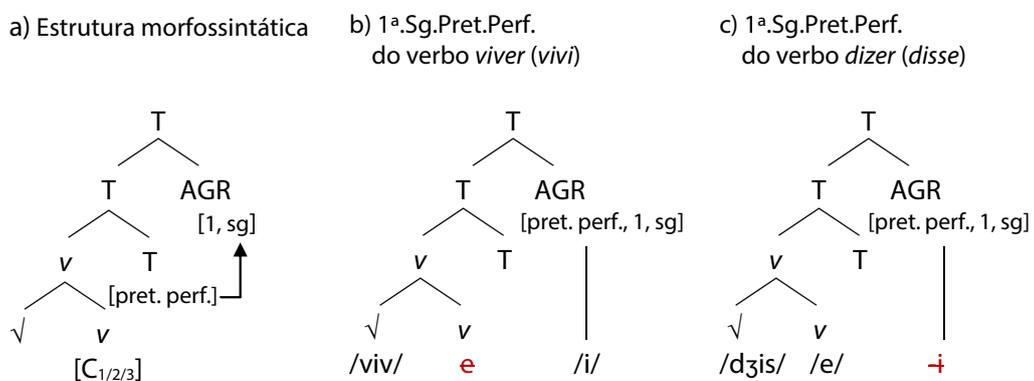
4 Essa proposta reflete a ideia, defendida em trabalhos recentes (cf. HARLEY, 2014; KASTNER; ZU, 2017, entre outros), de que algumas raízes só são interpretadas fonologicamente em alguns contextos.

3 A DERIVAÇÃO DE FORMAS VERBAIS NO PORTUGUÊS E A DEFECTIVIDADE

Em sua análise da flexão verbal do português brasileiro, baseada no modelo da Morfologia Distribuída⁵, Bassani e Lunguinho (2011) sugerem que os núcleos funcionais *v*, *T* e *AGR* são os nós relevantes para a flexão verbal, uma vez que neles se distribuem os traços morfossintáticos formadores da flexão.⁶ A hipótese formulada pelos autores refere-se aos verbos regulares e prevê que a combinação entre esses três nós pode se alterar por meio de operações de fusão e empobrecimento no componente morfológico.

Girardi (2020) parte do modelo de descrição utilizado para os verbos regulares por Bassani e Lunguinho para a observação dos dados dos paradigmas irregulares e defectivos do português. Constata-se, em primeiro lugar, que os verbos irregulares se organizam da mesma maneira que os verbos regulares. Em outras palavras, para um mesmo tempo e modo, esses dois tipos de verbos submetem-se às mesmas operações morfológicas e possuirão uma estrutura morfossintática organizada de forma semelhante (cf. (2)a). As divergências entre os dois grupos concentram-se nas raízes, uma vez que há variação de formas para uma mesma raiz dos verbos irregulares (cf. (2)c), ao passo que, para os regulares, a raiz realiza-se por um único item de vocabulário (cf. (2)b).⁷

(2) Formas verbais de 1ª.Sg.Pret.Perf. de verbos de classe 1, 2 e 3.⁷



Nesse sentido, seria possível afirmar que as formas verbais de um verbo irregular como *dizer* derivam das mesmas estruturas morfossintáticas de que são derivadas as formas

⁵ Esse modelo será apresentado de forma breve na próxima seção.

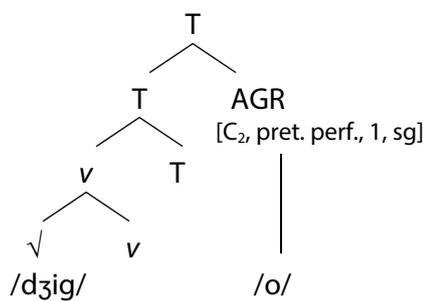
⁶ Embick e Halle (manuscrito não publicado) apresentam proposta semelhante para formas verbais do latim. Este material parece ter sido publicado pela Mouton de Gruyter, em 2006. Infelizmente não tivemos acesso a essa publicação. A mesma análise, no entanto, é retomada em Embick (2015, p. 100).

⁷ A inserção do material fonológico nas estruturas morfossintáticas relevantes resulta nas formas *vivei* e *dissei*, uma vez que verbos de classe 2 têm vogal temática [e]. Entretanto, logo após a inserção de vocabulário, operações de reajuste fonológico atuam nessas formas, transformando-as em *vivi* e *disse*, respectivamente. As formas que não são pronunciadas aparecem em vermelho e tachadas.

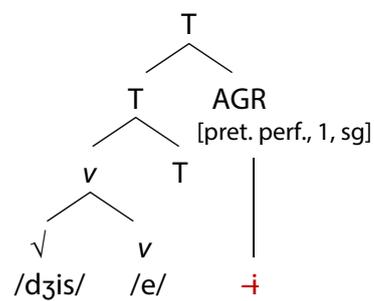
verbais de qualquer outro verbo de segunda conjugação. Assim, as múltiplas realizações fonológicas para a raiz de *dizer* devem ter a ver com as informações de modo, tempo ou concordância que a acompanham — ***digo, disse, dizia e diria***. As representações em (3) ilustram essa afirmação:⁸

(3) Formas verbais de *dizer* (indicativo).

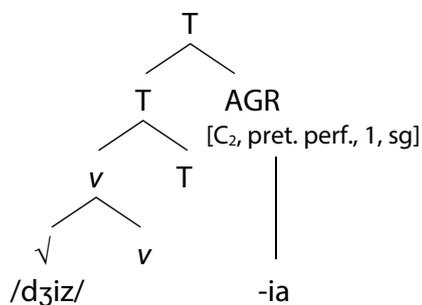
a) 1ª.Sg.Presente — *digo*⁹



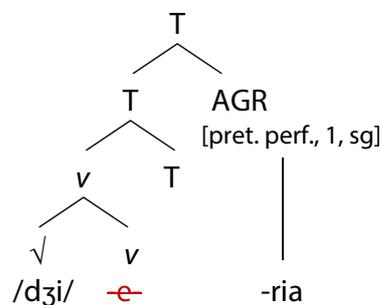
b) 1ª.Sg.Pret.Perf. — *disse*¹⁰



c) 1ª.Sg.Pret.Imperf. — *dizia*¹¹



d) 1ª.Sg.Fut.Pret. — *diria*¹²



Isso nos leva a questionar o que determina, exatamente, a fonologia da raiz em cada um dos dados acima. Por razões que ficarão mais claras na seção 4 deste artigo, sugerimos que questões de alomorfia contextual, relacionadas aos traços de classe verbal, modo, tempo e concordância, particulares de cada forma verbal, serão responsáveis por determinar qual das quatro opções de fonologia será empregada em cada caso (cf. (4)).

8 Para mais detalhes sobre as estruturas internas das formas verbais e os itens de vocabulário que competem para o preenchimento dos nós abstratos da derivação, conferir Bassani e Lunguinho (2011) e Girardi (2020).

9 Fusão de v, T e AGR, no singular.

10 Fusão de T e AGR, no singular e no plural.

11 Fusão de v, T e AGR, no singular.

12 Fusão T e AGR no singular.

- (4) Alomorfa contextual para a raiz √DIZ
- √DIZ ↔ /dʒiz/ {Pl. Pres. Ind, Pret.Perf. Ind., 2ª Imperativo, Gerúndio}
 - √DIZ ↔ /dʒig/ {1ª.Sg. Pres. Ind., Pres. Subj.}
 - √DIZ ↔ /dʒi/ {Fut. Ind., Particípio}
 - √DIZ ↔ /dʒis/ {Pret.Perf. Ind., Pret.+Perf. Ind., Pret.Imperf. Subj., Fut. Subj.}

Com base na similaridade observada entre as estruturas morfossintáticas dos verbos regulares e irregulares, Girardi (2020) comparou os paradigmas dos verbos defectivos do português com os dos verbos regulares e verificou que há, também nesse caso, semelhanças em sua estrutura sintática. Assim, uma vez que os mecanismos de produção dessas formas operam da mesma maneira, sugere-se que, se as formas inefáveis dos paradigmas defectivos pudessem se realizar, elas provavelmente se constituiriam de forma semelhante às dos paradigmas regulares.

Uma observação semelhante já havia sido feita em Scher (2019), que relaciona a eventual produção de formas verbais consideradas inexistentes em paradigmas verbais defectivos no português à consciência morfológica do falante dessa língua. A autora destaca as semelhanças estruturais entre as formas verbais de paradigmas irregulares, por um lado, e as de paradigmas defectivos, por outro (cf. quadros (3) e (4)).

QUADRO 3 – PARADIGMA DE VERBOS IRREGULARES E SUAS SEMELHANÇAS COM O PARADIGMA DE VERBOS DEFECTIVOS DE TIPO I

TIPO I

Verbos Irregulares		
	dormir	convergir
1sg	durmo	convirjo
2sg	dorme	converge
3sg	dorme	converge
1pl	dormimos	convergimos
2pl	dormem	convergem
3pl	dormem	convergem

Verbos Defectivos		
	banir	abolir
1sg	--	--
2sg	bane	abole
3sg	bane	abole
1pl	banimos	abolimos
2pl	banem	abolem
3pl	banem	abolem

Fonte: extraído de Scher (2019).

QUADRO 4 – PARADIGMA DE VERBOS IRREGULARES E SUAS SEMELHANÇAS COM O PARADIGMA DE VERBOS DEFECTIVOS DE TIPO II

TIPO II

Verbos Irregulares		
	agredir	prevenir
1sg	agrido	previno
2sg	agride	previne
3sg	agride	previne
1pl	agredimos	prevenimos
2pl	agridem	previnem
3pl	agridem	previnem

Verbos Defectivos		
	falir	delinquir
1sg	--	--
2sg	--	--
3sg	--	--
1pl	falimos	delinquimos
2pl	--	--
3pl	--	--

Fonte: extraído de Scher (2019).

O quadro 3 sugere que as formas verbais de 1ª.Sg.Pres.Ind dos verbos *dormir*, *convergir*, *banir* e *abolir* compõem-se, todas, do mesmo conjunto de traços, o mesmo se verificando para todas as formas do Pres. Ind. dos verbos *agredir*, *prevenir*, *falir* e *delinquir*, com exceção da forma de 1ª.Pl. Por alguma razão, os conjuntos de traços das formas relevantes de *dormir*, *convergir*, *agredir* e *prevenir* são compatíveis com uma realização fonética. O mesmo, no entanto, não ocorre com *banir*, *abolir*, *falir* e *delinquir*, que têm formas inefáveis nos mesmos contextos.

A autora observa que há uma diferença entre o que a tradição gramatical define como verbos defectivos e aquilo que, de fato, o falante entende como tal.¹³ Com dados retirados de páginas da internet, verifica-se que os verbos que, de fato, apresentam formas inefáveis são aqueles que não ocorrem na língua falada com frequência, ou seja, pertencem a domínios menos produtivos. Para os verbos de uso mais frequente, os falantes realizam todas as suas formas¹⁴ e o fazem com base nas regras mais produtivas que derivam os verbos irregulares¹⁵ da língua e que compõem o conhecimento morfológico do falante.

¹³ Como descrito na seção 2, Nevins, Damulakis e Freitas (2014) comprovam experimentalmente essa observação.

¹⁴ Os falantes não deixam lacunas nos paradigmas, ainda que sejam previstas pela tradição gramatical.

¹⁵ E, conforme Girardi (2020), os regulares também.

4 UMA TEORIA DE INSERÇÃO DE VOCABULÁRIO PARA RAÍZES E TRAÇOS MORFOSSINTÁTICOS: UM CAMINHO PARA A COMPREENSÃO DAS FORMAS INEFÁVEIS

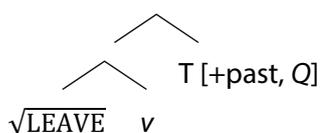
Na Introdução deste artigo, sugerimos que algumas questões sobre a natureza das formas inefáveis do sistema verbal do português podem estar vinculadas à associação entre a ideia de defectividade relacionada à não especificação de certos traços morfossintáticos (cf. PIRES, 2006) e a possibilidade de as formas de realização de uma mesma raiz estarem sujeitas a algum tipo de restrição, tal como ocorre com os morfemas funcionais (cf. EMBICK, 2015).

A possibilidade apresentada por Embick remete aos pressupostos do modelo da Morfologia Distribuída (cf. HALLE; MARANTZ, 1993 e trabalhos subsequentes), MD, daqui para frente. De modo geral, esse modelo é descrito como uma proposta não lexicalista para o tratamento da formação de expressões linguísticas. Sem um componente lexical, a arquitetura da gramática dispõe de três listas, todas elas desprovidas de qualquer característica gerativa. A primeira contém raízes e traços morfossintático-semânticos que alimentam a sintaxe, a segunda contém itens de vocabulário (IVs) que preenchem com fonologia os nós terminais gerados pelas operações sintáticas e a terceira faz a conexão entre as expressões linguísticas e o conhecimento de mundo do falante.

Uma das questões centrais desse modelo diz respeito à natureza fonológica dos integrantes da primeira lista. De forma mais ou menos consensual, os seguidores da proposta admitem que os traços morfossintático-semânticos são desprovidos de material fonológico, que só entra na derivação pós-sintaticamente, por meio da intervenção dos IVs da segunda lista. No entanto, no que diz respeito às raízes, não há consenso sobre isso. Embick (2007), por exemplo, com base em dados relativos à formação de adjetivos comparativos do inglês, argumenta em favor da fonologia na raiz desde o começo da derivação sintática; Harley (2014), por sua vez, com base em dados de verbos supletivos da língua Hiaki, sugere que não há fonologia na raiz.

O que Embick faz, no texto de 2015, é propor, dentro do modelo da MD, uma teoria para a inserção de vocabulário para os morfemas funcionais, que sugere que cada um desses morfemas contenha uma variável *Q* (cf. (5)) que será substituída pelo material fonológico relevante nesse processo (cf. (6)):

(5) *left*



(cf. EMBICK, 2015, p. 97)

- (6) IVs para T[+past],
 a. T[+past] ↔ -t/{√BEND, √LEAVE,...}
 b. T[+past] ↔ -∅/{√HIT, √QUIT,...}
 c. T[+past] ↔ -ed

(cf. EMBICK, 2015, p. 97)

Mais importante que isso para a presente proposta, o autor aventava a possibilidade de que também as raízes possam dispor dessa variável. Isso abre um caminho para o tratamento de raízes como morfemas que, da mesma forma que morfemas funcionais, não dispõem de uma representação fonológica subjacente, mas recebem essa fonologia por meio da operação de inserção de vocabulário.

Outro desenvolvimento mais recente da MD pode ser observado nas propostas de Harley (2014), Arregi e Nevins (2014), Nevins, Damulakis e Freitas (2014), Kastner e Zu (2017), entre muitos outros. Trata-se da ideia de que determinadas raízes poderão encontrar uma realização fonológica apenas em determinados contextos, como já apontamos na nota 4 deste artigo. No caso de Arregi e Nevins (2014) e Nevins, Damulakis e Freitas (2014), motivados pelas condições fonológicas evidenciadas pelos paradigmas de verbos defectivos no português, os autores sugerem que esse contexto é fonológico.

Kastner e Zu (2017), por sua vez, adotam a mesma ideia da restrição para a realização fonológica de algumas raízes, mas atribuem essa condição a contextos estruturais bem particulares. Sua proposta para lacunas de paradigmas do hebraico e do latim (cf. Quadros (5) e (6)) desvia da tendência a caracterizá-las como primitivos morfossintáticos ou como resultado de competição. Para os autores, essas lacunas resultam da própria construção da estrutura sintática: certas formas não podem ser geradas devido a restrições sintáticas independentes, de modo que as lacunas nos paradigmas não serão o resultado do bloqueio entre expressões que competem entre si: o sistema simplesmente não gera uma determinada forma.

QUADRO 5 – A ALTERNÂNCIA SINTÉTICO-ANALÍTICA NAS FORMAS PASSIVAS PARA O VERBO *SEREK* ('ELE PENTEOU') DO HEBRAICO

	Ativo	Passiva sintética	Passiva analítica
Passado	<i>serek</i>	<i>sorak</i>	<i>haja mesorak</i>
Infinitivo	<i>lesarek</i>	-----	<i>lihiot mesorak</i>

Fonte: adaptado de Kastner e Zu (2017, p.3).

QUADRO 6 – A ALTERNÂNCIA SINTÉTICO-ANALÍTICA NAS FORMAS PASSIVAS PARA O VERBO *LAUDAT* ('ELE LOUVA') DO LATIM

	Ativo	Não ativo sintético	Paráfrase analítica
Presente imperfeito	<i>laudat</i>	<i>laudatur</i>	<i>laudatus est</i>
Presente perfeito	<i>laudavit</i>	-----	<i>laudatus est/erat</i>

Fonte: adaptado de Kastner e Zu (2017, p.15).

Nos paradigmas no quadros (5) e (6), as células inefáveis correspondem ao infinitivo e à voz passiva sintética, no hebraico, e, também, ao presente perfeito e à voz não ativa sintética,

no latim (cf., também, (7)). Nessas células, há uma lacuna que transcende qualquer característica da forma relevante, seja ela fonológica ou semântica: nenhuma raiz pode ocupar as células vazias nos quadros (5) e (6). Essas lacunas não podem ser preenchidas porque não há uma estrutura para elas e, apesar de haver uma forma analítica para o infinitivo do mesmo verbo, no hebraico, e para o presente perfeito, no latim, as duas construções são diferentes e não se pode dizer que a primeira bloqueia a segunda.

- (7) a. *laud-ã-t-ur*
√laud-TH-3SG-**NACT** (‘ele/ela está sendo louvado’)
- b. **laud-ã-vi-t-ur*
√laud-TH-Perf-3SG-**NACT** (int. ‘ele/ela tem sido louvado’)

Os autores sugerem que, para os casos do hebraico e do latim, a inefabilidade das formas relevantes é originada, portanto, pela impossibilidade de haver alomorfa contextual por relações de adjacência, o que os leva a sugerir, como Harley (2014), que algumas raízes possuem apenas interpretação fonológica em determinados contextos estruturais.¹⁶

A partir do mesmo quadro teórico da MD, ainda sem as atualizações propostas em Harley (2014) e Embick (2015), Lunguinho (2008) sugere uma direção para o tratamento para a defectividade morfológica observada entre os verbos auxiliares do português brasileiro, como *ter*, que não ocorrerá nas formas de particípio passado ou de pretérito perfeito, como mostram (8) e (9):

- (8) *João tinha *tido* comprado um livro.
- (9) *Eu *tive* lido o livro.

De modo geral, o que o autor observa sobre a defectividades dos auxiliares e modais pode ser resumido no quadro (7):

QUADRO 7 – PARADIGMAS DEFECTIVOS DE VERBOS AUXILIARES DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Verbos auxiliares	Defectividade
Ter	Pretérito perfeito e particípio passado
Ir	Pret. perfeito, infinitivo, gerúndio e part. passado
Poder	Pret. perfeito, infinitivo, gerúndio e part. passado → significados epistêmicos
Dever	Pret. perfeito, infinitivo, gerúndio e part. passado → todos os significados

Fonte: adaptado de Lunguinho (2008).

¹⁶ Por questões de espaço, não reproduziremos, aqui, a análise proposta pelos autores para os fatos descritos nos quadros (5) e (6) e no exemplo (7), mas recomendamos ao leitor a leitura do texto. Para o momento, é suficiente apontar que, nessa análise, a adjacência necessária para a ocorrência de alomorfa contextual não se verifica devido à sobreposição das categorias de voz (passiva, no hebraico, e não ativa, no latim) e modo/aspecto (infinitivo, no hebraico, e perfeito, no latim).

Para o autor, as formas inefáveis resultam da manipulação sintática de traços, cuja motivação pode se dar pela incompatibilidade entre esses traços na derivação, resultando na inexistência de uma interpretação em LF (Forma Lógica), ou pela derivação de um morfema abstrato que não possui um expoente fonológico associado a ele, originando a inefabilidade dessa forma em PF (Forma Fonológica).

A observação dos dados de formas inefáveis nos paradigmas verbais do português sugere a adequação de sua análise em termos dos pressupostos do modelo da MD e seus desenvolvimentos mais recentes. Adotando a possibilidade de implementar, também para as raízes, a variável *Q* sugerida por Embick (2015) para os morfemas funcionais, e assumindo, ainda, a ideia de Harley (2014) de que algumas raízes podem não apresentar uma fonologia correspondente em alguns contextos, vamos sugerir, seguindo as ideias de Lunguinho (2008) e Kastner e Zu (2017), que os contextos relevantes para a correspondência entre raízes e as realizações fonológicas possíveis são sintáticos.

Em sua sugestão para a formalização de uma teoria para a inserção de vocabulário, Embick (2015, p. 98) assume com Halle (1990) que essa operação envolve substituição. Em outras palavras, certos morfemas vão possuir um *place-holder Q* como parte de sua representação subjacente em lugar de um expoente fonológico, propriamente. Esse elemento *Q* funciona, portanto, como uma variável, de tal forma que o efeito da operação de inserção de vocabulário será a substituição dessa variável por um expoente fonológico, que será o seu valor (cf. (10)):

(10) Estágios pré e pós-inserção de vocabulário em um morfema de tempo: T[+past, Q]



O autor aponta, ainda, que, em um núcleo complexo, a inserção de vocabulário se aplica primeiro à posição estrutural mais subordinada para depois seguir por toda a estrutura morfossintática afora. Assim, em estruturas como (10), a raiz, que ocupa a posição mais subordinada, será a primeira a receber fonologia no processo de inserção de vocabulário em uma versão do modelo que assuma que a supleção ou a alomorfa de raízes pode se explicar pela falta de fonologia em sua representação subjacente.¹⁷

Em termos práticos, portanto, para a estrutura morfossintática de um verbo do português, como a que começamos a delinear na seção 3 para algumas formas do verbo *dizer* — *digo, disse, dizia e diria* —, a inserção de vocabulário deve começar pela raiz, seguindo-se de *v*, *T* e *AGR*, respectivamente, ou ainda, dos nós resultantes das operações de fusão e empobrecimento que se aplicarem pós-sintaticamente.¹⁸

¹⁷ É importante ressaltar que essa não é, exatamente, a visão de Embick (2015) para a fonologia da raiz.

¹⁸ Conferir Bassani e Lunguinho (2011) e Girardi (2020).

Dessa maneira, é preciso avaliar com cuidado as propostas de tratamento da defectividade, como a que resumimos em (1) e que repetimos a seguir em (11).

- (11) Item de vocabulário para o preenchimento da raiz $\sqrt{\text{ABOL385}}$
 $\sqrt{\text{ABOL385}} \leftrightarrow /abol/$ [-consonantal, +alto, -posterior]
 $\sqrt{\text{ABOL385}} \leftrightarrow$ não há especificação para essa raiz nos demais ambientes

(Adaptado de Arregi e Nevins (2014, p. 325) e Nevins, Damulakis e Freitas (2014, p. 20))

Esse tipo de sugestão, que admite a possibilidade de uma raiz não ter realização fonológica, caso não observe determinadas condições da mesma natureza, encontra dificuldades em um modelo em que a sequência no processo de inserção vocabular deve começar pela raiz: sem a possibilidade de verificar a fonologia correspondente aos morfemas que ainda estão por receber material fonológico, o sistema não poderá escolher uma entre as duas opções apresentadas em (1)/(11). Isso sugere, portanto, que as restrições que motivam a inefabilidade das formas verbais são de outra natureza. Nossa hipótese é que elas sejam de natureza sintática, ou seja, é a estrutura sintática que estabelece as condições para a realização de determinada forma. Nesse sentido, nossa proposta se aproxima da proposta de Halle (1973), que sugere que formas inefáveis sejam geradas pelo componente de formação de palavras da gramática, que, no nosso caso, é a sintaxe.

Assim, considerando que as raízes podem exibir supleção ou alomorfa, vamos admitir que elas também possuam uma variável Q em sua representação subjacente, em detrimento de um expoente fonológico (cf. (12)).

- (12) [$\sqrt{\text{RAIZ}}$, Q]

Sob essa perspectiva, as formas inefáveis dos paradigmas verbais do português podem ser o resultado da substituição da variável Q por um item \emptyset diante de contextos específicos. Assim, a defectividade do tipo 1, em que são inefáveis as formas de 1ª.Sg.Pres.Indic., bem como as formas de Pres.Subj. ou Imperativo (tanto afirmativo, quanto negativo), pode ser ilustrada pelo verbo *colorir*. Os itens de vocabulário correspondentes à raiz $\sqrt{\text{COLOR}}$ podem ser descritos da seguinte maneira:

- (13) IVs para [$\sqrt{\text{COLOR}}$, Q]:
a. $\sqrt{\text{COLOR}} \leftrightarrow \emptyset$ / [1ª.Sg.Pres.Ind.; Pres.Subj.; Imp.]
b. $\sqrt{\text{COLOR}} \leftrightarrow /kolor/^{19}$ [nos demais ambientes]

A descrição para os IVs de [$\sqrt{\text{COLOR}}$, Q], em (13), garante, assim, que a variável Q da representação subjacente dessa raiz seja substituída pelo item \emptyset nos contextos de 1ª.Sg.Pres.Ind., Pres.Subj. e Imperativo; já nos demais casos, o valor atribuído a essa variável será /kolor/.

19 Desconsideramos aqui as diferenças existentes entre as formas rizotônicas e arrizotônicas do verbo *colorir*. Por isso não marcamos o acento nessa forma.

Para o tipo 2 de defectividade, que compreende verbos como *precaver*, que não realizam as formas rizotônicas (em que o acento recai sobre a raiz) do Pres.Ind., nem formas de Pres. Subj. ou de Imperativo, sugerem-se os seguintes itens de vocabulário:

- (14) IVs para [$\sqrt{\text{PRECAV}}$, Q]:
 a. $\sqrt{\text{PRECAV}} \leftrightarrow \emptyset$ / [Sg.Pres.Ind, 2ª.PI.Pres.Ind, 3ª.PI.Pres.Ind, Pres.Subj, Imp.]
 b. $\sqrt{\text{PRECAV}} \leftrightarrow /prekav/^{20}$ [nos demais ambientes]

A lista de itens de vocabulário em (14) se organiza de maneira análoga àquela em (13): o item fonológico \emptyset será selecionado como o valor de Q para [$\sqrt{\text{PRECAV}}$, Q] nos contextos de Sg.Pres.Ind, 2ª.PI.Pres.Ind, 3ª.PI.Pres.Ind, Pres.Subj ou Imperativo. Para os demais contextos, o valor atribuído a Q em [$\sqrt{\text{PRECAV}}$, Q] será /prekav/.

O fato de que a operação de inserção de vocabulário deve começar pela raiz, como apontamos antes, sugere que a atribuição do valor vazio (\emptyset) à variável Q de uma raiz pode ter consequências importantes para a inserção de vocabulário nos demais terminais da derivação. Em vários casos, a atribuição de valor à variável Q desses outros terminais depende da informação fonológica correspondente à raiz. Assim, sem essas informações, ou seja, na eventualidade de o contexto sintático determinar a inserção do \emptyset , esses terminais ficarão impossibilitados de receber um valor para suas respectivas variáveis Q, resultando, portanto, na inefabilidade das formas relevantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos mostrar, de modo mais particular, que a defectividade no sistema flexional verbal do português envolve tanto uma configuração especial de traços tais como *v* (classe), T ou Agr, como a possibilidade de que os diferentes alomorfes de uma mesma raiz possam ser representados como partes de um item de vocabulário.

A proposta aqui delineada depende de desenvolvimentos recentes do modelo da MD presentes em Harley (2014) e Embick (2015) e sugere que contextos sintáticos específicos podem levar uma raiz a não realizar a fonologia que lhe é canonicamente atribuída. Sem essa informação de natureza fonológica, relevante para que os passos seguintes da inserção de vocabulário se realizem, o sistema não pode continuar o processo, resultando na inefabilidade das formas relevantes.

20 Desconsideramos aqui as diferenças existentes entre as formas rizotônicas e arrizotônicas do verbo *precaver*. Por isso não marcamos o acento nessa forma.

REFERÊNCIAS

- ALBRIGHT, A. A quantitative study of Spanish paradigm gaps. In: GARDING, G.; TSUJIMURA, M. (ed.). *West coast conference on formal linguistics 22 proceedings*. Somerville, MA: Cascadilla Press, 2003. p. 1-14.
- ALBRIGHT, A. Lexical and morphological conditioning of paradigm gaps. In: RICE, C.; BLAHO, S. (ed.). *Modeling ungrammaticality in optimality theory*. London: Equinox Publishing 2009. p. 117-164.
- ARREGI, K.; NEVINS, A. A monoradical approach to some cases of disuppletion. *Theoretical Linguistics*, Berlin, v. 40, n. 3-4, p. 311-330, 2014.
- BASSANI, I. de S.; LUNGUINHO, M. V. Revisitando a flexão verbal do português à luz da Morfologia Distribuída: um estudo do presente, pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo. *ReVEL*, Edição Especial, n. 5, 2011.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- EMBICK, D. Blocking effects and analytic/synthetic alternations. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 25, n. 1, p. 1-37, 2007.
- EMBICK, D. *The morpheme: a theoretical introduction*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015.
- EMBICK, D.; HALLE, M. *Word Formation: aspects of the Latin conjugation in distributed morphology*. Manuscrito não publicado.
- GIRARDI, G. Y. *Defectividade como uma janela para a arquitetura da gramática: verbos defectivos, impessoais e unipessoais no português brasileiro*. 2020. 24 p. Relatório final de pesquisa de Iniciação científica) – Departamento de Linguística. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- HALLE, M. Prolegomena to a Theory of Word Formation. *Linguistic Inquiry*, v. 4, n. 1. MIT Press, 1973. p. 3-16.
- HALLE, M. An Approach to Morphology. *Proceedings of NELS 20*, GLSA, University of Massachusetts. 1990. p. 150–184.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. (ed.). *The View from Building 20: Essays in Linguistics in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 111–176.
- HARLEY, H. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics*, Berlin, v. 40, n. 3-4, p. 255-276, 2014.

HETZRON, R. Where the grammar fails. *Language*, v. 51, n. 4, p. 859-872, dezembro de 1975.

KASTNER, I.; ZU, V. Blocking and paradigm gaps. *Morphology*, v. 27, n. 4, p. 643-684, 2017.

LUNGUINHO, M. V. On the origins of defectivity: a case study in domain of auxiliary verbs – part I. 2008. Manuscrito não publicado.

NEVINS, A.; DAMULAKIS, J.; FREITAS, M. L. Phonological regularities among defective verbs. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 56, n. 1, Jan./Jun. 2014.

PIRES, A. *The minimalist syntax of defective domains: gerunds and infinitives*. *Linguistik Aktuell/Linguistics Today*, v. 98. John Benjamins B.V. 2006.

POSTMA, G. 2013. Metaphonic Blocking in Portuguese as a Linearization Deadlock. *Workshop on metaphony*, Meertens Institute.

SCHER, A. P. Consciência morfológica e seus reflexos na produção oral e escrita de formas supostamente inexistentes nos paradigmas dos verbos defectivos do português. *In: PILATI, E.; NAVES, R.; SALLES, H (ed.). Novos olhares para a gramática na sala de aula: questões para estudantes, professores e pesquisadores*. Campinas: Pontes Editores, 2019. p. 151-170.

SIMS, A. D. *Minding the gaps: inflectional defectiveness in a paradigmatic theory*. 2006. 311 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate School of The Ohio State University. The Ohio State University, Ohio, 2006.

STUMP, G. Interactions between defectiveness and syncretism. *In: BAERMAN, M., CORBETT, G.; BROWN, D. (ed.). Defective paradigms: missing forms and what they tell us* (Proceedings of the British Academy 163). London: British Academy/OUP, 2010. p. 181-210.

Artigo convidado.

Recebido e aceito em 21 de maio de 2020.



SQUIBS

SQUIBS

SQUIBS





AINDA SOBRE POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA NO PORTUGUÊS

RAQUEL MEISTER KO. FREITAG*
MANOEL SIQUEIRA**

RESUMO

A expressão das relações de posse por pronomes de terceira pessoa no português brasileiro está em processo de variação, que ainda não é adequadamente representada nas gramáticas: a forma *seu*, em certas situações continua sendo produtiva. Examinamos uma amostra de fala de universitários e encontramos a mesma distribuição de PP3 do NURC. Os resultados de uma análise de regressão condicional de PP3 corroboram a hipótese da dominância pronominal e a da distribuição complementar de Müller (1997), de que *seu* age como variante presa e *dele* expressa correferência.

Palavras-chave: pronomes possessivos, variação, dominância pronominal

ABSTRACT

The expression of possession relations by third-person pronouns in Brazilian Portuguese is an ongoing process of variation, which is not yet adequately represented in grammars: *seu* pronoun, in certain situations, remains productive. We examined a sample of university students' speech and found the same distribution of PP3 in NURC. Results of a conditional regression analysis of PP3 corroborate the hypothesis of pronominal dominance and that of Müller's (1997) complementary distribution, that *seu* works as a closed-form variable and *dele* expresses co-reference.

Keywords: possessive pronouns, variation, pronominal dominance

* Universidade Federal de Sergipe, UFS. Professora do Departamento de Letras Vernáculas e dos Programas de Pós-Graduação em Letras e em Psicologia, e-mail: rkofreitag@uol.com.br.

** Universidade Federal de Sergipe, UFS. Mestrando em Letras, e-mail: manoel.siqueira77@hotmail.com.

1 PROBLEMA

As formas de pronomes possessivos de terceira pessoa (PP3) no português brasileiro são variáveis, e essa variação é explicada em três gramáticas contemporâneas, nomeadas aqui Gramáticas A, B e C, Quadro 1.¹

QUADRO 1 – PP3 EM GRAMÁTICAS CONTEMPORÂNEAS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Gramática A	Gramática B	Gramática C
<p>[...] pode-se falar em dois subsistemas básicos de pronomes possessivos em português, um, característico da modalidade escrita e dos registros formais (subsistema I), em que as formas <i>seu, sua, seus, suas</i> se referem à terceira pessoa (ele, ela, ele, elas); e outro, próprio da modalidade falada (subsistema II), em que as formas <i>seu, sua, seus suas</i> se referem sobretudo ao interlocutor (você, o senhor).</p> <p>Neste caso, os riscos de ambiguidade são contornados pelo uso de <i>dele, dela, deles, delas</i> como ‘possessivos’ de terceira pessoa.</p>	<p>Seu e dele para evitar confusão – em algumas ocasiões, o possessivo <i>seu</i> pode dar lugar a dúvidas a respeito do possuidor. Remedeia-se o mal com a substituição de <i>seu, sua, seus, suas</i>, pelas suas formas <i>dele, dela, deles, delas, de você, do senhor</i>, etc., conforme convier.</p>	<p>Sabemos, por nossos usos diários na língua, que o possessivo seu, na língua falada espontânea, se refere única e exclusivamente a você e jamais à não pessoa. A única sobrevivência de seu, na língua falada, com referência à não pessoa é a fórmula fixa cada um [verbo] o seu. Os possessivos referentes à não pessoa na língua falada são sempre dele / dela / deles / delas.</p>

Fonte: elaborado pelos autores.

A gramática A explica a variação pela coexistência de dois subsistemas pronominais, que são empregados em função da modalidade de língua (escrita e registros formais vs. modalidade falada). A gramática B aponta para resolução de um problema (negativo, pois “remedeia-se o mal”), que é a ambiguidade. A gramática C é extremista (“única e exclusivamente”, “jamais”, “sempre”) ao afirmar que *seu* só se refere à segunda pessoa, com exceção de fórmula fixa.

Nenhuma das gramáticas representa adequadamente o fenômeno no português brasileiro, por assumirem restrições externas como condicionadoras da variação. Para demonstrar nosso ponto, retomamos a análise de Müller (1997) acerca da variação entre *seu* e *dele* PP3 com dados do NURC. Em seguida, apresentamos um estudo sobre a realização de PP3 em uma amostra sociolinguística contemporânea, cujos resultados distributivos invalidam as prescrições da gramática C. Para explicar a variação nas formas de PP3, aplicamos a proposta de categorização de Müller (1997), relacionando-a à hipótese de dominância pronominal de MacKay e Fulkerson (1979). Ao final, sistematizamos nossa contribuição para explicar o funcionamento variável dos PP3 no português brasileiro contemporâneo.

¹ Gramática A: Azeredo (2008, p. 177); gramática B: Bechara (2009, p. 181); gramática C: Bagno (2012, p. 770).

2 EXPLICAÇÕES PARA PP3

Perini (1985) levanta questões relacionadas ao surgimento dos possessivos no português coloquial assumindo uma perspectiva funcional (entendida por ele como: língua se estrutura para atender as necessidades comunicativas), em que a organização dos possessivos é determinada pelas necessidades de comunicação, que é “extralinguística”: “preencher lacunas semânticas com formas convergentes, de evitar ambiguidades e de evitar mudanças grandes na gramática” (PERINI, 1985, p. 2). O sistema em si inclui ambiguidade, com *seu* PP2 e PP3, o que pode ser resolvido com a construção genitiva formada por um sintagma D + N.

A fim de responder suas questões, Perini (1985, p. 8) postula princípios, dos quais destacamos o “princípio um — dentro do sistema de possessivos, formas ambíguas devem ser evitadas”, que, na sequência, é revisto para “a ambiguidade deve ser evitada sempre que impedir a recuperação da pessoa gramatical envolvida”, o que “impediria a existência de um possessivo do qual não se pode recuperar sem ambiguidade a pessoa gramatical” (p. 13).

Retomando a discussão proposta por Perini (1985), Kato (1985, p. 111) questiona a pertinência de uma regra para um contexto, generaliza o princípio um — “a ambiguidade deve ser evitada no uso da gramática” — e propõe um princípio três: “evite usar formas diferentes para a mesma função” (p. 114). Este princípio sugere a distribuição complementar entre as construções genitivas *dele* e o possessivo *seu* na função de PP3. Uma primeira diferença entre esses dois grupos é a ordenação entre possuidor e possuído: *seu*_{possuidor} *carro*_{possuído} ~ *carro*_{possuído} *dele*_{possuidor}. No entanto, não é suficiente para explicar a coexistência de dois sistemas. A autora observa que o uso de *seu* PP2 é consequência de relações de intimidade. Kato evoca o princípio da empatia “escolha a forma em que o elemento com que se empatiza mais preceda o elemento com que se empatiza menos” (KATO, 1985, p. 116-117), mas ressalta que a aplicação na primeira e na segunda pessoa é factível, mas não em PP3.

Face às explicações de base funcional, que consideram a resolução de ambiguidades (PERINI, 1985), ou o resultado do enfraquecimento geral dos pronomes e o princípio da empatia (KATO, 1985), Müller (1997) argumenta em favor de efeito do tipo semântico na distribuição complementar de PP3 a partir do reexame dos resultados de Almeida (1993), que observou a realização de PP3 em uma amostra do NURC e, apesar de a substituição de *seu* por *dele* na fala ser considerada como um fato consumado, os resultados apontaram para uma distribuição (44% *seu*, 56% *dele*) diferente do que outros estudos que consideram variação na fala encontraram.² Uma hipótese aventada por Müller (1997) é o da antiguidade do *corpus* (o que vamos rebater mais à frente), assim como o tipo de assunto e o grau de intimidade entre os interlocutores: a amostra do NURC considerada foi composta por seis DID (diálogo entre informante e documentador), dois D2 (diálogo entre dois informantes) e

2 Por exemplo, no Rio de Janeiro, 75% de *dele* em amostra estratificada quanto à escolaridade Mobral e nível superior (OLIVEIRA E SILVA, 1982), e 91,6% na amostra Censo (OLIVEIRA E SILVA, 1996); no Paraná, 81% na amostra VARSUL (SOARES, 1999); na amostra D&G de Natal/RN, na fala 86%, e escrita, 7% (OLIVEIRA E SILVA, 2016). Estes estudos utilizam adotam amostras constituídas segundo estratégias que visam minimizar efeitos do paradoxo do observador (LABOV, 1972), com roteiro de entrevistas que desenvolvem temas que desencadeiam um registro conhecido como “vernáculo”. O NURC, assim como o banco de dados Falares Sergipanos, considera a situação uma modalidade de língua que constitui uma imagem de “falante culto”: pessoas de nível superior ou estudantes de ensino superior (FREITAG, 2019).

um EF (elocução formal). Müller (1997) revisa a classificação semântica adotada por Almeida (1993), que considerou os antecedentes de PP3 como *específicos* (nomes próprios e SN com referência específica ou individual), *não específicos* e *genéricos*. Nos *não específicos*, Almeida (1993) insere os sintagmas quantificados, visto que, “apesar de não serem específicos, esses sintagmas eram, de alguma forma, ‘referenciais’ e não genéricos” (MULLER, 1997, p. 16). Já nos genéricos, insere-se “uma classe e não um ou mais indivíduos ou entidades específicas” (MÜLLER, 1997, p. 15).

O PP3 *dele* predomina quando o antecedente é *específico* (76%) e *não específico* (53%), enquanto *seu* predomina quando o antecedente é *genérico* (94%). Müller (1997) aponta as limitações desta classificação, e sugere considerar a quantificação como uma categoria à parte. Por conta das pistas de distribuição identificadas no estudo de Almeida (1993), Müller (1997) defende que ocorre uma especialização de formas de PP3: “*seu* é a forma escolhida para funcionar como variável presa; e *dele*, a forma escolhida para expressar correferência” (MULLER, 1997, p. 22).

É neste ponto que introduzimos a hipótese do pronome substituto (*pronominal surrogate hypothesis*), de MacKay e Fulkerson (1979), segundo a qual “a natureza de um antecedente determina completamente a interpretação de um pronome” (p. 661, tradução nossa).³ Os autores demonstram a hipótese com construções do inglês que usam o pronome *it* e que age como substituto, mudando o sentido a cada uso, como nos seguintes exemplos:

- (1) That school got **its** problems.
'Essa escola tem **seus** problemas.'
- (2) I can hear what you said, but **it** doesn't make sense to me.
'Eu posso ouvir o que você disse, mas **isso** não faz sentido para mim.'

Em (1), o pronome *it* se refere ao antecedente nominal *that school*, já em (2), *it* se refere a uma toda sentença, *what you said*. O pronome parece não desencadear nenhuma contribuição para a construção do sentido por si só (MACKAY; FULKERSON, 1979), o que o faz ser apenas um “pronome substituto”. Por outro lado, o pronome é determinante na construção do sentido: esta é a hipótese da dominância pronominal (*pronominal dominance hypothesis*). Os pronomes não são elementos vazios, e “o significado lexical de um pronome determina a interpretação de seu antecedente” (MACKAY; FULKERSON, 1997, p. 661, tradução nossa):⁴

- (3) The president was walking with **her** daughter.
'A presidenta estava andando com **sua** filha.'
- (4) The teacher has been teaching **his** students math.
'O professor ensinou a **seus** alunos matemática.'

3 No original: “the nature of an antecedent completely determines the interpretation of a pronoun”.

4 No original: “the lexical meaning of a pronoun determines the interpretation of its antecedent”.

A presença do pronome *her* em (3), sendo uma forma de PP3 estritamente feminina, determinou o sentido no SN *the president*, evidenciando que uma mulher que preside estava andando com a filha. O mesmo ocorre em (4), em que o pronome *his*, de PP3 e masculino, levou-nos a compreensão de que o SN *the teacher* se refere a um professor do sexo masculino. O elemento referencial, o possessivo, determinou a interpretação de ambos os SN.

A implicação desta diferenciação no valor semântico dos pronomes se verifica nos usos das formas linguísticas para marcar gênero. No inglês, por exemplo, usa-se a forma *he* (ele) como a genérica, podendo representar tanto homens quanto mulheres; existe “um uso supostamente neutro, genérico, de referentes como “homem” e “ele” quando ambos gêneros são pretendidos” (FISK, 1985, p. 481, tradução nossa).⁵ Em estudos de percepção no inglês, MacKay e Fulkerson (1979) constataram que os pronomes atribuem significados aos seus antecedentes, e o uso de referentes como *homem* e *ele* para se referir a ambos os sexos leva os falantes a pensarem apenas no gênero masculino. Estes resultados dão suporte à hipótese da dominância pronominal. Fisk (1985), desenvolvendo um estudo com crianças do jardim e da primeira série, observou que as crianças não sinalizaram o uso de *he* como se fosse genérico, neutro, mas marcando o valor semântico de masculino. Segundo o autor, “esse achado estende a pesquisa anterior com estudantes universitários ao jardim de infância e alunos da primeira série, mostrando que eles também dão respostas baseadas no gênero masculino ao uso de ‘ele’ em uma representação neutra” (FISK, 1985, p. 484, tradução nossa).⁶ O mesmo é observado na pesquisa de MacKay (1980), que controlou se os participantes reconheciam o pronome *he* como referente a ambos os gêneros ou se faziam apenas relação ao gênero masculino. Para tanto, os participantes liam parágrafos contendo *he*, referindo-se a antecedentes neutros, como *person* (pessoa) e *writer* (escritor), permitindo avaliar se os falantes lhe atribuíam valor neutro ou masculino. Corroborando MacKay e Fulkerson (1979), seus resultados “sugerem que pronomes fazem mais do que substituir nomes” (MACKAY, 1980, p. 447, tradução nossa), visto que 80% dos participantes compreendem os antecedentes neutros de *he* mais como masculinos do que como femininos.⁷

No português, há também marcação neutra com nomes epicenos, ou com pronomes relativos, ou em situações de PP3 como dominante, como em (5), em que pronome *dela* desencadeia a interpretação do nome *policia* como feminino, havendo a dominância pronominal, com o pronome determinando o gênero do nome.⁸

(5) Policial de folga está sempre cuidando da segurança **dela** [mesma].

5 No original: “on the use of supposedly neutral referents such as ‘man’ and ‘he’ when both genders are intended”.

6 No original: “this finding extends the previous research with college students to kindergarten and first graders, showing that they too give male biased responses to the use of ‘he’ in an otherwise neutral presentation”.

7 No original: “suggest that pronouns do more than just stand for nouns”.

8 No português, Pinheiro e Freitag (2020) investigaram o efeito de *priming* na concordância em nomes comuns de dois gêneros para profissões, constatando que a frequência da associação do nome a um gênero interfere positivamente na concordância.

No entanto, se a dominância pronominal seguir a tendência pontuada por MacKay (1980) e Fisk (1985) na determinação do gênero nas situações de ambiguidade, tal como com pronomes neutros, como em (6), ou para nomes comuns de dois gêneros, como em (7), o masculino terá prevalência:

- (6) Eu acho que pra quem trabalha é um complicador muito grande continuar os **seus** estudos.⁹
- (7) Tive colegas aqui que moravam também aqui pelo Rosa Elze e sai da casa **deles** duas horas da manhã.

Enquanto em (6) não sabemos qual é o gênero de *quem*, em (7) o pronome *deles* desambigua o gênero do antecedente (*colegas*). Situações em que a retomada dos referentes neutros ocorre por PP3 do gênero masculino corroboram a hipótese da dominância pronominal, já que o pronome não carrega traços que provem o contrário. No entanto, isto só se aplica à forma *dele*, que concorda com o possuidor; *seu* concorda com o possuído.

Outro contexto de evidência da hipótese de dominância ocorre em cadeias referenciais com retomadas por SN de gêneros diferentes, em enunciados longos, como em (8), retirado do nosso conjunto de dados, em que dois SN, *uma língua geral* e *o inglês* formam uma cadeia referencial; a marcação de gênero em *dela* vincula o pronome ao SN *uma língua geral*, reforçando a concordância local.

- (8) eu gostaria de aprender [**o inglês**]_{masculino, singular} porém não gosto porque gostaria não eu quero aprender só que eu não gosto porque é uma é tipo [**uma língua geral**]_{feminino, singular} tipo que pra eu ir aos países à fora né? Você necessita *dela*_{feminino, singular} para se comunicar

Assim, além dos traços semânticos do referente (MULLER, 1997), considerando as evidências da hipótese de dominância pronominal, visamos identificar se a distância, o gênero e o número do referente também atuam no condicionamento do uso dos PP3 no português brasileiro contemporâneo falado em situação de maior monitoramento social e maior escolarização.

9 Deste ponto em diante, todos os dados utilizados para ilustração foram extraídos da amostra de 34 entrevistas sociolinguísticas do banco de dados Falares Sergipano (FREITAG, 2017); por não considerarmos as informações extralinguísticas na análise, omitimos a identificação do participante.

2 CONJUNTO DE DADOS E MÉTODO DE ANÁLISE

As explicações de Müller (1997) para os resultados apontam para a “antiguidade” e para o tipo de relação de interação do conjunto de dados utilizado, no caso, o NURC, composto por universitários nos anos 1970 em São Paulo, que evocaria um tipo de assunto mais referencial, o que motivaria a recorrência da forma *seu* PP3. A amostra que utilizamos para observar a realização de PP3 é composta por um conjunto de dados provenientes de 34 entrevistas do banco de dados *Falares Sergipanos* (FREITAG, 2017), realizadas com estudantes universitários nos *campi* da Universidade Federal de Sergipe, no escopo do projeto *Como fala, lê e escreve o universitário*.¹⁰

Assim como indicado por Müller (1997), foram consideradas todas as ocorrências de PP3: *seu(s)*, *sua(s)*, *dele(s)*, *dela(s)*, e excluídos os seguintes contextos: expressões cristalizadas, como “por sua vez”, “na sua maioria”, “na dele” e *seu* retomando *você* genérico. A distância do antecedente foi medida no escopo da sentença ou do turno. O antecedente do PP3 foi classificado quanto ao traço de personalidade (pessoa e não pessoa), e à classificação semântica adaptada da sugestão de revisão de Müller (1997): individual, genérico e quantitativo.

Além da estatística descritiva, e teste Fisher para a significância da associação entre os PP3 e o condicionamento semântico, utilizamos a técnica de árvores de inferências condicionais (HOTHORN; HORNIK; ZEILEIS, 2006, 2015; SPEYBROECK, 2012; FREITAG; PINHEIRO, 2020), um modelo de árvores de decisões em que as observações de ocorrências são agrupadas modo a ter o mínimo de variação dentro de um grupo e o máximo de variação entre os grupos, função *ctree* do pacote *partykit* (HOTHORN; ZEILEIS, 2015) na plataforma R (R CORE TEAM, 2020).

3 RESULTADOS

Foram computadas 392 ocorrências de PP3, das quais oito com antecedente instituição (“O Google é uma empresa que trata muito bem os seus funcionários”), todas com PP3 *seu*, retiradas da análise. A distribuição global foi de 51,3% *dele* e 48,7% *seu*, valores que se aproximam dos encontrados no NURC (55,8% e 44,2%, respectivamente), o que refuta a hipótese “*corpus* velho” e reforça a hipótese de um conjunto de dados provenientes de entrevistas constituídas por temas mais referenciais: o traço semântico do antecedente segue a tendência apontada por Müller (1997) para os dados do NURC: *dele* relacionado a antecedentes individuais (9)-(10), e *seu* a genéricos (11)-(12), embora as proporções não sejam as mesmas (na amostra do NURC, o percentual de genérico para *seu* é de 94% e *dele* é de 6%, face a 65,6% e 34,4%, respectivamente, identificados na nossa amostra).

10 O levantamento dos dados e a análise preliminar, em uma perspectiva variacionista e com controle binário de animacidade, definitude e especificidade, foi realizada em Siqueira, Silva e Rodrigues (2019). Utilizamos o mesmo conjunto de dados, mas com o controle de outros condicionadores, e em outro modelo de análise.

Genérico

- (9) Deviam ser pessoas que deveriam ganhar muito bem e nunca conseguem ou conseguem muito pouco aumento nos **seus** salários.
- (10) Eu não falo mais que uma pessoa é sem cultura ela tem a cultura **dela** ela pode ser sem educação.

Individual

- (11) O inglês tem a **sua** característica.
- (12) Ela viu que a turma não tava dando oportunidade pra apoiar a intriga **dele**.

O resultado do quantitativo segue a mesma tendência apontada por Müller (1997); as quatro ocorrências encontradas para *dele* se referem à decisão de incluir *a maioria* (13)-(15) como quantificador, não só *cada*, como em (16) e *todo*, em (17).

- (13) Eu observei que o curso em **sua** maior parte era um curso técnico.
- (14) Então por ter essa fama e os profissionais na maioria **deles** não trabalharem pra mudar.
- (15) Então um idoso o que é que um idoso geralmente faz? geralmente mora só às vezes né? a maioria **deles** moram sozinhos.
- (16) Cada mestrando tem os **seus** co-orientadores co-orientandos (não) que são os graduandos.
- (17) Todos têm **seu** modo de avaliar **seu** modo de ver como o aluno se comporta.

O traço semântico individual está relacionado ao PP3 *dele*, enquanto o quantitativo está relacionado ao PP3 *seu*, mas a relação não é categórica; a classe dos genéricos demanda maior refinamento.

TABELA 1 – DISTRIBUIÇÃO DAS OCORRÊNCIAS DA AMOSTRA QUANTO À EXPRESSÃO DE PP3

		dele	seu	p-valor
traço semântico do antecedente	<i>individual</i>	126 (90.0%)	14 (10.0%)	<0.001
	<i>quantitativo</i>	4 (8.2%)	45 (91.8%)	
	<i>genérico</i>	67 (34.4%)	128 (65.6%)	
distância do antecedente	<i>mesmo turno</i>	152 (65.0%)	82 (35.0%)	<0.001
	<i>mesma sentença</i>	45 (30.0%)	105 (70.0%)	
número do antecedente	<i>singular</i>	138 (55.9%)	109 (44.1%)	0.006
	<i>plural</i>	56 (46.3%)	65 (53.7%)	
	<i>coletivo</i>	3 (18.8%)	13 (81.2%)	
gênero do antecedente	<i>masculino</i>	143 (54.0%)	122 (46.0%)	0.107
	<i>feminino</i>	52 (47.3%)	58 (52.7%)	
	<i>neutro</i>	2 (22.2%)	7 (77.8%)	
pessoalidade	<i>pessoa</i>	176 (52.5%)	159 (47.5%)	0.223
	<i>não pessoa</i>	21 (42.9%)	28 (57.1%)	

Fonte: elaborada pelos autores.

Quanto ao gênero e número do antecedente e à hipótese da dominância pronominal, destacamos o controle dos antecedentes coletivos, como em (18)-(19), nomes singulares que se referem a um conjunto de entes no mundo, e aos neutros, como em (20)-(21), cuja especificação de gênero não pode ser inferida pelo nome em si (papel que o PP3 *dele*, por ser flexionável em função do possuidor, e não do possuído como *seu*, assume no processo de desambiguação).

- (18) A sociedade precisa dar o aval **dela** o político precisa fazer.
- (19) Foi assim que a população começou a fazer **suas** manifestações.
- (20) Tive colegas aqui que moravam também aqui pelo Rosa Elze e sai da casa **deles** duas horas da manhã.
- (21) Ou seja, quem nunca falou qual a música que lhe marcou na **sua** vida?

Tanto quanto ao gênero como quanto ao número, a partição gramatical binária do antecedente (masculino/feminino, singular/plural) não parece interferir na seleção do PP3; no entanto, *seu* tende a ser relacionado gênero neutro e ao número coletivo.

Nos contextos de PP3 *dele*, retomando a hipótese de dominância pronominal de MacKay e Fulkerson (1979): se em situações em que a retomada dos referentes neutros ocorre por PP3 do gênero masculino, corroboramos a hipótese da dominância pronominal. No entanto, isto só se aplica à forma *dele*, que concorda com o possuidor; *seu* concorda com o possuído. E quando o antecedente é masculino, o PP3 é masculino também (singular ou plural).

TABELA 2 – CONTINGÊNCIA DE PP3 *DELE* QUANTO AO GÊNERO E AO NÚMERO DO ANTECEDENTE

		singular	plural	singular	plural
		feminino <i>dela</i>	feminino <i>delas</i>	masculino <i>dele</i>	masculino <i>deles</i>
número do antecedente	<i>singular</i>	36	2	85	15
	<i>plural</i>	3	4	8	41
	<i>coletivo</i>	2			1
gênero do antecedente	<i>masculino</i>	1		90	52
	<i>feminino</i>	40	6	3	3
	<i>neutro</i>				2

Fonte: elaborada pelos autores.

A exceção identificada na área cinza da Tabela 2 é (22), um contexto longo, em que Matemática é um hipônimo de cursos.

- (22) Tem cursos, ah uma suposição [**Matemática**]_{feminino, singular} só estuda Matemática só visa Matemática assim fora aquelas matérias optativas e esse não a grade *dela*_{feminino, singular} já tem outras já oferece outras disciplinas.

Já quando o antecedente é feminino, formas masculinas de PP3 podem retomá-lo, como em (23), em que um antecedente feminino, singular, é retomado por um PP3 masculino, singular, ou plural, como em (24).

- (23) Tem [**gente**]_{feminino, singular} que fala errado mas fala aquele modo linguístico *dele*_{masculino, singular} da sua região.

- (24) Porque o que eu acho que [**a igreja**]_{feminino, singular} vende a fé vende a esperança o produto *deles*_{masculino, plural} entendeu?

Já nos contextos (25) e (26), o antecedente feminino e coletivo é retomado por PP3 masculino, plural, e (27), masculino singular.

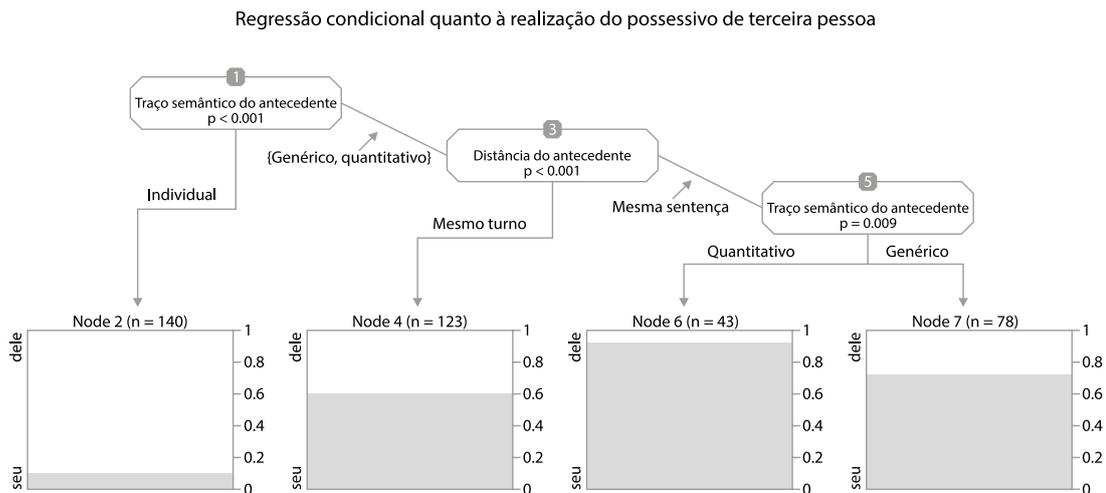
- (25) Minha linha é essa eu vejo como é [**a turma**]_{feminino, singular} e vejo até que ponto eu posso me aproximar deles tem [**turma**]_{feminino, singular} do período passado que eu sou amiga *deles*_{masculino, plural}

- (26) Então [**a minha família**]_{feminino, singular} toda acolhe de braços abertos é como se fosse uma realização minha mas mais ainda *deles*_{masculino, plural}

- (27) Se você já tiver sua [**clientela**]_{feminino, singular} fiel e cativa aí beleza se o que você tá fazendo tá satisfazendo as necessidades *dele*_{masculino, singular}

O comportamento de PP3 no português brasileiro falado contemporâneo e em situação de maior formalidade e escolarização pode ser sistematizado pelo modelo de regressão condicional (Figura 1).

FIGURA 1 – MODELO DE REGRESSÃO CONDICIONAL PARA PP3 NA AMOSTRA FALARES SERGIPANOS



Fonte: elaborada pelos autores.

Neste modelo, todas as ocorrências de PP3 da amostra ($n = 384$) foram agrupadas por semelhança entre si e diferença entre os grupos. O traço semântico individual tem predomínio de *dele* (90%); *seu* predomina com genéricos e quantitativos, no mesmo turno (60%), na mesma sentença com traço genérico (74%) e na mesma sentença com traço quantitativo (95%). A distribuição corrobora a hipótese da dominância pronominal e a da distribuição complementar de Müller (1997), de que *seu* funciona como presa e *dele* expressa correferência.

5 CONCLUSÃO

A análise confirma a ação da hipótese da dominância pronominal (MACKAY; FULKERSON, 1979), em que a retomada dos referentes neutros ocorre por PP3 do gênero masculino, assim como corrobora a hipótese da distribuição complementar dos possessivos de PP3 (MULLER, 1997), em que *seu* funciona como variante presa e *dele* expressa correferência. Retomando o ponto inicial, nenhuma das três gramáticas apresenta uma explicação que contemple a efetividade dos usos de PP3 no português brasileiro contemporâneo na situação de fala. A gramática A acerta em propor subsistemas, mas o traço distintivo não é a modalidade de registro, e sim o traço do referente. A gramática B acerta ao explicitar a estratégia de resolução de ambiguidade do possuidor (antecedente), mas não explicita a regra subjacente. A gramática C prescreve uma realidade de língua que não contempla falantes do NURC, nem da amostra Falares Sergipanos.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2012.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- FISK, W. R. Responses to 'neutral' pronoun presentations and the development of sex-biased responding. *Developmental Psychology*, v. 21, n. 3, p. 481, 1985.
- FREITAG, R. M. K. *Documentação Sociolinguística: coleta de dados e ética em pesquisa*. São Cristóvão: EdUFS, 2017.
- FREITAG, R. M. K. NURC, um banco de dados sociolinguístico. In: Oliveira Jr., M. (org.). *NURC - 50 anos*. São Paulo: Parábola, 2019. p. 125-134.
- FREITAG, R. M. K.; PINHEIRO, B. F. M. Modelo de árvore de inferência condicional para explicar usos linguísticos variáveis. In: CARVALHO, C.; LOPES, N. S.; RODRIGUES, A. T. *Sociolinguística e Funcionalismo: vertentes e interfaces*. Salvador: EDUNEB, 2020.
- HOTHORN, T.; HORNIK, K.; ZEILEIS, A. ctree: Conditional inference trees. *The Comprehensive R Archive Network*, p. 1-34, 2015.
- HOTHORN, T.; HORNIK, K.; ZEILEIS, A. Unbiased recursive partitioning: A conditional inference framework. *Journal of Computational and Graphical statistics*, v. 15, n. 3, p. 651-674, 2006.
- HOTHORN, T.; ZEILEIS, A. partykit: A modular toolkit for recursive partytioning in R. *The Journal of Machine Learning Research*, v. 16, n. 1, p. 3905-3909, 2015.
- KATO, M. A. A complementariedade dos possessivos e das construções genitivas no português coloquial: réplica a Perini (1985). *D.E.L.T.A.*, v. 1, n. 1-2, p. 107-120, 1985.
- LABOV, W. *Sociolinguistic patterns*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.
- MACKAY, D. G. Psychology, prescriptive grammar, and the pronoun problem. *American Psychologist*, v. 35, n. 5, p. 444-449, 1980.
- MACKAY, D. G.; FULKERSON, D. C. On the comprehension and production of pronouns. *Journal of Verbal Learning & Verbal Behavior*, v. 18, n. 6, p. 661-673, 1979.
- MULLER, A. L. P. A lógica subjacente à variação entre as formas possessivas de terceira pessoa: seu versus dele. *Revista da ANPOLL*, n. 3, p. 11-32, 1997.
- OLIVEIRA E SILVA, G. M. Estertores da forma seu de terceira pessoa na língua oral. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M.; SCHERRE, M. (org.). *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 169-146.

OLIVEIRA E SILVA, O. *Estudo da regularidade na variação dos possessivos no Português do Rio de Janeiro*, 1982. Tese (Doutorado em Linguística) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982.

PERINI, M. A. O surgimento do sistema possessivo coloquial: uma interpretação funcional. *D.E.L.T.A.*, v. 1, n. 1-2, p. 01-16, 1985.

PINHEIRO, B. F. M.; FREITAG, R. M. K. Estereótipos na concordância de gênero em profissões: efeitos de frequência e saliência. *Revista Linguística*, v. 16, n. 1, p.1-26, 2020.

R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria, 2019. Disponível em: <<http://www.Rproject.org>>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SIQUEIRA, M.; SILVA, V. N.; RODRIGUES, F. G. Sociolinguística. *Variação seu/dele referentes a 3ª pessoa do singular no português universitário sergipano: aspectos semântico-pragmáticos*. In: 1º Fórum Internacional de Sociolinguística. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, M. L. S. *Variação dos pronomes possessivos de terceira pessoa do singular seu (a) (s)/ dele (a) em Natal-RN: aspectos sociais e estilísticos*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

SOARES, A. S. F. *Segunda e Terceira Pessoa - o pronome possessivo em questão: uma análise variacionista*. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

SPEYBROECK, N. Classification and regression trees. *International journal of public health*, v. 57, n. 1, p. 243-246, 2012.

Squib recebido em 26 de março de 2020.

Squib aceito em 10 de maio de 2020.



INTERPRETAÇÃO DE PRONOMES DE PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL

JOSILENE DE JESUS MENDONÇA*

RESUMO

No português brasileiro, os pronomes de primeira pessoa do plural (*nós* e *a gente*) codificam referentes com maior ou menor grau de abrangência, englobando uma gradação entre os extremos *genérico* <-> *determinado*. Em um extremo, a classe dos *humanos* é referida de forma geral, no outro, a referência é voltada para o ato de fala, referindo-se ao falante mais o interlocutor (eu + tu/você). Devido à sua origem de base nominal, a forma *a gente* tende a ser associada a referentes mais genéricos, isto é, de maior abrangência. Porém, estudos sociolinguísticos têm evidenciado um aumento do uso de *a gente* em contextos de menor abrangência, sinalizando a perda da distinção semântica. Defendemos que as variantes *nós* e *a gente* apresentam o mesmo valor semântico, co-ocorrendo em todos os contextos referenciais. Para demonstrar a perda da restrição semântica na expressão da primeira pessoa do plural, faz-se necessária uma discussão sobre as propriedades gramaticais envolvidas na interpretação dos pronomes. Neste *squib*, apresentamos a interação entre as categorias semânticas *pessoa*, *número*, *definitude*, *especificidade* e *genericidade* na interpretação dos pronomes *nós* e *a gente*.

Palavras-chave: primeira pessoa do plural, interpretação de pronomes, categorias semânticas

ABSTRACT

In Brazilian Portuguese, first person plural pronouns (*nós* and *a gente*) codify referents with higher or lower degree of comprehensiveness, encompassing a gradation between the edges *generic* <-> *defined*. On one edge, the class of *humans* is cited in a general way, on the other, the reference is set to the speech act, referring to both the speaker and the interlocutor (I + you – tu/você). Because of its nominal base origin, the form *a gente* tends to be associated with more generic referents, i. e., higher comprehensiveness. However, sociolinguistic studies have evidenced an increase in the use of *a gente* in contexts of lower comprehensiveness, signaling a loss of semantic distinction. We argue that the variants *nós* and *a gente* present the same semantic value, co-occurring in all referential contexts. In order to demonstrate the loss of semantic restriction in the expression of first person plural, a discussion on the grammatical properties involved in the interpretation of pronouns is needed. The purpose of this *squib* is to present the interaction of the semantic categories *person*, *number*, *definiteness*, *specificity*, and *genericity* in the interpretation of the pronouns *nós* and *a gente*.

Keywords: first person plural, interpretation of pronouns, semantic categories

* Universidade Federal de Sergipe, UFS. Doutoranda, e-mail: mendoncajosilene@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Os estudos sociolinguísticos a respeito da variação na referência à primeira pessoa do plural (*nós* vs. *a gente*) têm demonstrado que o valor semântico das formas pronominais é significativo para o fenômeno. Devido sua origem de base nominal, a forma *a gente* tende a ser associada a referentes mais genéricos, isto é, de maior abrangência referencial, como em (1).

- (1) Doc: você pratica alguma ação para preservar o meio ambiente?
 Inf: [...] eu acho assim que eu dev- eu poderia como pessoa fazer mais ... tenho essa consciência que eu poderia fazer mais ... mas eu acho que *a gente* se acomoda tanto e não faz muita coisa. (01ent.UFS-Itabaiana2018_desl.l_início_ray.fs.19)¹

Porém, estudos mais recentes têm evidenciado um aumento do uso de *a gente* em contextos de menor abrangência, sinalizando a perda da distinção semântica. Defendemos que as variantes *nós* e *a gente* apresentam o mesmo valor semântico, co-ocorrendo em todos os contextos referenciais. Para demonstrar a perda da restrição semântica na expressão da primeira pessoa do plural, faz-se necessária uma discussão sobre as propriedades gramaticais envolvidas na interpretação dos pronomes. Neste *squib*, apresentamos a interação entre as categorias semânticas *pessoa*, *número*, *definitude*, *especificidade* e *genericidade* na interpretação dos pronomes *nós* e *a gente*.

A interação entre as categorias de pessoa e número nos paradigmas pronominais das línguas naturais é sistemática, envolvendo a gramaticalização de categorias cognitivas como referência, pluralidade e taxonomia (HARLEY; RITTER, 2002). A interpretação referencial da primeira pessoa do plural envolve a interação entre as propriedades morfossemânticas de pessoa gramatical (primeira) e número (plural). Do ponto de vista da pessoa gramatical, o referente codificado por uma forma de 1ª pessoa do plural sempre inclui o falante, isto é, apresenta uma natureza dêitica. No que diz respeito às distinções relativas ao número, a 1ª pessoa do plural codifica um grupo misto constituído pelo falante e outras pessoas. No exemplo (2), o pronome de primeira pessoa do plural *a gente* codifica um grupo no qual o falante se inclui — alunos do curso de Física.

- (2) Doc: quais os pontos positivos e negativos que você acha que tem no *curso de Física*?
 Inf: ah o departamento de matemática é o ponto ma- mais negativo que tem ... porque como *a gente* vem com o ensino médio fraco ... o ENEM ele cobra po- pouco dos alunos ... apesar das pessoas achar que é uma prova difícil é só grande extensa ... ela é difícil no cansaço ... mas em si seu assunto é muito básico ... *a gente* chega com pouco suprimento aqui de conteúdo e dá um baque muito grande com o departamento de matemática que trava o curso de Física [...] (04ent.UFS-Itabaiana2018_desl.l_início_thi.ms.19)

1 Os exemplos utilizados neste *squib* fazem parte do banco de dados *Falares Sergipanos* (FREITAG, 2013, 2017), especificamente das amostras *Rede social de informantes universitários de Itabaiana/SE* (ARAUJO; SANTOS; FREITAG, 2014), codificada como *int.UFS-Itabaiana2013*, e *UFS-Itabaiana2018*, codificada como *ent.UFS-Itabaiana2018*, ambas constituídas por dados de fala de estudantes da Universidade Federal de Sergipe, Campus Professor Alberto Carvalho.

Embora as características morfossemânticas codificadas pela forma pronominal *a gente* possibilitem a interpretação do objeto referenciado como um grupo no qual o falante está incluído, a identificação do grupo requer um processo inferencial baseado no contexto linguístico e extralinguístico. No contexto linguístico, a expressão *curso de Física* funciona como termo âncora para a interpretação do pronome. Esse processo inferencial, desencadeado por uma expressão linguística, é possibilitado pelo fato de pronomes plurais poderem referir-se anaforicamente a um conjunto implicado pelo contexto linguístico antecedente, mesmo quando o conjunto não é indicado explicitamente por um sintagma nominal (KAMP; REYLE, 1993). A contribuição do contexto extralinguístico para a interpretação das ocorrências de *a gente* em (2) como se referindo aos alunos de Física diz respeito à informação pragmática de que o falante, de fato, é aluno do curso de Física.

Além da noção dêitica de pessoa, em que o falante sempre está implicado, a interpretação de pronomes de primeira pessoa do plural também depende de outras propriedades do contexto extralinguístico, por exemplo, para quem, quando e onde o enunciado que contém a forma pronominal foi proferido (SIEWIERSKA, 2004). Em (2), por exemplo, a identificação de a qual curso de Física o falante se refere é diretamente ligada à informação pragmática de onde o ato de fala ocorreu, no caso, a gravação de uma entrevista sociolinguística. A partir da conjugação das características morfossemânticas do pronome, do contexto linguístico e das noções dêiticas fornecidas pelo contexto extralinguístico, é possível a identificação do referente das ocorrências de *a gente* em (2) como sendo alunos do curso de Física do *Campus Professor Alberto Carvalho/UFS*, local onde foram realizadas as entrevistas.

A interação entre as categorias de pessoa e número possibilita diferentes interpretações para os pronomes de primeira pessoa do plural, com nuances de abrangência do referente, conforme discutimos na próxima seção.

2 INTERAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS GRAMATICAIS PESSOA E NÚMERO

A categoria gramatical número nos pronomes pessoais é intimamente relacionada à característica de pessoa, portanto, a interpretação dos pronomes do plural é direcionada pela interação com a noção de pessoa. Isso porque, diferentemente dos substantivos, pronomes do plural não indicam a soma de objetos de uma mesma classe. O Quadro 1 apresenta as possibilidades de interpretação para os pronomes da primeira pessoa do plural.

QUADRO 1 — INTERPRETAÇÕES REFERENCIAIS PARA A PRIMEIRA PESSOA DO PLURAL

1ªp + 1ªp	mais de um falante
1ªp + 2ªp	o falante e o destinatário
1ªp + 2ªp + 3ªp	o falante, o destinatário e minimamente um outro
1ªp + 3ªp	o falante e outro

Fonte: elaborado pela autora com base em Siewierska (2004, p. 82).

A primeira possibilidade de interpretação, em que a forma pronominal refere-se a mais de um falante, é extremamente rara, restrita a situações em que de fato várias pessoas estão falando simultaneamente, por exemplo, juramentos ou outras situações especiais (SIEWIERSKA, 2004). Com exceção dessa possibilidade rara de interpretação, a 1ª pessoa do plural refere-se ao falante mais outra(s) pessoa(s). Nos termos de Benveniste (2005[1966]), a 1ª pessoa do plural é a junção do eu (falante) mais um não-eu (o destinatário e/ou a não-pessoa), isto é, “o ‘nós’ anexa ao ‘eu’ uma globalidade indistinta de outras pessoas” (BENVENISTE, 2005[1966], p. 258).

Uma distinção importante para a interpretação da 1ª pessoa do plural diz respeito à inclusão ou à exclusão do destinatário no referente da forma pronominal. No português brasileiro, os pronomes de primeira pessoa do plural (*nós* e *a gente*), embora não codifiquem essa distinção semântica morfológicamente, apresentam as duas possibilidades de interpretação. Em (3), a forma *a gente* é empregada com valor inclusivo, referindo-se ao falante e seu destinatário. Nesse excerto, o falante usa a 1ª pessoa do plural para retomar um tópico mencionado anteriormente na conversa com o interlocutor. O pronome *a gente* em (4), por outro lado, apresenta uma referência específica relativa ao falante mais uma terceira pessoa (a irmã do falante), com valor semântico exclusivo, isto é, o interlocutor não está incluído no referente da forma pronominal.

- (3) F1: é né? o ruim é isso... até mesmo essa questão como *a gente* tava dizendo das praças... (hes) quando você parte para o interior você vê muito essa questão da ainda dos mais velhos de ir pra praça conversar mesmo que seja de política mas vão (int.UFS-Itabaiana2013 D.S._{cdt} A.G._{sdt} P MF 02)
- (4) Inf: na infância eu só tinha contato com *as minhas irmãs* mesmo de pai e mãe ... com *a mais velha* eh o meu contato era mais afetivo *a gente* tinha mais afinidade com a outra eu só brigava (78ent.UFS-Itabaiana2018_desl. IV_meio_geo.fs.22)

Os valores inclusivos e exclusivos também são expressos nos usos genéricos das formas de 1ª pessoa do plural. No exemplo (5), as duas ocorrências de *a gente* codificam genericamente o grupo social *cidadãos brasileiros*, no qual o falante e o destinatário estão incluídos. A interpretação da forma pronominal em (5) é realizada a partir da natureza dêitica da 1ª pessoa do plural mais a presença do termo âncora *Brasil*. Em (6), *a gente* apresenta valor semântico exclusivo, pois o interlocutor não está incluído na referência indicada pelo pronome. Neste excerto, a forma de 1ª pessoa do plural foi usada para fazer referência aos participantes da igreja, grupo social no qual o falante está incluído. Neste exemplo, a informação dêitica a respeito de quem é o interlocutor do falante nesse momento de fala é de fundamental importância para a identificação do valor exclusivo. Neste caso, o interlocutor é uma pesquisadora do GELINS (Grupo de Estudos em Linguagem, Interação e Sociedade) que estava conduzindo a entrevista sociolinguística.

- (5) Inf: Venezuela tão sofrendo demais muitos moradores de lá tão sendo f- tão fugindo de lá então acho que se o *Brasil* ... eu vejo assim que se *a gente* insistir mais uma vez em partidos de esquerda comunistas eu acho que *a gente* vai cometer um grande erro (ent.UFS-Itabaiana2018_desl. II_meio_mat.ms.20)
- (6) Doc: gosta de morar aqui em Itabaiana?
 Inf: gosto assim eh ... já foi mais agitada ... aí inclusive *o pessoal da igreja a gente* até orou pra melhorar ... orou pra o GETAM vim graças a Deus veio (02ent.UFS-Itabaiana2018_desl. I_início_mid.fs.22)

A 1ª pessoa do plural do português brasileiro também apresenta entre as suas possibilidades de interpretação distinções semânticas quanto ao tamanho do grupo referido pela forma pronominal. Nos exemplos de (7) a (10), as formas de 1ª pessoa do plural apresentam diferentes interpretações, marcadas por uma gradação referencial de acordo com o tamanho do grupo referido.

- (7) Doc: quem era o seu melhor amigo ou sua melhor amiga na infância?
 Inf: *a minha prima* ... que se chama *Jennifer* que cresceu comigo ... desde de criança *a gente* sempre foi eu por ela e ela por mim ela me defendia e eu defendia ela (01ent.UFS-Itabaiana2018_desl. I_início_ray.fs.19)
- (8) Doc: tem assim uma emissora ou programa preferido?
 Inf: *lá em casa* é a rádio de Jeremoabo ... o programa de meio dia que eu não lembro o nome do programa mas eu sempre que tipo *a gente* sempre almoça e sempre tá lá ligado (77ent.UFS-Itabaiana2018_desl. IV_meio_isl.fs.19)
- (9) Inf: [...] questão de música tem muitas músicas assim que não são tão apropriadas pra certas crianças que tocam em qualquer ambiente eu acho que *nós* assim *como adultos* deveríamos ter mais cuidado assim porque um dia essa criança vai se tornar adulto (61ent.UFS-Itabaiana2018_desl. II_meio_mat.ms.20)
- (10) Inf: eu tenho um exemplo que é minha tia ... eh ela foi a primeira taxista de Canindé mulher ... e hoje ela quem comanda a associação das topiques de Canindé ... e ela já foi topiqueira também ... já dirigiu caminhão ... e hoje *a gente* ainda vê preconceito em relação a isso principalmente da parte dos homens que acha que mulher não pode fazer isso ... por ser considerado sexo frágil ((78ent.UFS-Itabaiana2018_desl. IV_meio_geo.fs.22)

Em (7), *a gente* codifica um grupo de duas pessoas, o falante e a melhor amiga. Nesse exemplo, o pronome de 1ª pessoa apresenta uma referência específica, com valor exclusivo, em que a interpretação do referente é realizada por meio da indexicalidade da forma *a gente* e do termo âncora *Jennifer*. A partir da expressão dêitica *lá em casa*, a ocorrência de *a gente* em (8) é interpretada como se referindo a um grupo pequeno, isto é, as pessoas que vivem na casa do falante.

A interpretação do pronome *nós* em (9) é realizada a partir do termo âncora *como adultos*. Em (9), a forma *nós* faz referência aos adultos de maneira genérica, incluindo o falante e o interlocutor. Nesse contexto, a referência realizada pelo pronome de 1ª pessoa do plural é feita a um grupo grande, definido no contexto linguístico. Em (10), a referência da forma *a gente* também é a um grupo grande, porém, indefinido, sem a presença de um termo âncora. O referente de *a gente* em (10) é a humanidade de forma geral, incluindo também o falante e o interlocutor. A diferença de interpretação para as formas de 1ª pessoa do plural entre contextos como (9) e (10), em que a referência é genérica, além do tamanho do grupo e da presença de um termo âncora, está atrelada às categorias referenciais definitude, especificidade e genericidade, discutidas na próxima seção.

3 DEFINITUDE, ESPECIFICIDADE E GENERICIDADE

A noção de definitude, considerada a partir das condições de familiaridade e novidade dos referentes, é um fenômeno diretamente relacionado à especificidade. No modelo de especificidade proposto por Enç (1991), o que distingue as noções de definitude e especificidade é a natureza da ligação com referentes previamente estabelecidos no discurso. Um SN definido apresenta antecedente forte, a partir da relação de *identidade*. A especificidade de um referente envolve *inclusão*, através de uma relação mais fraca e mais frouxa com os referentes já evocados na estrutura do discurso. Nos termos de Enç (1991), um SN específico apresenta antecedente fraco. Nesse modelo, SNs definidos são necessariamente específicos, pois a relação de *identidade* com um referente anteriormente evocado na estrutura do discurso implica também *inclusão* (ENÇ, 1991).

As propriedades referenciais de definitude e especificidade, embora não correspondam a categorias formais no paradigma pronominal do português brasileiro, são fundamentais para a interpretação do referente de formas de 1ª pessoa do plural. Os excertos apresentados em (11), (12) e (13) mostram que os referentes dos pronomes de 1ª pessoa do plural podem apresentar antecedentes fortes, a partir da relação de identidade, antecedentes fracos, em que se estabelece uma relação de inclusão com referentes anteriormente expressos, como também não apresentar nenhum vínculo com outros referentes da estrutura do discurso anterior, codificando um referente não-específico.

Em (11), as ocorrências da 1ª pessoa do plural apresentam um antecedente forte, isto é, uma relação de identidade entre o referente da expressão *você e seu melhor amigo*, destacada na fala do documentador, e o referente de *a gente*, do sujeito não expresso (Ø) do verbo *correu*, como também do sujeito sintático marcado pelo morfema *-mos* na forma verbal *ficamos*. Nesse caso, como o antecedente está na fala de outra pessoa, ocorre uma mudança de forma — *você* para *eu*, decorrente da troca de papéis de fala, porém, o referente continua o mesmo.

- (11) Doc: conte um momento engraçado que aconteceu com *você e seu melhor amigo*
 Inf: o engraçado foi porque *a gente* foi jogar uma pedra no telhado de de uma pessoa que *a gente* não gostava
 Doc: e aí?
 Inf: *a gente* jogou Ø *correu* ... aí *ficamos* rindo (79ent.UFS-Itabaiana2018_desl. IV_meio_sam.ms.21)

Em (12), o termo *o PIBID* funciona como um antecedente fraco para o pronome *a gente*, pois a interpretação da forma de 1ª pessoa do plural depende do vínculo com o antecedente, porém, o vínculo não é de identidade, apenas de inclusão.² Nesse contexto, o referente de *a gente* é o grupo de alunos do PIBID, especificamente o grupo do qual o falante faz parte, e não o PIBID de forma ampla. A interpretação de a qual grupo de alunos do PIBID a forma pronominal se refere exatamente depende de informações contextuais, por exemplo, o fato de o falante ser aluno do curso de Física do Campus Itabaiana/UFS.³ Assim, a identificação do referente é realizada por meio de um processo inferencial ativado pelo antecedente fraco mais as informações dêiticas a respeito do falante.

- (12) Doc: como foi essa experiência com *o PIBID*?
 Inf: foi bem satisfatória porque consegui entender mais como funciona a educação básica ... porque o professor levava *a gente* pra ir nas escolas ... aplicar experimento tudo e *a gente* se familiarizou né? com aquilo que *a gente* vai querer fazer mais na frente ... aí foi meio que uma motivação pra mim no curso (79ent.UFS-Itabaiana2018_desl. IV_meio_sam.ms.21)

Em termos de estrutura referencial do discurso, um sintagma nominal específico é referencialmente ancorado a outro objeto de discurso (von HEUSINGER, 2002). Assim, as formas de 1ª pessoa do plural nos exemplos (11) e (12) são específicas, pois apresentam vinculação com referentes anteriormente estabelecidos no discurso. Porém, as ocorrências em (11) e (12) diferem quanto à natureza da vinculação com o antecedente: em (11), há uma relação de identidade, em (12), apenas inclusão. No exemplo (13), o referente de *a gente* não apresenta vinculação com nenhum termo expresso no discurso, portanto, é não-específico. Nesse contexto, o pronome refere-se ao grupo genérico *humanidade*, com a inclusão do falante e do interlocutor.

- (13) Doc: algo relacionado assim ao cristianismo que você acha interessante
 Inf: que eu acho interessante? algumas alguns mandamentos por exemplo você sempre se você seguir aquilo que tá principalmente no novo testamento você vai ter uma sociedade maravilhosa né? você não vai matar você não vai roubar você não vai eh desejar a mulher ou o homem do próximo são coisas interessantes que se *a gente* realmente aplicasse *a gente* teria poderia ter um mundo um pouco melhor (74ent.UFS-Itabaiana2018_desl. IV_início_pau.ms.18)

O uso genérico dos pronomes pessoais necessariamente denota humanos, portanto, está instanciado na categoria de pessoa. A referência a pessoas em geral é apenas um tipo de uso genérico dos pronomes de 1ª pessoa do plural, essas formas pronominais também marcam

2 PIBID é a sigla para Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Esse programa é destinado a alunos de licenciatura, e visa proporcionar o contato dos futuros professores com a realidade escolar, através do desenvolvimento de atividades pedagógicas na Educação Básica.

3 Ao ancorar o referente da forma pronominal ao termo *o PIBID*, o falante considera que seu interlocutor, um pesquisador vinculado ao ambiente acadêmico, tem conhecimento a respeito da estrutura organizacional do programa. No PIBID, cada licenciando vinculado ao programa participa de um subprojeto, definido pela área do conhecimento, coordenado por um professor do departamento, e vinculado a um projeto institucional (JESUS, 2018).

genericidade a partir da categorização dos humanos em subclasses da humanidade, isto é, em grupos sociais. Os pronomes de 1ª pessoa do plural podem expressar referência genérica, denotando um grupo social no qual o falante está incluído, sem fazer referência aos indivíduos específicos desse grupo. No exemplo (14), o falante usa as formas *a gente* e *nossa* para referir-se aos universitários de forma geral, como uma classe, sem individualizar os integrantes, portanto, referindo-se genericamente à categoria *universitário*.

(14) Doc: pra você o que é ser universitário Midian?

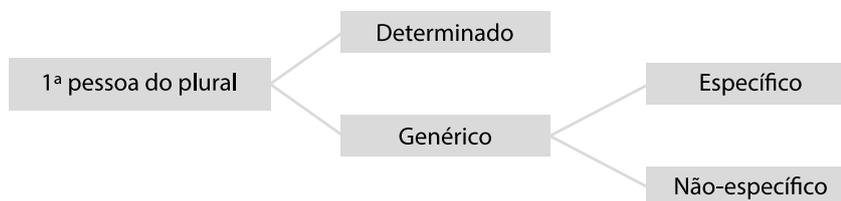
Inf: eh assim ... é bom ser *universitário* ... porque *a gente* tá sempre se expondo a conhecimento né? ... aprendi novas coisas além de aprender sobre a *nossa* futura formação aprendi muitas coisas sobre questões da vida mesmo né? a convivência com as pessoas né? ... eh se torna melhor... às vezes *a gente* entra aqui né? com uma visão uma perspectiva da vida e e muda muito ... que aprendi muitas coisas mesmo fora as coisas do curso (02ent.UFS-Itabaiana2018_desl. I_início_mid.fs.22)

As ocorrências da 1ª pessoa do plural expressas em (13) e (14) diferem quanto à especificidade. Em (14), o referente das formas pronominais é específico, pois apresenta relação de inclusão com um referente anteriormente compartilhado no discurso, o termo âncora *universitário*. Por outro lado, em (13), as ocorrências de *a gente* apresentam referente não-específico, pois não estabelecem relação com outros referentes da estrutura do discurso. O uso genérico dos pronomes de 1ª pessoa do plural, como os expostos em (13) e (14), opõe-se ao uso determinado, em que as pessoas incluídas na referência pronominal são identificadas no contexto linguístico, como em (15).

(15) Inf: na infância eu só tinha contato com *as minhas irmãs* mesmo de pai e mãe ... com *a mais velha* eh o meu contato era mais afetivo *a gente* tinha mais afinidade com a outra eu só brigava (78ent.UFS-Itabaiana2018_desl. IV_meio_geo.fs.22)

Em (15), o referente do pronome *a gente* é determinado pelo contexto linguístico, diz respeito ao falante mais a irmã mais velha. A partir das possibilidades de uso dos pronomes de 1ª pessoa do plural, e considerando os conceitos de definitude, especificidade e genericidade, a Figura 1 apresenta as distinções semânticas expressas pelas formas de 1ª pessoa do plural no português brasileiro. O referente de um pronome de 1ª pessoa do plural é determinado quando faz referência a indivíduos especificados no contexto linguístico. Por outro lado, o referente genérico faz referência à classe dos humanos de forma geral, ou a um grupo social no qual o falante está incluído, categorizando os integrantes do grupo a partir do valor [+humano].

FIGURA 1 — VALOR SEMÂNTICO DOS PRONOMES DE 1ª PESSOA DO PLURAL



Fonte: elaborada pela autora.

Referentes genéricos, embora não apresentem um antecedente forte, não podem ser considerados indefinidos, pois representam informações velhas no modelo de discurso construído durante a interação verbal (PRINCE, 1992). Ao usar formas de 1ª pessoa do plural para referir-se às pessoas de modo geral, ou a um grupo social, o falante assume que seu interlocutor tem conhecimento a respeito da classe referida. Devido ao fato de usos genéricos não serem definidos, nos termos propostos por Enç (1991), nem indefinidos, já que não atendem à condição de novidade, optamos por usar o termo determinado para os referentes que apresentam relação de identidade com referentes anteriormente evocados no discurso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste *squib* discutimos a respeito da interpretação de pronomes de primeira pessoa do plural, considerando a interação entre as categorias semânticas de *pessoa*, *número*, *definitude*, *especificidade* e *genericidade*. Vimos que a abrangência do referente das variantes *nós* e *a gente* é determinada pela forma como a categoria de número interage com a noção de pessoa gramatical, produzindo nuances referenciais, como por exemplo, a noção de inclusão e exclusão do interlocutor, e o tamanho do grupo referido pelas formas pronominais. No tocante à relação dos pronomes com a estrutura referencial do discurso, observamos que as categorias semânticas de definitude, especificidade e genericidade atuam na construção de referentes mais ou menos abrangentes.

A partir dessa discussão a respeito das possibilidades de interpretação das formas de primeira pessoa do plural, consideramos produtivo o controle dos fatores que interferem na abrangência referencial das variantes *nós* e *a gente*, a fim de demonstrar a perda da restrição semântica de *a gente*, a partir de uma matriz de traços semânticos, quais sejam: i) inclusão/exclusão do interlocutor; ii) tamanho do grupo; e iii) relação com a estrutura referencial construída no momento da interação verbal, a partir dos valores de definitude, especificidade e genericidade, conforme Figura 1. Em uma perspectiva de mudança em tempo real, a fim de demonstrar a ampliação dos usos de *a gente* para todos os contextos referenciais da primeira pessoa do plural, evidenciando o encaixamento da forma na estrutura linguística do português brasileiro, o estudo *Primeira pessoa do plural: traços semânticos, covariação e mudança linguística* (MENDONÇA, em preparação) controla essa matriz de traços semânticos em duas amostras de entrevistas sociolinguísticas (2010/2011 e 2018), constituídas no *Campus* Professor Alberto Carvalho, da Universidade Federal de Sergipe, situado em Itabaiana/SE.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, A. S.; SANTOS, K. C.; FREITAG, R. M. K. Redes sociais, variação linguística e polidez: procedimentos de coleta de dados. In: FREITAG, R. M. K. (org.). *Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística*. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014. p. 99-116. DOI: <http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-MCMD5-8cap>.

BENVENISTE, E. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005 [1966].

ENÇ, M. The Semantics of Specificity. *Linguistic Inquiry*, v. 22, n. 1, 1991, p. 1-25.

FREITAG, R. M. K. Banco de dados Falares Sergipanos. *Working Papers em Linguística*, v. 13, n. 2, p. 156-164, Florianópolis, abr./jul, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1984-8420.2013v14n2p156>.

FREITAG, R. M. K. Falares Sergipanos. In: ATAÍDE, C. et al. *Gelne 40 anos: experiências teóricas e práticas nas pesquisas em Linguística e Literatura*. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2017. p. 119-129.

HARLEY, H.; RITTER, E. Person and number in pronouns: a feature-geometric analysis. *Language*, v. 78, n. 3, 2002, p. 482-526.

von HEUSINGER, K. Specificity and Definiteness in Sentence and Discourse Structure. *Journal of Semantics*, v. 19, n. 3, 2002, p. 245-274. DOI: <https://doi.org/10.1093/jos/19.3.245>.

JESUS, J. M. *Efeitos do PIBID nos cursos de licenciatura do campus Professor Alberto Carvalho/UFS: estudo comparativo entre egressos participantes e não participantes do programa durante e depois da formação inicial*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

KAMP, H.; REYLE, U. The plural. In: KAMP, H.; REYLE, U. *From Discourse to Logic: Introduction to Model Theoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*. Dordrecht: Kluwer, 1993. p. 305-482.

MENDONÇA, J. *Primeira pessoa do plural: traços semânticos, covariação e mudança linguística*. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Sergipe. Em preparação.

PRINCE, E. F. The ZPG letter: Subjects, definiteness, and information-status. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (ed.). *Discourse description: Diverse linguistic analyses of a fund-raising text*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1992. p. 295-325.

SIEWIERSKA, A. *Person*. Cambridge University Press, 2004.

Squib recebido em 30 de março de 2020.

Squib aceito em 21 de abril de 2020.



NOMINAIS NUS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: AS PARTICULARIDADES DO SINGULAR NU

PAMELLA SOARES ROSA*

RESUMO

As línguas naturais apresentam propriedades distintas que permitem classificá-las em três tipos: [+arg, -pred], [-arg, +pred] e [+arg, + pred] (CHIERCHIA, 1998). Estas propriedades relacionam-se às diferentes ocorrências de nominais nus nas línguas. O objetivo deste estudo é verificar as particularidades de ocorrência do singular nu no português brasileiro, já que este ocorre de forma bastante diferente de outras línguas de mesmas propriedades semânticas. Ainda, parece haver uma semelhança entre o inglês e o português brasileiro em relação ao plural nu, todavia tal semelhança, como nas línguas de mesmo tipo, não ocorre no singular nu. Pires de Oliveira (2012) e Müller (2004) apresentam estudos relevantes que visam compreender essas particularidades, levantando as seguintes hipóteses: (i) o singular nu é semelhante ao substantivo de massa; e (ii) o singular nu pode ser tópico sentencial. Ainda assim, conforme Müller (2002), o PB apresenta questões de genericidade compatíveis às demais línguas românicas, corroborando em parte, os parâmetros semânticos das línguas naturais.

Palavras-chave: parâmetros semânticos, sintagma nominal, português brasileiro

ABSTRACT

Natural languages present distinct properties that can be classified into three types: [+arg, -pred], [-arg, +pred] and [+arg, + pred] (CHIERCHIA, 1998). These properties are related to the different occurrences of nouns in languages. The aim of this study is to verify the particularities of the occurrence of bare singular in Brazilian Portuguese, because it occurs quite differently from other languages with the same semantic properties. Still, there seems to be a similarity between English and Brazilian Portuguese in relation to the bare plural, however such similarity, as in the languages of the same type, does not occur in the bare singular. Pires de Oliveira (2012) and Müller (2004) present relevant studies that aim to understand these particularities, raising themselves the following hypotheses: (i) bare singular is similar to the mass noun and (ii) bare singular as sentential topic. Even so, according to Müller (2002), BP presents questions of generic readings that are captured in the other Romance languages, partially corroborating the semantic parameters of natural languages.

Keywords: semantic parameters, noun phrase, Brazilian Portuguese

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Escola de Humanidades. Doutoranda e mestre em Letras pela PUCRS, e-mail: pamella.rosa@acad.pucrs.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-1486-3099>.

1 INTRODUÇÃO

Chierchia (1998) propõe a existência de parâmetros semânticos para as línguas naturais, conhecido como *Nominal Mapping Parameter* (NMP). Esses parâmetros relacionam-se às propriedades predicativa [+pred] e argumental [+arg], podendo as línguas apresentarem ou não estas duas propriedades. Para o autor, as categorias *Noun* (N) e *Noun Phrase* (NP) são mapeadas em duas denotações através das línguas, podendo, assim, variar de uma língua para outra: em algumas línguas, N e NP são argumentais e denotam entidades, enquanto em outras podem ser predicados e denotar propriedades.

Para o autor, o NMP determina como as categorias N e NP são mapeadas em suas denotações, havendo, para isso, a combinação das características [+/- pred] e [+/- arg]. Considerando a combinação destas características, Chierchia (1998) argumenta que pode haver três tipos de língua: tipo 1 [+arg, -pred]; tipo 2 [-arg, +pred]; tipo 3 [+arg, +pred]. Ainda, as línguas naturais sabidamente apresentam diferenças nos tipos de estrutura que permitem. Entre elas, está a possibilidade ou não de ocorrência de nominais sem determinantes, conhecidos na literatura como “nominais nus”, objeto de estudo deste *squib*.

Nas línguas do tipo 1, como o chinês, N e NP referem-se a tipos, tendo como características: N e NP ocorrem livremente como argumentos; não há distinção de massa e contagem entre substantivos, não havendo morfologia numérica. Nos idiomas de tipo 2, como francês e português, N e NP devem referir-se a propriedades, assim, apenas os DPs (*determiner phrase*) podem ser argumentos e há distinção de massa e contagem, possibilitando morfologia de número. Por fim, nas línguas de tipo 3, como o inglês, N e NP podem referir-se a propriedades ou a tipos, DP e NP podem ser argumentos e a distinção entre massa e contagem é esperada.

Apesar de encaixar-se nas línguas de tipo 2, o português brasileiro assemelha-se ao inglês no que se refere ao nominal nu. Os nominais nus ocorrem em núcleos sem determinantes, isto é, nomes sem determinantes, podendo, de acordo com a variação dos tipos de língua, estar no singular ou no plural. Assim, há uma importante diferença entre o português brasileiro e as demais línguas, incluindo o inglês: o singular nu, que apresenta funções e comportamentos específicos no português brasileiro. Há, pois, importantes estudos sobre este tipo de nominal: Schmitt e Munn (1999, 2002), Müller (2002, 2004), Müller e Oliveira (2004), Pires de Oliveira e Rothstein (2011a, 2011b) e Pires de Oliveira (2012, 2014) apresentam importantes contribuições para o desenvolvimento dos estudos semânticos acerca dos nominais nus, com hipóteses diversas, como semelhanças entre nominal nu e substantivo de massa nu, nominal nu como tópico sentencial, nominal nu em NP e genericidade.

O trabalho desenvolve-se nas seções a seguir. “Nominais Nus no português brasileiro” aborda questões relacionadas ao plural e ao singular nu do PB, apresentando exemplos e possibilidades de ocorrências deste fenômeno; “Particularidades do Singular Nu no português brasileiro” discute as principais diferenças do singular nu no português brasileiro em relação às demais línguas e “Contrapontos Teóricos” elucida as principais divergências entre Schmitt e Munn (1999), Pires de Oliveira e Rothstein (2011a, 2011b) e Müller (2004).

2 NOMINAIS NUS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Os sistemas nominais das línguas podem variar de acordo com suas características argumentais e predicativas (CHIERCHIA, 1998). Nas línguas de tipo 2, línguas românicas, como o português, é previsto que os substantivos nus não devem ser possíveis sem que haja algum dispositivo de mudança de tipo, transformando propriedades em tipos. Assim, os nominais nus podem ser plurais nus porque os tipos são definidos apenas para as propriedades que possuem capacidade de realização de plural. O francês, o italiano e o português europeu são línguas que se enquadram nesse tipo, porém o português brasileiro (PB), apesar de ser uma língua da mesma família, possui algumas características específicas em singulares e plurais nus.

Assim, conforme destaca Pires de Oliveira (2012), há línguas sem determinante aberto, sem morfologia de plural, sem a distinção entre nomes contáveis e massivos e sem classificadores e línguas com o sistema nominal totalmente aberto, como parece ser o caso do PB. No PB, é possível encontrar, além do plural nu, comum às línguas românicas, o singular nu. Assim, destacam-se as seguintes possibilidades:¹

A – Plurais nus em posição de sujeito de predicados episódicos, habituais, individuais e de nível

- (1) **Viajantes** chegaram ontem.
- (2) **Crianças** dormem bastante.
- (3) **Cachorros** são espertos.
- (4) **Ursos** estão extintos.

B – Plurais nus em posição de objeto, tendo a leitura taxonômica como leitura preferida

- (5) A Joana compra **flores** todo dia.
- (6) A Joana comprou **flores** ontem.
- (7) A Joana gosta de **flores**.

C – Singulares nus em posição de sujeito com restrição às sentenças episódicas

- (8) **Criança** dorme bastante.
- (9) **Cachorro** é esperto.
- (10) ***Viajante** chegou ontem.

¹ Exemplos baseados em Müller e Oliveira (2004).

D – Singulares nus altamente difundidos em posição de objeto, mas que não levam a uma leitura taxonômica

- (11) O Vitor lê **jornal** todo dia.
- (12) O Vitor leu **jornal** ontem.
- (13) O Vitor lê **jornal**.

Nas sentenças do tópico A, percebe-se a ampla possibilidade de plural nu em posição de sujeito no PB; em posição de objeto, no entanto, o plural nu se apresenta, preferencialmente, com leitura taxonômica, isto é, de espécie. O tópico C apresenta a restrição do singular nu quanto à leitura existencial em sentenças episódicas na posição de sujeito, como observa-se em (10); enquanto, em D, percebe-se um comportamento não taxonômico do singular nu quando encontra-se em posição de objeto, não se restringindo em sentenças episódicas (12) como ocorre em posição de sujeito. É importante ressaltar que pode haver divergências quanto às possibilidades de singular nu no PB já que o julgamento depende da aceitabilidade de falantes desta língua, podendo variar entre estes.

É importante destacar que, no tópico C, “singulares nus em posição de sujeito com restrição às sentenças episódicas”, há concordância quanto à restrição de leitura existencial em sentenças episódicas, evidenciado por (10) (SCHMITT; MUNN, 1999; PIRES DE OLIVEIRA; ROTHSTEIN, 2011a, 2011b; MÜLLER, 2004); há divergências, porém, quanto à motivação da leitura generalizada em sentenças do tipo de (8) e (9). Essa questão será retomada na seção “Contrapontos Teóricos”.

Diferentemente de outras línguas românicas, como o português europeu e o italiano, no PB, os nominais nus ocorrem de maneira mais livre, sem tantas restrições (MUNN; SCHMITT, 2005). Schmitt e Munn (1999, 2002) acreditam haver similaridades entre os singulares e plurais do PB e as propriedades dos plurais nus do inglês, sendo o inglês mais semelhante ao PB nestes aspectos em comparação a outras línguas românicas. Pires de Oliveira (2012) também argumenta ser possível destacar proximidades nos nominais nus do inglês e do PB, já que estas duas línguas possuem plural nu irrestritamente. O PB apresenta, ainda, além do plural nu, o singular nu. De acordo com a autora (PIRES DE OLIVEIRA, 2012, p. 4): “o PB tem morfologia de plural, distingue entre massa e contável e possui um sistema nominal completamente aberto, com artigos definidos e indefinidos e todas as possibilidades de nomes nus”. Müller e Oliveira (2004), entretanto, discordam dessa posição, elencando uma série de divergências entre os nominais nus dessas duas línguas.

A limitação da proposta de Chierchia (1998) estaria na inexistência do singular nu nas línguas de tipo 2, românicas, pois, conforme apresentado, é possível destacar a presença do nominal nu no PB. Schmitt e Munn (1999), todavia, defendem a proposta dos parâmetros, argumentado que o singular nu não seria de fato um singular, pois pode ser retomado por um pronome plural “Tem cachorro no pátio. Eles estão latindo para o carteiro”. Assim, os autores argumentam que o singular nu é neutro para número.

Pires de Oliveira e Rothstein (2011a) não concordam com a hipótese do singular nu, apresentada acima, já que, se assim fosse, ele deveria se comportar como o plural nu, não havendo diferenças em sentenças como: “#Estudante fez a prova ontem.” e “Estudantes fizeram a prova ontem.”.

A fim de melhor verificar as particularidades do singular nu no PB, a seção seguinte apresenta algumas hipóteses relacionadas a este nominal e suas ocorrências no PB.

3 PARTICULARIDADES DO SINGULAR NU NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Esta seção tem por finalidade discutir algumas particularidades encontradas na forma de singular nu no PB. Como visto anteriormente, o PB corresponde às línguas de tipo 2, que são as línguas românicas, como italiano, francês e português europeu, apresentando as propriedades semânticas do tipo [-arg, +pred].

No PB, todavia, a ocorrência de nominais nus ocorre de maneira diferente dessas outras línguas da família. Assim, conforme discutido na seção anterior, o PB parece comportar-se de maneira semelhante à língua inglesa no que se refere a estes nominais (SCHMITT; MUNN 1999, 2002). A diferença de maior destaque na ocorrência de nominais nus destas duas línguas é o singular nu, havendo divergências entre os estudiosos quanto à forma de ocorrência de nominais nus no PB. Segundo Pires de Oliveira:

O sistema de nominais [do PB] parece encerrar todas as possibilidades abertamente: temos sintagmas encabeçados por artigos definidos e indefinidos para todos os tipos de nomes, isto é, contáveis e massa, inclusive o definido genérico [...], e temos todas as possibilidades de nominais nus, que ocorrem aparentemente livres. (PIRES DE OLIVEIRA, 2014, p. 51)

Pires de Oliveira e Rothstein (2011a) comparam o comportamento do nu massivo e do singular nu contrastando com o plural nu. As autoras defendem que o comportamento do singular nu no PB não é paralelo ao do plural nu, mas se assemelha bastante ao do substantivo de massa nu. Assim, a hipótese é de que o nu massivo e o singular nu denotam tipos, derivados de um conjunto denotado por um substantivo raiz abstrato por meio de uma operação lexical, enquanto os plurais nus denotam predicados de contagem de plural que podem mudar para uma expressão denotativa de tipo ou para um quantificador generalizado existencial.

Destacam-se, seguindo a argumentação acima apresentada, alguns comportamentos dos singulares nus e nomes massivos que contribuem para a proposta de que estes se comportam de forma semelhante, podendo ser compreendidos em unicidade: (i) em certos contextos o plural é ambíguo entre uma interpretação genérica de nível de tipo e uma leitura existencial, enquanto o singular nu e o substantivo de massa não são ambíguos neste contexto; (ii) as restrições às quais o singular nu e o nome de massa nu são semelhantes como no aspecto perfectivo, enquanto o plural nu não apresenta tais restrições.

Müller (2004) também aborda questões relacionadas às restrições de interpretação dos singulares nus no PB. A autora procura explicar por que os singulares nus são aparentemente agramaticais na posição de sujeito em sentenças episódicas apesar de o PB aceitar os singulares nus em posição argumental. Conforme dados da autora:

- (14) **Menino** brinca de lutar contra **bandido**.
- (15) **Bandido** usa **arma**.
- (16) ***Bandido** está assaltando o Banco Real [...].

(MÜLLER, 2004, p. 1)

Em (14) e (15), há dois singulares nus em posição argumental: em (14), os singulares nus ocupam a posição de sujeito e de objeto indireto; em (15), há singulares nus na posição de sujeito e de objeto direto. Nestas duas sentenças, não episódicas, os singulares nus são aceitos com leitura existencial ou generalizada no PB. Em (16), contudo, há um singular nu em posição pré-verbal em uma sentença episódica, impossibilitando uma leitura existencial desta sentença.

Para a autora, os singulares nus em aparente posição de sujeito no PB são, na realidade, tópicos sentenciais, externos à sentença. Assim, ocupariam a restrição de uma estrutura quantificacional e teriam sempre uma interpretação genérica. Ainda, os singulares nus, em PB, não seriam sintagmas de determinantes (DPs) e sim sintagmas nominais (NPs), não podendo ocupar posições argumentais, explicando, com isso, a ausência de interpretação existencial para o nominal nu em aparente posição de sujeito, sendo, os nominais nus, constituintes topicais indefinidos:

[...] o sujeito NN (singular nu) no PB não é um verdadeiro sujeito, mas sim um tópico sentencial que ocupa posição externa à sentença. Essa análise soma-se ao trabalho de sintaticistas que vem (sic) afirmando que o PB é uma língua que organiza sua sentença em torno do tópico. (MÜLLER, 2004, p. 12)

Assim, segundo Müller (2004), sobre a relação dos singulares nus com o NP, é possível compreender que são equivalentes a substantivos comuns e não a expressões nominais plenas (DPs). Conforme defende Longobardi (1994), por serem NPs, os singulares nus não poderiam ocupar posições argumentais como a posição de sujeito, o que explica a ausência da interpretação existencial para este tipo de singular.

Müller (2004) apresenta algumas considerações a fim de corroborar sua hipótese sobre o singular nu e sua ocorrência a nível de NP: (i) ao contrário de expressões nominais plenas (DPs), os singulares nus não têm exigência de número, podendo ser recuperados no discurso por meio de pronomes plurais ou singulares; (ii) o tipo de implicatura gerada entre expressões plenas e o singular nu é diferente; (iii) os singulares nus nunca são específicos; (iv) os singulares nus são possíveis como predicados secundários.

Em trabalho anterior, sobre genericidade no PB, Müller (2002) investiga a semântica de expressões de referência de tipo e de quantificação genérica no PB. A autora aborda, neste, diferentes interpretações dos cinco tipos de expressões genéricas no PB: nominais singulares definidos, plurais definidos, indefinidos, sem número e plural. Assim como em outras línguas, o PB apresenta duas diferentes formas de genericidade: a quantificação genérica e as expressões de referência de tipo. Em expressões genéricas, os genéricos singulares e os plurais definidos comportam-se como expressões de referência de tipo ao contrário do indefinido genérico, número ilimitado e plural indefinido, que se comportam de maneira indefinida, obtendo suas variáveis por meio de um operador genérico.

Com base em Müller (2002), é possível afirmar que, apesar do comportamento atípico do PB em relação aos substantivos nus, em especial ao singular, o PB ainda possui similaridades importantes com as línguas românicas, concordando com os padrões semânticos das línguas, de Chierchia (1998). Isso se justifica, conforme a autora, pelo fato de os substantivos comuns do PB serem sempre predicativos, como ocorre nas demais línguas românicas. Assim, apesar das importantes particularidades do singular nu no PB, é possível reconhecer semelhanças com as línguas de mesma família.

A seguir, serão evidenciados alguns contrapontos teóricos dentre os estudos mencionados neste *squib*. Apresenta-se, pois, uma breve discussão acerca dos postulados de Schmitt e Munn (1999), Müller (2002, 2004) e Pires de Oliveira e Rothstein (2011a, 2011b) no que se refere ao singular nu no PB.

4 CONTRAPONTO TEÓRICOS

Esta seção tem por objetivo retomar as discussões acima e elucidar as diferentes propostas acerca do singular nu do PB. Para isso, serão destacadas as principais contribuições de Schmitt e Munn (1999), Müller (2002, 2004) e Pires de Oliveira e Rothstein (2011a, 2011b) acerca do singular nu no PB. Pretende-se, pois, que esta seção seja uma discussão dos postulados apresentados ao longo deste *squib*.

Schmitt e Munn (1999) defendem que leituras existenciais e genéricas em sentenças episódicas são comuns com o singular nu na posição de objeto; porém, na posição de sujeito, o singular nu é restrito quanto à leitura existencial em sentenças episódicas. As leituras genéricas, por outro lado, não possuem restrições quanto à distribuição sintática, sendo o singular nu aceitável tanto na posição de sujeito quanto na de objeto. Eles defendem que os singulares nus não correspondem a plurais nus sem marcador de plural devido à restrição do singular nu nas sentenças episódicas. Os autores argumentam, também, que os singulares nus não são substantivos de massa, pois não são restritos a tipos canônicos e que os singulares nus não são apenas NPs, sugerindo que sejam DPs com determinantes vazios e sem projeção de número.

Müller (2004) tem como foco as restrições relacionadas à interpretação dos singulares nus em posição pré-verbal no PB e sua relação com a estrutura informacional da sentença.

A autora defende que a agramaticalidade do singular nu em aparente posição de sujeito de sentenças episódicas ocorre porque este singular nu em posição pré-verbal é um tópico em posição externa à sentença, ocupando a restrição de uma estrutura quantificacional, o que gera uma interpretação genérica. Assim, conforme Müller (2004), os singulares nus em PB não são DPs, mas NPs, não podendo ocupar posições argumentais, o que explica a ausência de interpretação existencial para o singular nu em aparente posição de sujeito.

Pires de Oliveira e Rothstein (2011a) argumentam contra a visão canônica, adotada por Schmitt e Munn (1999), de que os singulares nus não são massivos, defendendo que essa visão ocorre por uma comparação inadequada entre singulares nus naturalmente atômicos, como “menino” e nomes de massa de substância, como “ouro”. Complementando, Pires de Oliveira e Rothstein (2011b) defendem que a generalização canônica de que o singular nu é aceitável em determinados contextos enquanto o nu massivo não é válido não se aplica quando se considera a massa não prototípica e substantivos contáveis, rejeitando a visão canônica de que o singular nu não é massa porque eles não se comportam da mesma forma em contextos distributivos. As autoras propõem, então, que o singular nu e o substantivo de massa nu não podem ocorrer em contextos episódicos, a menos que o predicado seja de tipo, denotando espécie: essa proposta vai ao encontro das observações apresentadas por Schmitt e Munn (1999).

A seguir, evidenciam-se e resumem-se os principais contrapontos entre os autores apresentados:

- (i) Schmitt e Munn (1999) e Pires de Oliveira e Rothstein (2011) defendem a possibilidade de ocorrência do singular nu em posição de sujeito em sentenças episódicas genéricas. Müller (2004) concorda com esta possibilidade, porém argumenta que o singular nu não ocorre em posição de sujeito, mas em posição pré-verbal de tópico.
- (ii) Pires de Oliveira e Rothstein (2011a, 2011b) contrariam a visão canônica, incluindo a de Schmitt e Munn (1999), e defendem a comparação entre singular nu e massa.
- (iii) Müller (2004) discorda de Schmitt e Munn (1999) acerca da relação entre o singular nu e o DP, defendendo que, em posição pré-verbal, o singular nu está a nível de NP, uma vez que ele não ocupa uma posição real de sujeito por ser um tópico em posição externa à sentença.

A seguir, apresenta-se a conclusão deste *scuib*, elencando os principais tópicos acerca dos nominais nus no PB. Destaca-se a importância do estudo destes nominais no PB, em especial do singular nu, que apresenta interessantes particularidades e investigações em andamento.

5 CONCLUSÃO

O estudo apresentou questões gerais sobre os parâmetros semânticos das línguas naturais e questões específicas sobre os nominais nus. Assim, foi possível verificar as diferenças entre os nominais nus de outras línguas românicas e os nominais nus do PB, em particular o singular nu, que apresenta maiores diferenças.

O PB, apesar de pertencer ao grupo de línguas do tipo 2, as línguas românicas, parece apresentar, conforme Schmitt e Munn (1999, 2002), maior semelhança com o inglês, devido ao seu plural nu irrestrito. Todavia, assim como em relação às línguas românicas, o singular nu do PB comporta-se de maneira diferente do inglês, apresentando algumas particularidades importantes.

As pesquisas acerca do singular nu no PB apresentam importantes discussões e contrapontos referentes a (i) possibilidade e modo de ocorrência do singular nu em posição de sujeito em sentenças episódicas genéricas; (ii) comparação entre o singular nu e substantivo de massa; e (iii) posição do singular nu a nível DP. Buscou-se evidenciar essas discussões a fim de contribuir para a elucidação de alguns dos principais pontos de debate entre os estudiosos do singular nu no PB e salientar alguns contrapontos interessantes entre os estudos abordados.

REFERÊNCIAS

CHIERCHIA, G. Reference to Kinds across Languages. *Natural Language Semantics*, v. 6, p. 339-405, 1998.

LONGOBARDI, G. Reference and Proper Names: a Theory of N-Movement in Syntax and Logical Form. *Linguistic Inquiry*, v. 25, p. 609-665, 1994.

MÜLLER, A. The Semantics of Generic Quantification in Brazilian Portuguese. *PROBUS*, n. 14, p. 279-298, 2002.

MÜLLER, A. Tópico, Foco e Nominais Nus no PB. In: NEGRI, L.; FOLTRAN, M. J.; OLIVEIRA, R. P. (org.). *Sentido e Significação*. 1 ed. São Paulo: Contexto, p. 77-95., 2004.

MÜLLER, A.; OLIVEIRA, F. Bare Nominals and Number in Brazilian and European Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, Portugal, v. 3, n. 1, p. 9-36, 2004.

MUNN, A.; SCHMITT, C. Number and indefinites. *Lingua*, v. 115, p. 821-855, 2005.

PIRES DE OLIVEIRA, R. *O Parâmetro Lexical: Contagem e Espécie*. 2012. Projeto de Pesquisa – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012

PIRES DE OLIVEIRA, R. *Dobras e Redobras: do singular nu no português brasileiro: costurando a semântica entre as línguas [recurso eletrônico]*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; ROTHSTEIN, S. Bare Singular Phrases are Mass in Brazilian Portuguese. *Lingua*, v. 121, p. 2153-2175, 2011a.

PIRES DE OLIVEIRA, R.; ROTHSTEIN, S. Two Sorts of Bare Nouns in Brazilian Portuguese. *Revista da ABRALIN*, v. 10, n. 3, p. 231-266, 2011b.

SCHMITT, C.; MUNN, A. Against the Nominal Mapping Parameter: Bare Nouns in Brazilian Portuguese. *NELS* 29, p. 339-353, 1999.

SCHMITT, C.; MUNN, A. The Syntax and Semantics of Bare Arguments in Brazilian Portuguese. *Linguistic Variation Yearbook*, v. 2, n. 1, 185-216, 2002.

Squib recebido em 6 de abril de 2020.

Squib aceito em 30 de abril de 2020.



DROPS DE SEMÂNTICA: DE ONDE VIERAM E PARA ONDE VÃO AS ÂNCORAS?

YURI PENZ*

RESUMO

Este trabalho se propõe a discutir os fundamentos de uma ferramenta semântica atualmente muito discutida em teoria e análise linguística, sobretudo na Semântica de Mundos Possíveis, notadamente as âncoras ou a noção/processo de ancoragem em si. Tratando-se de um *squib*, três seções muito sucintas compõem a sua arquitetura, sendo: a) caracterização do problema, identificando o surgimento da noção de âncora na literatura; b) relevância dessa ferramenta no cenário lógico-linguístico, associando-a a duas outras propriedades de caráter semântico, neste caso i) deslocamento e ii) *aboutness*; e c) desdobramentos e perspectivas acerca desse recorte, sugerindo alguns *insights* advindos da descrição de dados do português brasileiro, sobretudo em relação aos fenômenos de i) operadores-monstros e ii) atitudes proposicionais.

Palavras-chave: *aboutness*, deslocamento, modalidade, operadores-monstros, atitudes proposicionais

ABSTRACT

This paper intends to discuss the cornerstone of a currently very relevant semantic tool regarding theory linguistic and analysis, specially for Possible Worlds Semantics, namely the anchors or the notion/process of anchoring. As a *squib*, three quite brief sections compose the architecture of this paper: a) characterization of the issue, identifying the rise of anchors on literature; b) this tool's relevance on logic-linguistic scenario, associated to other two semantic properties, notably i) displacement and ii) *aboutness*; c) unfolding perspectives regarding this topic, suggesting some insights from Brazilian Portuguese description data, mainly concerning the phenomena of i) monsters-operators and ii) propositional attitudes.

Keywords: *aboutness*, displacement, modality, monsters-operators, propositional attitudes

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS. Doutorando em Letras, e-mail: penz.linguistics@gmail.com.

1 DE ONDE VÊM AS ÂNCORAS

Para a Semântica Formal, sobretudo uma Semântica de Mundos Possíveis como aquela proposta por Kratzer (1977, 1981, 1991, 2013, 2018), a ferramenta de ancoragem é mencionada primeiro por Hacquard (2006)¹, em sua tese de doutoramento, como proposta descritivo-explanatória mais adequada à determinação de sabores modais.

A abordagem de Hacquard seleciona eventos, em vez de mundos possíveis, como argumentos, mapeando modais de acordo com a sua localização ancorada na espinha da derivação sintática, uma abordagem que de certa forma unifica de maneira mais harmônica os argumentos sintático, semântico e pragmático no debate em torno da distinção gramatical e contextual que modais epistêmicos e radicais estabelecem entre si.

Para o modelo proposto por Hacquard, há três tipos de eventos que podem hospedar a ancoragem de um modal, sendo eles eventos de a) fala, b) atitude e c) VP. Hacquard acredita que, ao tratar de eventos de avaliação, em vez de mundos possíveis, seja exequível rastrear o par tempo-indivíduo de uma única vez ao longo do mapeamento modal. Para a autora, um modal parece não estar ancorado apenas a um mundo possível, mas também justamente ao par indivíduo-tempo, embora nem todas essas relações diádicas possam ser sistematicamente atestadas.

Nos últimos dez anos, o *framework* de Semântica de Mundos Possíveis de base kratzeriana passou a assumir âncoras enquanto elemento central, seja como ferramenta na descrição da modalidade, seja como recurso explanatório acerca do status lógico-linguístico desse fenômeno. Kratzer, de fato, propõe a Hipótese da Âncora Modal, baseando-se na premissa de que a âncora de uma expressão modal consiste em um de seus argumentos, observando que âncoras que se tornam disponíveis em diferentes estágios da derivação sintática indiciam que há diferentes domínios de projeção modal.

Dada a dimensão do seu modelo e a notoriedade da contribuição de Kratzer, a sua interpretação acerca das âncoras tende a espriar-se com mais amplitude para além da instanciação da modalidade, rastreável de maneira quantificacional a partir de elementos outros além de verbos auxiliares. A partir da ótica kratzeriana, ao vincular-se o ancoramento não apenas a indivíduos e eventos, mas também a situações, qualquer tipo de expressão que contiver um desses elementos como argumento estará comprometida com o deslocamento modal; dada abrangência da semântica situacional, a modalidade então seria mapeável a partir de todas as coisas a que se pode fazer referência.

1 Uma vez que o trabalho de Hacquard encontra suporte na teoria kratzeriana, revendo apenas alguns de seus aspectos no sentido de reinterpretá-los mais adequadamente a uma metodologia lógico-formal por meio da ancoragem, é importante considerar a autenticidade do seu papel como autora vinculada a tal *framework*, permitindo assim uma atualização teórica que, contemporaneamente, se tornou vital para a Semântica. Apesar desse registro primário na literatura, em seu trabalho original, assim como em sua bibliografia subsequente, nenhuma definição sobre âncoras é oferecida, sendo abordada, antes, como uma ferramenta de concepção tácita.

A partir do trabalho de Hacquard, Kratzer passa a distinguir entre duas projeções modais, notadamente a projeção do domínio factual e a de conteúdo relacionado. Kratzer ilustra essa distinção ao demonstrar que duas sentenças como (1) e (2):²

- (1) O copo é frágil.
- (2) O copo pode quebrar facilmente.

não necessariamente significam o mesmo em um mundo de avaliação w' . O argumento de Kratzer está baseado nas diferentes projeções de domínio modal a partir das quais as duas âncoras são mapeadas. Os exemplos de (1) e (2) são adaptados a partir da história de David Lewis (1997), notadamente *The Sorcerer and the Glass*, segundo a qual um feiticeiro aprecia muito um copo frágil em particular, ainda que seja bastante semelhante a qualquer outro copo da mesma linha de produção; o feiticeiro não muda a natureza nem a disposição do copo, mas ele prevê que, caso o copo acabe sendo atingido, ele lhe lançará um feitiço, impedindo-o de quebrar, o que não torna o copo menos frágil, mas, ainda assim, torna-o difícil de ser quebrado; a disposição que distingue o valor-verdade de (1) do de (2) está na verdade relacionada ao feiticeiro, não ao copo em si. Segundo Kratzer, isso garantiria virtualmente que ambas as projeções modais seriam selecionadas e construídas a partir de alternativas modais bastante diferentes, de acordo com cada sentença.³

A Hipótese da Âncora Modal passa a dirigir um tópico de pesquisa de caráter muito espinhoso para a teoria semântica de modo geral, que é o caso de falas reportadas e atribuição de atitude. Esse intento parece ir na direção pela qual o trabalho kratzeriano há anos vem pautando suas premissas, buscando cobrir teoricamente o campo das investigações sobre como a gramática interage com uma ampla fonte de conhecimentos que são não linguísticos, bem como com conceitos não-lógicos privilegiados, tais quais tempo-espço, posse, causalidade, agência, etc. O trabalho de Kratzer consiste em um empreendimento arrojado que se dedica a mapear possibilidades a partir das estruturas mínimas da gramática, que autorizam, em hipótese, a organização de pensamentos mais complexos a partir de pensamentos mais simples.

A própria distinção das bases modais na teoria kratzeriana parece ter previsto essa distinção tipológica, conforme Kratzer estabelece haver uma base modal epistêmica e outra metafísica a partir das quais fundos conversacionais se tornam avaliáveis; ao passo que a gramática determina interpretações mais amplas, interpretações restritas parecem correlacionar-se com conhecimentos outros que não pertencem exclusivamente ao domínio da Faculdade da Linguagem, integrando à interpretação da modalidade aspectos como de que tipo de informação pode se constituir um sabor epistêmico, com o que um curso normal de eventos se parece, como categorias de cooperação interagem relevantemente com a semântica etc.

2 Adaptados para o português brasileiro (PB) por meio de tradução livre.

3 Enquanto (1) consiste em uma interpretação factual a partir do mundo atual, neste caso uma asserção acerca da disposição do copo, (2) deve considerar circunstâncias extraordinárias na avaliação de seu valor-verdade, de modo que o conteúdo relacionado a partir desse domínio modal impede que (2) seja verdadeira, ainda que (1) o seja.

Em termos amplos, esta é a agenda kratzeriana na contemporaneidade, mapeando possibilidades a partir de âncoras, tidas como pontos de referência localizados ao longo da espinha da derivação sintática, as quais podem ser hospedadas via particulares, como eventos, indivíduos ou situações. Paralelamente, trabalhos anteriores, como os de Condoravdi (2001), Arregui (2007, 2009) e Laca (2014), sugerem ou explicitamente indicam que âncoras também são hospedadas no domínio de TP; o trabalho de Kratzer, de uma maneira geral, vem estabelecendo uma relação bastante explícita entre modais e partículas hospedadas na periferia esquerda da sentença, como é o caso de evidenciais (AIKHENVALD, 2003, 2004; MATTHEWSON; RULLMANN; DAVIS, 2007; FALLER, 2012) mas também estipulando que projeções de domínio modal podem se dar por meio de falas reportadas, que também indiciam um rastreamento evidencial (KRATZER; OLIVEIRA; PESSOTTO, 2014).

Isto parece ser o suficiente para sugerir a relevância das âncoras enquanto elementos descritivo-explanatórios que permitem uma relação entre a gramática e a semântica da linguagem natural, instanciável em princípio a partir das mais variadas categorias de TAME.⁴

2 MAPEANDO ÂNCORAS: DESLOCAMENTO E *ABOUTNESS*

Na seção anterior houve uma exposição muito breve acerca de como as âncoras enquanto elementos relevantes ao mapeamento da modalidade surgem na literatura, inseridas no bojo da teoria Semântica de Mundos Possíveis kratzeriana. A presente seção se dispõe a correlacionar duas propriedades de caráter também semântico ao fenômeno de ancoragem, notadamente o deslocamento e o *aboutness*; será possível observar que, apesar de o deslocamento ser assumido na literatura como propriedade correlata à ancoragem, este trabalho se presta a explicitamente estabelecer essa relação; o *aboutness*, por sua vez, é uma propriedade que, neste trabalho, se assume como igualmente correlacionada às duas anteriores, embora nenhum registro na literatura tenha atestado tal aproximação teórica até então.

A noção de deslocamento, associada à linguagem natural, é registrada primeiro na literatura por meio de Hockett (1960), versando sobre essa propriedade que permite ao falante referir-se para além do aqui e do agora. Com efeito, o deslocamento é assumido como uma propriedade inerente ao fundamento da Semântica de Mundos Possíveis, dado o próprio aporte de mundos de avaliação projetados a partir da relação de acessibilidade. As categorias de TAME, na verdade, operam como uma espécie de aporte estrutural para se instanciar propriedades como o deslocamento. De acordo com Fintel e Heim (2010), é por meio da modalidade que um falante é capaz de significar coisas para além da própria realidade, caracterização recorrente no trabalho dos autores em semântica intensional; a partir desse pressuposto, o deslocamento seria o que precisamente opera a avaliação de dimensões espaço-temporais alternativas.

⁴ Acrônimo para *tense*, aspecto, modo, evidencialidade/eventologia.

O *aboutness*, por sua vez, estabelece uma relação indireta com o modelo de Semântica de Mundos Possíveis por meio das interfaces que ultimamente têm sido estabelecidas entre este modelo teórico e a Sintaxe Cartográfica. No cenário sintaticista, Rizzi (2005, 2006, 2015) tem argumentado ao longo dos últimos anos que a propriedade de *aboutness* é de fato um argumento “sobre o qual” o evento denotado pelo predicado indicia sua referência, especialmente por meio de uma posição de sujeito realizada no alto da derivação, precisamente acima do IP. Segundo ele, existem alguns fenômenos sintáticos, como passivização, que são desencadeados pelo *aboutness*, com finalidade semântica ou fonológica em interação com a gramática.

A fim de solucionar um impasse na literatura promovido por Karttunen (1972) e von Stechow (2000), Kratzer (2018) atualiza o mesmo problema abordado a partir de (1) e (2), agora ilustrado por meio das sentenças (3) e (4):⁵

- (3) Deve haver uma torneira pingando.
 (4) Há uma torneira pingando.

ao argumentar que as projeções modais são aquilo que torna possível, em dois mundos de avaliação distintos, tanto (3) > (4) ser verdadeiro em um quanto (4) > (3) ser verdadeiro em outro.⁶ A maneira a partir da qual Kratzer concilia esses dois cenários repousa precisamente sobre as âncoras a partir das quais se dão cada uma das projeções modais: supondo-se que âncora esteja hospedada sobre o evento da torneira pingando em si, (4) realmente acarretaria (3), uma vez que, em todos os mundos compatíveis com operador existencial sobre uma torneira pingando, deve haver uma torneira pingando; ao se supor que a âncora esteja hospedada na evidência fornecida pelo hidrômetro de que, por exemplo a conta de água registrou consumo ostensivamente acima da média, então (3) acarretaria (4), uma vez que para todos os mundos compatíveis com a evidência de (3) há uma torneira pingando.⁷

Ilustrado por meio de qualquer dupla de exemplos de (1) a (4), o caso da ancoragem parece recrutar elementos muito particulares disponíveis e acessíveis para uma leitura semântica da Faculdade da Linguagem. Conforme Kratzer argumenta, parece que a gramática oferece fórmulas fixas para instanciar propriedades lógicas e não-lógicas de significado, as quais precisam de alguma maneira ser associadas a tais fórmulas. As âncoras, portanto, parecem operar como uma espécie de hospedagem na gramática para entradas lexicais exercer sua referência intensional, conectando-se com outras instâncias da cognição humana, conceitos não-lógicos privilegiados e conhecimentos outros além da esfera linguística.

⁵ Adaptados para o PB por meio de tradução livre.

⁶ Karttunen argumenta que (4) > (3), ao que von Stechow e Gillies replicam que, ao contrário, por acarretamento, na verdade (3) > (4). Kratzer acredita que uma proposta baseada na Hipótese da Âncora Modal permitiria que ambos os argumentos estivessem adequados de acordo com a perspectiva da base modal de que cada uma das avaliações parte.

⁷ Para uma análise um pouco mais crítica, profunda e com a devida notação da forma lógica, consultar Oliveira (2019).

As propriedades de *aboutness* e deslocamento parecem integrar conjuntamente o processo de ancoragem a essa relação, devido ao seu caráter predisposicional para a referência e endógeno para a intensão.

Observando-se (5):⁸

(5) Muitas crianças podem jogar esse jogo.

conforme Kratzer (2013) argumenta, majoritariamente duas interpretações se seguem, sendo:

(5a) Há muitas crianças que são capazes de jogar esse jogo (é um jogo fácil).

(5b) Este jogo pode ser jogado por muitas crianças (é um jogo capaz de acomodar muitos participantes).

ambas ilustrando o fato de que operadores modais apresentam proposições como argumentos. O que Kratzer não menciona, e que parece estar explícito nas leituras de (5a) e (5b), é que a aparente perda ou mudança de sujeito engatilha, na verdade, o mecanismo de *aboutness* conforme Rizzi introduz na literatura, o que, neste caso, seria um traço rastreável por meio de movimento, sobretudo devido ao fato de que âncoras sendo hospedadas como fórmulas fixas consiste em um indício de que posições sintáticas se relacionam com a determinação de sabores modais específicos.

De maneira similar, a propriedade de deslocamento parece também encontrar algumas restrições na gramática, embora, segundo Kratzer, a maquinaria sintática não tenha o poder de gerar nem afetar diretamente domínios modais, manipulando ou restringindo as âncoras em vez disso. Considerem-se (6) e (7):⁹

(6) Não pode ter chovido noite passada (não há poças na calçada agora de manhã).

(7) Não poderia ter chovido noite passada (um cume de alta pressão manteve todas as nuvens causadoras de precipitação fora da área).

para se observar que ambos os modais estão sendo rastreados a partir de níveis diferentes, notadamente acima de TP em (6) e abaixo em (7), neste caso submetendo-se à flexão no domínio do modal, de modo que, enquanto este é um modal de raiz, aquele representa um modal ancorado a partir de uma leitura epistêmica. O que interessa aqui é a interação justamente que a âncora medeia entre a temporalidade e o estado de coisas expresso por cada um dos modais, no sentido de que o deslocamento exigido para a avaliação e interpretação de (6) difere daquele checado em (7): os fundos conversacionais subscritos dos quais os domínios modais são projetados diferem, o que inclusive aparentemente afeta o tipo de evidência que se apresenta para sustentar o prejacente.¹⁰

8 Adaptado para o PB por meio de tradução livre.

9 Adaptado para o PB por meio de tradução livre.

10 Para um trabalho acerca da interação tempo/modalidade a partir de dados do PB, consultar Ferreira (2020).

Posta essa relação, aparentemente autorizada por fórmulas fixas da gramática para hospedar elementos conceituais não-lógicos e privilegiados, representados por meio das âncoras, na seção seguinte as propriedades de deslocamento e *aboutness* se prestam a um papel específico no que diz respeito a dois fenômenos típicos da linguagem natural: operadores-monstros¹¹ e atitudes proposicionais¹².

3 PARA ONDE VÃO AS ÂNCORAS

Tratando-se de um *squib*, o presente trabalho não se compromete com nenhuma resolução teórico-metodológica emergente diante do tópico abordado; cabe, antes, a este trabalho apontar alguns desdobramentos e perspectivas exequíveis a partir dessa agenda em teoria e análise linguística.

Âncoras selecionam particulares, e não proposições, e, em princípio, como situações são particulares e correspondem a um estado de coisas, a modalidade estaria presente em todos os mapeamentos de avaliação (KRATZER, 2013). Na proposta de Hacquard (2006), eventos de atitude são reservados aos detentores atitudinais nos quais a âncora é hospedada para avaliar o conjunto de crenças ou conhecimento detido pelo falante.

Laca (2014) caracteriza como “ancoragem dupla” casos pertencentes ao domínio de leitura de duplo acesso devido ao encaixamento de verbos de atitude proposicional em relação à flexão da sentença matriz e ao tempo de enunciação; esse tipo de fenômeno não parece se restringir ao mapeamento só da relação sintaxe/semântica do IP, haja vista que Hacquard argumenta que âncoras são mapeadas via modalidade a partir de relações entre proposições e tempos e pessoas, além de apenas mundos possíveis. A abrangência desse fenômeno, pelo menos no português brasileiro, parece espalhar-se para além dos casos de atitudes proposicionais, repercutindo também em operadores-monstros, que são suscetíveis a ocorrer em domínio de tempo e de pessoa. O que interessa, sobretudo, dado esse escopo, é o fato de que, sendo conforme Kratzer sustenta, âncoras podem ser mapeadas a partir de situações, o que torna o objeto de estudo ainda mais intrigante.

Considere-se (8):¹³

(8) #Dez meses atrás Pedro disse que Maria está grávida.

exemplo segundo o qual, para Laca (2014), tomando por base a proposta de Condoravdi (2001), tem sua estranheza atestada por meio do duplo acesso de leitura providenciado

11 Sobre operadores-monstros, originalmente é recomendável consultar Kaplan (1989); sobre uma visão crítica acerca da definição de Kaplan para operadores-monstros e análise de dados do PB acerca do fenômeno recomenda-se Teixeira e Basso (2015)

12 Sobre atitudes proposicionais, é recomendável consultar Cresswell (1985), para uma abordagem fregeana reinterpretada a partir dos moldes nocionais da Semântica Formal moderna. Para uma perspectiva formalista e naturalista, afeita a este trabalho, o *framework* de Kratzer (2018) é recomendado.

13 Adaptado para o PB por meio de tradução livre.

pela flexão de presente encaixada em um verbo de atitude proposicional flexionado no passado; o que Laca não torna explícito é que a estranheza expressa por (8) se deriva do fato de que a âncora em verbos de atitude proposicional advém do tempo da sentença matriz, a qual está sendo adverbialmente modificada por meio de um operador temporal, interferindo na âncora contextual projetada a partir do evento denotado pela atitude proposicional; o que ocorre, além disso, em (8), é que o operador temporal tem o mesmo escopo compartilhado pelo tempo de enunciação, diferindo na sua orientação, o que, por sua vez, gera um monstro.

De maneira similar, uma sentença como (9):

(9) Jorge sempre diz que volta amanhã.

é tanto gramatical quanto aceitável em PB. Neste caso, o operador temporal indiciado por “sempre” não apresenta o mesmo escopo de “amanhã”, mas, em termos composicionais, as expressões parecem gerar problemas de interpretação. Este é um aspecto bastante curioso do ponto de vista de análise, porque parece fazer jus aos conceitos de caráter e conteúdo, propalados por Kaplan (1989), atualizados sob uma ótica teórica kratzeriana: neste caso, o conteúdo dos advérbios não é equivalente, pois cada um seleciona mundos possíveis diferentes a partir dos quais o falante se desloca, mas o seu caráter, no contexto, parece ser sensível à ancoragem e ao aboutness. Isso provavelmente se dá por haver um conflito entre o tempo de proferimento reportado pelo verbo de atitude e o tempo de avaliação, que seleciona o deslocamento provido pela âncora hospedada em “amanhã” como de interpretação genérica.

Diferentemente das âncoras temporais, âncoras em domínio de pessoa, no contexto de atitudes proposicionais e operadores-monstros, podem gerar dados estranhos em princípio, conforme se apresenta a seguir. Esses dados, contudo, parecem ser muito produtivos na linguagem natural, gerando dúvidas para o falante *naïve*. Considere-se (10):

(10) Paulo_i acha que Marina_i poderia ser bem mais feliz.

para examinar que um índice de traço co-referencial conecta os nomes próprios de Paulo e Marina. Sabe-se notoriamente que nomes próprios são assumidos como designadores-rígidos por Kripke (1980), e não se pretende aqui incitar quaisquer discussões de base filosófica em torno desse tópico de peso. Entretanto, a única interpretação aceitável para (10) consiste naquela cujo contexto providencie uma âncora hospedada no tempo de enunciação, compatível com o tempo denotado pelo detentor da crença, neste caso Paulo, e outra âncora mapeada no mundo de avaliação projetado a partir do modal, neste caso encaixado pelo verbo de atitude proposicional; nesse contexto, Paulo estaria projetando sua identidade, do tempo e mundo atuais, para um mundo de avaliação, cuja âncora está hospedada no futuro, em que Maria, e não Paulo, dispusesse de um determinado conjunto de circunstâncias, notadamente a de ser mais feliz; tendo-se o mesmo índice para os dois referentes, interpreta-se que Paulo estaria referindo-se a si mesmo projetado em um futuro em que ele tivesse outra identidade, e no caso outro gênero também.

Esse tipo de exemplo tem sido muito produtivo em casos em que a perspectiva temporal, em relação à âncora contextual, está dirigida para o passado, e não para o futuro, sobretudo devido ao fato de que a projeção modal parece partir do domínio factual, enquanto casos como (11) parecem ser projetados do que Kratzer caracteriza como conteúdo relacionado: é o que Paulo pensa e planeja para si mesmo no futuro, ou, antes, simplesmente acredita. Ainda não se sabe como os traços- Φ podem ou devem se comportar nesses contextos.

Esse tipo de recorte temático expõe o que Kratzer caracteriza como o tendão de Aquiles da semântica, sendo, paralelamente, o que permite uma ponte entre os estudos formalistas de teoria e análise linguística e o potencial de aplicação oferecido por objetos tipicamente mais afeitos a distintas abordagens do significado. Ademais, a ampla gama de fenômenos possivelmente acessível por meio da Hipótese da Âncora Modal aponta para uma nova agenda de abordagem para o formalismo, investindo tanto na descrição linguística quanto na explanação a partir das interfaces com a Psicologia Cognitiva, a Filosofia Analítica, a Comunicação e a Computação etc. De maneira geral, ainda não se sabe tudo, afinal, sobre o que a semântica da linguagem natural pode fazer referência, mas se espera que lá sempre haja um porto para que suas âncoras possam se hospedar.

REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Y. Evidentiality in typological perspective. *In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (ed.). Studies in evidentiality. Typological studies in language. v. 54. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2003. p. 1-33.*

AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.

ARREGUI, A. When aspect matters: the case of “would” conditionals. *Natural Language Semantics*, v. 15, p. 221-264, 2007.

ARREGUI, A. On similarity in counterfactuals. *Linguistics and Philosophy*, v. 32, n. 3, p. 245-278. 2009.

CONDORAVDI, C. Temporal interpretation of modals. BEAVER, D. *et al.* (ed.). *Stanford Papers in Semantics*, CSLI Publications, Palo Alto, p. 59-88, 2001.

CRESSWELL, M. J. *Structured meanings: the semantics of propositional attitudes*. Cambridge: Bradford, 1985.

FALLER, M. Evidential Scalar Implicatures. *Linguistics and Philosophy*, v. 35, p. 285-312, 2012.

FERREIRA, M. Alçamento temporal em complementos infinitivos do português. *Cadernos De Estudos Lingüísticos*, v. 62, 2020.

HACQUARD, V. Aspects of Modality. Ph.D. Dissertation. Massachusetts Institute of Technology, 2006.

KAPLAN, D. Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives and Other Indexicals. *In: ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (ed.). Themes from Kaplan*. New York: Oxford University Press, 1989. p. 481-563.

KARTTUNEN, L. Possible and must. KIMBALL, J. (ed.). *Syntax and Semantics*, v. 1. Cambridge: Academic Press, 1972.

KRATZER, A. What “must” and “can” Must and Can Mean. *Linguistics and Philosophy*, p. 337-355, 1977.

KRATZER, A. The notional category of modality. *In: EIKMEYER, H. J.; RIESER, H. (ed.). Worlds, Words, and Contexts*. Berlín: de Gruyter, 1981. p. 38-74.

KRATZER, A. Modality. *In: von STECHOW, A.; WUNDERLICH, D. (ed.). Semantics: An International Handbook of Contemporary Research*, 1991. p. 639-650.

KRATZER, A. Modality for the 21st Century. *19th International Congress of Linguists*. Geneva, 2013. p. 181-201.

KRATZER, A. Where does modality come from? *3rd EISSI* (lecture). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

KRATZER, A.; OLIVEIRA, R. P.; PESSOTTO, A. L. Talking about modality – an interview with Angelika Kratzer. *ReVEL*, especial issue 8, p. 8-20, 2014.

KRIPKE, S. *Naming and necessity*. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

LACA, B. Epistemic modality and temporal anchoring. *ReVEL*, special issue 8, p. 76-105, 2014.

LEWIS, D. Finkish Dispositions. *The Philosophical Quarterly*, v. 47, n. 187, p. 143-58, 1997.

MATTHEWSON, L.; RULLMANN, R.; DAVIS, H. Evidentials as Epistemic Modals: evidence from St'át'imcets. *The Linguistic Variation Yearbook* v. 7, p. 201-54, 2007.

OLIVEIRA, R. P. A study on the semantics of Portuguese imperfective modals in epistemic contexts. *Revista Letras*, Curitiba, UFPR, n. 99, p. 58-74, jan./jun. 2019.

RIZZI, L. On some properties of subjects and topics. In: BRUGÉ, L.; GIUSTI, G.; MUNARO, N., SCHWEIKERT, W.; TURANO, G. (ed.). *Proceedings of the XXX Incontro di Grammatica Generativa*, p. 203-224. Venezia: Cafoscarina, 2005.

RIZZI, L. On the form of chains: criterial positions and ECP effects. In: CHENG, L.; CORVER, N. (ed.). *On wh movement*. Cambridge, MA: MIT Press, 2006. p. 97-133.

RIZZI, L. Notes on labeling and subject positions. In: Di DOMENICO, E.; HAMANN, C.; MATTEINI, S. (ed.). *Structures, strategies and beyond – Studies in honour of Adriana Belletti*. Amsterdam: John Benjamins, 2015. p. 17-46.

TEIXEIRA, L. R.; BASSO, R. M. Definindo um operador-monstro. *Alfa*, n. 59, v. 2, p. 309-334, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5794-1504-4>. Acesso em: 01 jan. 2018.

von FINTEL, K.; HEIM, I. *Intensional Semantics*. Cambridge: MIT, 2010.

von FINTEL, K.; GILLIES, A. Must... Stay... Strong! *Natural Language Semantics*, v. 18, n. 4, p. 351-383, dez. 2010.

Squib recebido em 6 de abril de 2020.

Squib aceito em 4 de maio de 2020.



O DESENVOLVIMENTO DE PRONOMES MARCADOS NO PORTUGUÊS: A RELAÇÃO COM AS ESCALAS HIERÁRQUICAS

ALINE JÉSSICA PIRES*

RESUMO

Este *squib* investiga a adequação das escalas hierárquicas para descrever o desenvolvimento da Marcação Diferencial de Objeto no português. Casos em que o objeto direto é marcado por uma preposição são classificados como instâncias da Marcação Diferencial de Objeto. Muitos estudos afirmam que o desenvolvimento do fenômeno pode ser descrito pelas escalas hierárquicas da animacidade e da definitude. Essas escalas preveem que o primeiro estágio de desenvolvimento do fenômeno seja pronomes de primeira e de segunda pessoas, os pronomes de terceira pessoa seriam marcados apenas em um estágio posterior. Contudo, catalão antigo e romeno antigo exibem casos de violação das escalas, em que as ocorrências de terceira pessoa são mais frequentes que as de pronomes de primeira e de segunda pessoas. A mesma violação é encontrada no português diacrônico. Portanto, o presente *squib* propõe que a marcação com primeira e segunda pessoas seria redundante no primeiro estágio de desenvolvimento do fenômeno e que a marcação com pronomes de terceira pessoa se deve à presença do traço [-PESSOA].

Palavras-chave: marcação diferencial de objeto, pronome pleno, preposição *a*, português diacrônico

ABSTRACT

This *squib* investigates the adequacy of hierarchical scales to describe the development of Differential Object Marking in Portuguese. Cases in which the direct object is marked by a preposition are classified as instances of Differential Object Marking. Many studies claim that the development of the phenomenon can be described according to the hierarchical scales of animacy and definiteness. Such scales predict that the first stage of the development of the phenomenon will be first- and second-person pronouns and third-person pronouns would be marked only at a later stage. However, both Old Catalan and Old Romanian exhibit cases of violation of the scales in that third-person pronoun cases are more frequent than the occurrences of first- and second-person pronouns. The same violation is found in diachronic Portuguese. Therefore, the present *squib* proposes that marking first- and second-person pronouns would be redundant at the first stage of the development of the phenomenon and that the third-person pronoun is marked due to the presence of the [-PERSON] feature.

Keywords: differential object marking, personal pronoun, preposition *a*, diachronic Portuguese

* Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Doutoranda em Linguística, e-mail: alinepires77@gmail.com. Esta pesquisa é financiada pelo CNPq (Processo 142461/2019-9).

1 INTRODUÇÃO

Em diferentes línguas românicas, encontramos o fenômeno conhecido como Marcação Diferencial de Objeto (doravante, MDO), que consiste na marcação do objeto direto por uma preposição. Usualmente, assume-se que no português o fenômeno ocorre apenas com a preposição *a* (PIRES, 2017; CYRINO, 2018). Em alguns contextos, como em (1), a MDO ocorre mais frequentemente do que em outros (cf. (2)).

- (1) Os fiéis amam a Deus.
- (2) O filme comoveu (a)os espectadores.

O fenômeno depende de propriedades intrínsecas do objeto, como a animacidade, e referenciais, como a definitude e especificidade, que são codificadas nas escalas da animacidade (3) e da definitude (4) (AISSSEN, 2003; entre outros):

- (3) Escala da animacidade: humano > animado > inanimado.
- (4) Escala da definitude: pronome de primeira pessoa (1p) > pronome de segunda pessoa (2p) > pronome de terceira pessoa (3p) > nome próprio > DP definido > DP não-específico.

As escalas permitem generalizações sobre o fenômeno em várias línguas: objetos que ocorrem nas posições mais altas receberiam a marcação e objetos que ocupam as posições mais baixas não seriam marcados. Por outro lado, estudos gerativistas afirmam que as escalas poderiam ser representações da hierarquia imposta pela sintaxe (CYRINO, 2018; entre outros).

Comumente, afirma-se que o fenômeno ocorre inicialmente com objetos que ocupam as posições mais altas na escala, ou seja, 1p e 2p, e posteriormente se expande para as posições mais baixas (VON HEUSINGER; KAISER, 2005). Logo, não poderia haver um estágio com marcação apenas nas posições baixas e não nas posições mais altas.

Contudo, dados do catalão e do romeno antigos apresentam evidências contrárias a essa predição. Von Heusinger e Gáspár (2008) encontraram, em dados do romeno, mais casos de 3p marcados diferencialmente do que de 1p e 2p. Da mesma forma, Irimia e Pineda (2019) (doravante, I&P) encontraram, em textos do catalão antigo, resultados semelhantes.

Neste trabalho, analisa-se o desenvolvimento do MDO nas escalas hierárquicas. Para isso, a frequência de ocorrência de pronomes pessoais com função de objeto direto marcados por *a* é observada. Foram analisados dados do português europeu (doravante, PE) dos séculos XVI a XIX, os quais foram coletados no Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (GALVES; ANDRADE; FARIA, 2017) e no Corpus Post Scriptum (CLUL, 2014).

A análise das ocorrências da MDO com pronomes plenos obteve resultados similares aos dos estudos sobre o catalão e o romeno: os casos de 3p são mais frequentes que os de 1p e 2p, o que aponta que as escalas hierárquicas não são adequadas para a descrição do desenvolvimento do fenômeno na diacronia.

A organização do *squib* é a seguinte: na seção 2 são apresentados postulados teóricos sobre o fenômeno; a seção 3 se dedica à investigação das ocorrências de MDO com pronomes no português; a seção 4 traz nossa proposta de análise; e as conclusões são exibidas ao final.

2 ASPECTOS TEÓRICOS RELACIONADOS AO FENÔMENO

2.1 AS ESCALAS HIERÁRQUICAS E A MDO

O trabalho de Aissen (2003) definiu que as escalas da animacidade e da definitude são as mais adequadas para a descrição da MDO. A escala da definitude reúne informações sobre a definitude e a especificidade do sintagma. Já a escala da animacidade pode dizer respeito tanto à animacidade quanto à Pessoa do sintagma, pois DPs animados e 1p e 2p são na maioria dos casos agentes e não pacientes. Quando não são agentes, esses sintagmas são marcados diferencialmente. Em (5) reproduzimos a escala apresentada em I&P (2019, p. 5), que reúne informações das escalas (3) e (4) e mostra o que seria esperado para o desenvolvimento da MDO.

- (5) Escala da animacidade/Pessoa: 1p/2p > 3p > nome próprio > humano > animado > inanimado.

De acordo com Cyrino (2018, p. 233), o pronome de 3p se diferencia dos demais, pois é [-PESSOA], enquanto 1p e 2p são [+PESSOA]. Sobre a representação sintática da animacidade, a autora defende a existência de uma categoria funcional, que faz com que os DPs que estão nas posições mais altas nas escalas ocupem as posições mais altas da árvore. Há um núcleo funcional $F_{[Pessoa]}$ localizado entre vP e AspInn. Os traços EPP desse núcleo atraem os DPs animados, o que leva os DPs inanimados a permanecerem *in situ*. O traço [\pm PESSOA], segundo a pesquisadora, está codificado nos DPs.

Cyrino adota ainda a proposta de Leonetti (2008), segundo a qual, a especificidade não pode ser codificada por nós sintáticos, pois, na verdade, seu efeito é obtido no processo de recuperação das proposições da fala. Isso leva a dizer que a especificidade não depende da animacidade, mas deriva de outros princípios na interface com a semântica.

2.2 AS ESCALAS HIERÁRQUICAS NOS ESTUDOS DIACRÔNICOS

Diferentes estudos sobre o espanhol atestaram que pronomes de 1p, 2p e 3p eram marcados desde as primeiras ocorrências do fenômeno (VON HEUSINGER; KAISER, 2005; entre outros), como mostram os exemplos a seguir.

(6) Espanhol antigo

- a. e ssi fuéredes vençidos, non rebtedes **a nós** (*Cid*, Séc. XII)
e se ser-PRS-COND.2PL derrotar-PTCP não culpar-IMP.2PL MDO nós
'mas se você for derrotado, não culpe a nós'
- b. Dios salve a nuestros amigos e **a vós** más, señor
Deus salvar-PRS.SBJV.3SG DOM nossos amigos e MDO vós mais senhor
'Que Deus salve a nossos amigos e a vós acima de tudo, meu senhor' (*Cid*, Séc. XII)
- c. todos **a él** guardavan. (*Poema de Fernán González*, Séc. XIII)
todos DOM ele guardar-IPFV.3PL
'todos guardavam a ele'

(IRIMIA; PINEDA, 2019, p. 2-3)

Pronomes pessoais, no catalão atual, são marcados sistematicamente. Por outro lado, no catalão antigo (séc. XI-XVI), de acordo com I&P (2019), a 3p era mais frequentemente marcada (cf. (7a)) enquanto 1p e 2p, em alguns textos, não recebiam a marcação e, em outros, era contexto de variação (cf. (7b-c) para exemplos de não marcação).

(7) Catalão antigo

- a. vós havets honrat **a ell**. (*Curial e Güelfa*, Séc. XV)
vós ter-PRS.2PL honrar-PTCP DOM ele
'Vocês honraram a ele.'
- b. aquella senyora, qui mira nosaltres... (*Curial e Güelfa*, Séc. XV)
aquela senhora que olhar-PRS.3SG nós
'Aquela senhora, que nos olha...'
- c. ¿què ha mogut **tu** e ton companyó a...? (*Curial e Güelfa*, Séc. XV)
o que ter-PRS.2SG mover-PTCP tu e teu companheiro a
'O que obrigou você e seu companheiro a...'

(IRIMIA; PINEDA, 2019, p. 3)

No romeno atual o traço [+HUMANO] leva à MDO com pronomes pessoais e nomes próprios; outros tipos de pronome quando [±ANIMADO] são também contexto obrigatório para a marcação; e com DPs específicos [+HUMANOS] a marcação da preposição é opcional. Já na variedade antiga da língua, a MDO é considerada um fenômeno produtivo, sendo que o

traço decisivo para a marcação do objeto é a animacidade. O estudo de von Heusinger e Gáspar (2008) mostra um resultado surpreendente sobre o romeno do século XVI: 97% (33/34) dos casos de 3p (cf. (8a)) eram marcados diferencialmente; enquanto os casos de 1p e 2p (cf. (8b-c) para exemplos de não marcação), apesar de poucos, estavam em variação (50% - 5/10).

(8) **Romeno antigo**

- a. Lumea **pre elu** nu cunoscu. (Séc. XVI)
 pessoas-NOM DOM ele não reconhecer-PST.3SG
 'As pessoas não reconheceram a ele.'
- b. Va vindeca **noi.** (Séc. XVI)
 FUT.3SG curar-INF nós
 'Ele vai nos curar.'
- c. Nemica **voi** să vatăme. (Séc. XVI)
 nada-NOM vós SBJV machucar-SBJV.3SG
 'Não deixe nada vos machucar.'

(IRIMIA; PINEDA, 2019, p. 7)

Nas duas línguas citadas, há o redobro de clítico, fenômeno em que um clítico coocorre com um pronome pleno em posição de argumento, formando um constituinte descontínuo. Leonetti (2008) classifica o redobro como um subgrupo da MDO, pois, nas línguas românicas, é necessário que o clítico coocorra com um objeto preposicionado¹. De acordo com Leonetti (2007), o redobro se liga ainda à especificidade: a presença do clítico leva a uma leitura específica. Assim como no romeno e no catalão, na diacronia do português são encontrados casos de redobro com um objeto marcado por *a*. Em (9), há um caso do fenômeno em que o clítico *vos* redobra o objeto marcado *a vós*.

- (9) as riquezas **vos** enganaram **a vós** (B_003,163.2296, Corpus Tycho Brahe, Séc. XVII).

Contudo, no português, há redobro apenas com pronomes plenos e não com outros DPs, como é o caso do romeno. Isso nos permite supor que o fenômeno, nessa língua, seja restrito a pronomes plenos. Assim, considerá-lo como um subgrupo da MDO pode ser problemático.

1 A presença de um objeto preposicionado não é um requisito em todas as línguas em que o redobro de clítico ocorre. Não aprofundamos a discussão por uma questão de espaço. Para uma discussão mais detalhada, o leitor pode conferir Leonetti (2007, 2008).

2.3 AS POSSÍVEIS EXPLICAÇÕES PARA A VIOLAÇÃO HIERÁRQUICA

No catalão antigo, há apenas pronomes tônicos acusativos para 1p do singular; 2p e 3p usam a forma do nominativo para o acusativo, isso deveria tornar a MDO obrigatória com 2p e 3p. Diante disso, I&P (2019) defendem que a violação é causada pela natureza da 3p e não pelo sincretismo entre nominativo e acusativo, como von Heusinger e Gáspár (2008) propõem para o caso do romeno antigo.

A MDO tem sido tratada como resultado ou da atribuição de Caso estrutural ou de licenciamento de objeto. Os objetos diretos típicos são (pseudo)-incorporados como predicados. Segundo a proposta de I&P, a MDO não é apenas uma operação de Caso, mas uma operação de licenciamento para objetos que têm especificação além de Caso.

Nessa operação, o traço [+PESSOA] é relevante, pois é realizado como MDO. I&P propõem que esse traço é do tipo *sentience*, que se refere ao indivíduo ciente da eventualidade que ocorre. Na proposta, o traço [+PESSOA] pode ser do tipo [SPEAKER] ou [ADDRESSEE]. De acordo com I&P, em estágios anteriores, 1p tinha o traço [+SPEAKER] e a 2p o traço [+ADDRESSEE], posteriormente, às duas formas pronominais passou a ser também atribuído o traço [+SENTIENCE], o qual já era à 3p.

Em estágios em que há apenas marcação com 3p, a MDO ligava-se à animacidade e não aos traços [SPEAKER] e [ADDRESSEE]. Quando 1p e 2p passam a ser marcadas, [+SENTIENCE] passa a se associar aos dois traços. A mudança seria causada pela gramaticalização de uma restrição pragmática — não se pode ser falante e ouvinte sem ser animado.

3 A MDO EM PRONOMES NO PORTUGUÊS DIACRÔNICO

3.1 METODOLOGIA

Neste estudo recolhemos, no Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (GALVES; ANDRADE; FARIA, 2017) (doravante, CTB)² e no Corpus Post Scriptum (CLUL, 2014) (doravante, PS)³, dados do PE dos séculos XVI a XIX. Realizamos buscas com a ferramenta Corpus Search em textos anotados sintaticamente, e assim selecionamos dados em que o pronome pleno tinha função de objeto direto e era marcado pela preposição *a*.

Na análise, os pronomes foram classificados em quatro tipos: 1p, pronomes de primeira pessoa do singular *mim* e do plural *nós*; 2p, pronomes de segunda pessoa do singular *ti* e do plural *vós*; 3p, pronomes de terceira pessoa do singular *ele(a)* e do plural *eles(as)*; e

² Há, no CTB, 27 textos de diferentes gêneros anotados sintaticamente, a seguir, os textos em que encontramos dados. Séc. XVI: c_007, g_001, l_001, p_001, s_001; séc. XVII: b_001, b_003, b_008, c_003, m_003, m_008, v_002, v_004; séc. XVIII: a_001, a_004, c_001, s_004; séc. XIX: a_003, b_005, g_004, o_001.

³ O PS é formado por cartas dos séculos XVI ao XIX escritas por pessoas de diferentes classes sociais. As cartas em que encontramos dados são apresentadas a seguir. Séc. XVI: PSCR0027, PSCR0047, PSCR0076; séc. XVII: CARDS4005; séc. XVIII: CARDS2031, CARDS3148; séc. XIX: CARDS0098.

reflexivos, *si*. No grupo dos reflexivos foram incluídas, também, formas como *a si mesmo(s)* e *a si próprio(s)*. Abaixo há alguns exemplos dos dados encontrados:

- (10) ele **me** vigia **a mim** (S_001_PSD,76.874, CTB, Séc. XVI).
- (11) Anna da minha alma, troixa da minha vida, pois não me há de cheirar, se **te** eu cheiro **a ti**, flor (G_004_PSD,0.1460, CTB, Séc. XIX).
- (12) tudo quanto é meu é só para o meu marido, pois só **a ele** quero e só **a ele** amo. (CARDS3148,.6, PS, Séc. XVIII)
- (13) ama-**se a si** (A_001_PSD,93.2127, CTB, Séc. XVIII).
- (14) Quem **se** busca **a si mesmo** no seu amor é indigno do amor do outro (C_001_PSD,04.60, CTB, Séc. XVIII).

3.2 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ainda que não fosse nosso alvo inicial investigar as diferenças entre o redobro de clítico e a MDO, separamos os resultados em dois cenários: (i) pronome pleno com função de objeto direto marcado por *a* que coocorre com clítico descontínuo, ou seja, caso de redobro de clítico, e (ii) pronome pleno com função de objeto direto marcado por *a*. A divisão tem o objetivo de trazer clareza à pesquisa. A seguir, são apresentados os resultados do primeiro cenário.

TABELA 1 – OCORRÊNCIAS DE PRONOMES PLENOS MARCADOS (CASOS DE REDOBRO DE CLÍTICO INCLUÍDOS)

Século	1p	%	2p	%	3p	%	Reflexivo	%	Total	%
XVI	9	28	1	3	12	38	10	31	32	100
XVII	13	36	5	14	9	25	9	25	36	100
XVIII	10	28	4	11	5	14	17	47	36	100
XIX	6	43	4	29	3	21	1	7	14	100

Fonte: elaborada pela autora.

Com a Tabela 1, sobre o primeiro cenário, pode-se perceber que, no século XVI, há mais casos de 3p (38%) e de reflexivo (31%) do que de 1p (28%) e 2p (3%) marcadas. Já no século posterior, os casos de 1p (36%) superam os de 3p e de reflexivos (25% respectivamente). No século XVIII, os reflexivos marcados (47%) superam os outros contextos; além disso, os casos de 1p ultrapassam os de 3p, 28% contra 14%. Por outro lado, no século XIX, os casos de 1p representam 43% das ocorrências e se tornam os mais frequentes de todas as pessoas.

Abaixo, na Tabela 2, são apresentados os resultados do segundo cenário analisado, com apenas os casos de pronomes marcados por *a*, e são excluídos os casos de redobro de clítico.

**TABELA 2 – OCORRÊNCIAS DE PRONOMES PLENOS MARCADOS
(SEM CASOS DE REDOBRO DE CLÍTICO)**

Século	1p	%	2p	%	3p	%	Reflexivo	%	Total	%
XVI	-	-	1	13	5	63	2	25	8	100
XVII	3	21	2	14	7	50	2	14	14	100
XVIII	1	11	2	22	4	44	2	22	9	100
XIX	1	50	-	-	1	50	-	-	2	100

Fonte: elaborada pela autora.

No segundo cenário, com a retirada dos casos de redobro de clítico, os casos analisados diminuem de 118 para 33. No século XVI, não há nenhuma ocorrência de 1p e há apenas um caso de 2p; os casos de 3p são os mais frequentes com 63% das ocorrências e há uma diferença interessante entre os casos de 3p e de reflexivos, os quais representam apenas 25% dos casos.

No século seguinte, o XVII, a 3p ultrapassa todas as pessoas com 50% dos casos, e as ocorrências de 1p superam as de 2p e de reflexivos. O comportamento observado no século XVII se mantém no século posterior, mas a 1p é menos frequente que a 2p e os reflexivos marcados. No XIX, foram encontrados apenas dois casos, um de 1p e um de 3p.

Os resultados da separação dos cenários podem indicar que os dois fenômenos são desencadeados por fatores distintos, o redobro de clítico se liga ao traço da especificidade, e a MDO, à animacidade. Tal afirmação se baseia na diminuição das ocorrências de 1p e reflexivos e no aumento da 3p, ambos observados no segundo cenário, o que indica que o redobro ocorre mais frequentemente com 1p e reflexivos. Vale apontar que a animacidade influencia o redobro, pois ocorre com formas, 1p e reflexivos, em que a animacidade é um traço já pressuposto.

Pires (2018) analisou as ocorrências de redobro de clítico e de pronomes marcados por *a* no PE dos séculos XVI a XIX. Foi atestada a preferência pela MDO nos casos de 3p, nos séculos XVI, XVIII e XIX. Esses resultados somados aos aqui apresentados podem indicar o desenvolvimento da MDO nas escalas, um fenômeno que se inicia pela 3p. Para confirmar isso, seria necessária a investigação de dados do período anterior ao século XVI.

A separação dos cenários mostrou ainda, em ambos, a diminuição dos casos no século XIX. No século anterior foram analisadas 36 ocorrências no primeiro cenário e 9 no segundo; já no século XIX foram analisados 14 casos no primeiro cenário e apenas 2 no segundo.

4 EM DIREÇÃO A UMA PROPOSTA DE ANÁLISE

O comportamento dos dados do português analisados neste trabalho se assemelha aos do catalão antigo, em que a 3p é mais frequente que 1p e 2p, apenas no segundo cenário (sem os casos de redobro de clítico). No primeiro cenário (com casos de redobro de clítico), só há um indicativo da violação da escala no século XVI, em que a 3p é mais frequente. Em nenhum dos dois cenários há uma alta frequência de casos da MDO com a 3p, como ocorre com o romeno, em que 97% dos casos de 3p eram marcados.

Comparando os resultados dos dois cenários, pode-se perceber que 1p e 2p ocorrem majoritariamente com redobro e não com a MDO nos séculos analisados. Essa característica pode indicar que, em estágios anteriores, a MDO estava relacionada à animacidade de objetos que não tinham este traço pressuposto e marcar 1p e 2p seria redundante, pois nessas formas pronominais a animacidade já está pressuposta, o que não se verifica na 3p, daí a necessidade de MDO nesse contexto para indicar animacidade.

Adotando ainda Cyrino (2018), podemos estender essa análise em termos do traço [PESSOA], que, como dito acima, está relacionado à animacidade. 1p e 2p são [+PESSOA], enquanto a 3p é [-PESSOA], logo não seria preciso marcar animacidade em sintagmas que já são [+PESSOA], apenas no objeto que é [-PESSOA]. Desse modo, a animacidade seria o fator determinante para a MDO.

Retomando o que dito foi acima sobre o redobro de clítico, segundo Leonetti (2007), o clítico desencadeia uma leitura específica nos casos de redobro. Desse modo, a diferença dos dois cenários também pode ser explicada: os casos de redobro com 1p e reflexivos ocorrem não pela necessidade da marcação redundante da animacidade no objeto, mas para obter um efeito de especificidade que está ligado à presença do traço [+ESPECÍFICO].

5 CONCLUSÃO

O objetivo desse *squib* era investigar, no português dos séculos XVI a XIX, se escalas hierárquicas descrevem adequadamente o desenvolvimento da MDO com pronomes. A análise dos dados revelou que, para o português, a separação dos casos de redobro de clítico dos de MDO é relevante, pois há resultados diferentes quando são excluídos os casos de redobro.

Os resultados da análise dos casos de pronomes marcados parecem indicar que, nos primeiros estágios de desenvolvimento, a MDO se relacionava apenas à animacidade e o traço [+PESSOA] bloqueava a marcação diferencial nas 1p e 2p.

Para confirmar esses resultados, cabe ainda analisar mais textos do período analisado para chegar a um número mais robusto de dados. Resta também investigar se, no português, as ocorrências da MDO como outros tipos de sintagmas podem ser descritas pelos estágios de desenvolvimento previstos nas escalas hierárquicas. Além disso, são necessários estudos que investiguem os casos do fenômeno em períodos anteriores aos aqui analisados.

REFERÊNCIAS

AISSEN, J. Differential Object Marking: Iconicity vs. Economy. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 21, n. 3, p. 435-483, ago. 2003.

CLUL (ed.). *P.S. Post Scriptum*. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna. 2014. Disponível em: <http://ps.clul.ul.pt>.

CYRINO, S. M. L. Animacidade na sintaxe: uma abordagem formal. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, v. 1, n. 46, p. 222-238, maio/ago. 2018.

GALVES, C.; ANDRADE, A.; FARIA, P. *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. 2017. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/texts/psd.zip>.

IRIMIA, M. A.; PINEDA, A. Differential object marking and Scales: Insights from diachrony. *Proceedings of the Linguistic Society of America*, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2019.

LEONETTI, M. Clitics do not encode specificity. In: *Proceedings of the workshop "Definiteness, specificity and animacy in Ibero-Romance languages"*. Universität Konstanz, Fachbereich Sprachwissenschaft, 2007. p. 111-139.

LEONETTI, M. Specificity in clitic doubling and in differential object marking. *Probus*, v. 20, n. 1, p. 33-66, 2008.

PIRES, A. J. *A marcação diferencial de objeto no português: um estudo sintático-diacrônico*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 2017.

PIRES, A. J. "Deus julga-nos a nós": um caso de redobro de clítico no português? In: PILATI, E.; MOREIRA, B. (org.). *Estudos formalistas nas línguas naturais – volume 2*. Campinas: Pontes Editores, 2018. p. 99-119.

VON HEUSINGER, K.; KAISER, G. The evolution of differential object marking in Spanish. In: *Proceedings of the workshop "Specificity and the evolution/emergence of nominal determination systems in Romance"*. Universität Konstanz, Fachbereich Sprachwissenschaft, 2005, p. 33-69.

VON HEUSINGER, K.; GÁSPÁR, E. O. Triggering and blocking effects in the diachronic development of DOM in Romanian. *Probus*, v. 20, n. 1, p. 67-110, 2008.

Squib recebido em 6 de abril de 2020.

Squib aceito em 6 de maio de 2020.



A INTERFACE SINTAXE-FONOLOGIA NO CASO DOS *BLENDS*

CÉSAR ELIDIO MARANGONI JUNIOR*

RESUMO

Este *squib* busca, no cerne da Otimalidade Distribuída, com base em Trommer (2001), abordar o *blending* enquanto um processo morfofonológico cuja formação se dá em duas etapas: na derivação sintática, tem-se o estabelecimento de uma relação gramatical entre duas raízes já categorizadas, com a adjunção de um morfema avaliativo que codifica a leitura jocosa própria dos *blends* à estrutura até então derivada. O morfema avaliativo carrega instruções para as interpretações nas interfaces, uma vez que influencia na criação dos domínios prosódicos e na interpretação semântico-enciclopédica da derivação. No ramo de PF, a inserção de vocabulário é determinada pela existência de restrições estruturais e de alinhamento que garantem a boa formação fonológica das estruturas; a Enciclopédia interpreta a relação de atribuição entre as raízes e a intenção do falante ao produzir o *blend* presente no próprio morfema avaliativo.

Palavras-chave: *blending*, interface sintaxe-fonologia, otimalidade distribuída

ABSTRACT

This squib aims to explain, in the realm of Distributed Optimality, based in Trommer (2001), blending as a morphophonological process that is derived in two stages. In the syntactic derivation, there is the establishment of a grammatical relationship between two roots already categorized, with the adjunction of an evaluative morpheme that codifies the humoristic reading to the structure derived. The evaluative morpheme carries instructions for the interpretation in the interfaces, since it influences the creation of prosodic domains and the semantic-encyclopedic interpretation of the derivation. In the PF branch, vocabulary insertion is determined by the existence of structural and alignment constraints that guarantee the phonological well-formedness of the structure; the Encyclopedia interprets the attributive relation between the roots and the speaker's intention in producing a blend, being that intention present in the evaluative morpheme itself.

Keywords: *blending*, syntax-phonology interface, distributed optimality

* Universidade de São Paulo, USP. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), *e-mail*: cesar.marangoni@usp.br. Agradeço à minha orientadora Ana Paula Scher pela ajuda constante e aos pareceristas da revista, que fizeram apontamentos de extrema pertinência à primeira versão deste *squib*.

1 INTRODUÇÃO

No cerne dos estudos morfológicos atuais, os *blends*, também chamados de palavras-valises (ALVES, 1990), cruzamentos vocabulares (SANDMANN, 1990), *portmanteaux* (PIÑEROS, 2000), misturas (SANDALO, 2001), *blends* lexicais (GONÇALVES, 2003) ou fusões vocabulares (BASILIO, 2005), são comumente definidos como o resultado de um processo de formação de lexemas a partir da fusão de partes de pelo menos duas palavras-fonte, sendo que uma delas deve ser reduzida no processo ou deve haver algum tipo de sobreposição gráfica ou fonológica das palavras-fonte (cf. GRIES, 2004). Tal caracterização do processo desvela uma das propriedades do *blending* ressaltada por muitos linguistas, a saber, o fato de ser uma instância de um processo não concatenativo de formação de palavras, na medida em que envolve algum tipo de perda ou de sobreposição fonológica.

De maneira geral, os estudiosos dividem os resultados de tal processo entre casos que envolvam alguma semelhança fonológica entre as bases, a qual determina o ponto de junção entre as palavras-fonte (exemplos em 1a) e casos que não envolvam nenhuma semelhança fonológica, fazendo com que a formação se dê por meio de um truncamento (exemplos em 1b). Além disso, há um terceiro tipo de *blend*, considerado por alguns como “formação analógica” (cf. GONÇALVES, 2012), que se diferencia dos dois primeiros pois consiste, em primeira instância, num caso de reanálise semântica de parte de uma das palavras-fonte (casos de 1c).

- (1) a. *politicanagem* > *política* + *sacanagem*, *sacolé* > *saco* + *picolé*
 b. *portunhol* > *português* + *espanhol*, *forrogode* > *forró* + *pagode*
 c. *boadrasta* > *boa* + *madrasta*, *bebemorar* > *beber* + *comemorar*

A derivação de um *blend* é um assunto recorrente entre os linguistas, uma vez que a riqueza de comportamentos é vista por alguns autores como reflexo da imprevisibilidade inerente ao processo (cf. BAUER, 1983); todavia, a análise mais detalhada dos *blends* nos faz perceber que existe uma sistematicidade na sua derivação. Isso nos leva à questão que norteia a discussão aqui realizada: é possível descrevermos um padrão geral para a derivação de *blends* numa língua específica, o português brasileiro (doravante PB)?

O objetivo deste *squib* é responder afirmativamente à questão levantada ao mostrar como podemos tratar o *blending* como um processo morfológico concatenativo de formação de palavras, na medida em que a derivação do *blend* pode ser vista, sintaticamente, como duas raízes já categorizadas que se encontram em uma dada relação sintática entre si, sendo que a estrutura resultante é, então, modificada pela adição de um morfema avaliativo que codifica a leitura enciclopédica específica da formação. Dessa forma, a perda ou sobreposição fonológica são visíveis somente na inserção de vocabulário, sendo um epifenômeno da presença de tal morfema na estrutura e determinadas por restrições de cunho morfofonológico.

Na próxima seção, introduzo o modelo de análise que norteará a discussão, a saber, a Otimalidade Distribuída. Em seguida, apresento uma proposta de estrutura sintática para os *blends*. A partir dessa proposta, passo à derivação de *blends* atributivos para ilustrar a interface sintaxe-fonologia presente nesse processo de formação de palavras. Por fim, trago as conclusões parciais da pesquisa até o presente momento.

2 A OTIMALIDADE DISTRIBUÍDA

A Otimalidade Distribuída (doravante OD), com base em Trommer (2001), é um dos desdobramentos da Teoria Gerativa que aparece como um diálogo possível entre dois modelos diferentes, a saber, a Teoria da Otimalidade (doravante TO) e a Morfologia Distribuída (doravante MD). Trommer (2001, 2003) desenvolve o modelo da OD, o qual se baseia na premissa, já existente na MD, de que a morfologia é um módulo separado da gramática que interpreta os *outputs* da sintaxe, sendo que, na derivação sintática, o que temos são unicamente feixes de traços abstratos sem conteúdo fonológico. O papel da morfologia é, assim, atribuir conteúdo fonológico a estruturas sintáticas através do pareamento entre unidades sintáticas que correspondem a palavras com itens de vocabulário (doravante IVs), os quais, por sua vez, combinam traços morfossintáticos com certo conteúdo fonológico.

Como o *output* gerado pela sintaxe serve na OD de *input* para a computação morfológica, a gramática gera, como na TO, um conjunto de candidatos a *output* que contém todas as cadeias que consistem exclusivamente de IVs compatíveis com os núcleos do *input*. Os núcleos que são realmente realizados por meio de IVs e a ordem dos IVs numa dada língua dependem do *ranking* específico dessa língua de acordo com restrições universais de marcação, fidelidade e de ordenação dos morfemas.

Grosso modo, a derivação sintática se dá, na OD, nos moldes da MD, uma vez que a sintaxe opera com elementos retirados da Lista 1 ou Léxico Estrito, na qual encontramos as raízes e os traços sintático-semânticos abstratos; na derivação sintática, elementos dessa lista são concatenados de maneira a veicular uma dada informação — a estrutura resultante deve ser interpretável tanto para PF (do inglês, *Phonological Form*) quanto para LF (do inglês, *Logical Form*). No caminho para PF, a Estrutura Morfológica opera por meio de restrições, de modo que a interpretação morfológica da estrutura sintática e a inserção de vocabulário são reduzidas a um mesmo mecanismo de operação: as restrições. As operações morfológicas da MD como fusão e empobrecimento, por exemplo, bem como a linearização da estrutura são, nesse modelo, derivadas por meio de restrições morfológicas e morfofonológicas específicas. Nesse sentido, o trabalho realizado em PF se assemelha à TO, uma vez que se dá por meio de restrições que se relacionam de maneira hierárquica entre si.

As restrições, na OD, são essencialmente de três tipos: aquelas que requerem uma determinada configuração estrutural, aquelas que bloqueiam uma determinada configuração estrutural e as restrições de alinhamento; todas apresentam versões *input-output* e só *output*. A análise morfofonológica aqui desenvolvida se vale do confronto entre

restrições de realização, que preconizam a realização de certas estruturas, restrições de bloqueio estrutural, que requerem que certos elementos da cadeia do *input* não sejam plenamente realizados na cadeia de *output* e restrições de alinhamento, que fazem uma correspondência entre fronteiras de palavras morfológicas e fronteiras de palavras prosódicas. A partir da atuação dessas restrições e das relações hierárquicas que estabelecem entre si, podemos evidenciar a pauta acentual dos *blends* formados, de maneira que eles se afastem, em termos fonológicos, dos compostos prototípicos.

Nesse cenário, a formação dos *blends* se dá em dois níveis: primeiramente, tem-se uma estrutura sintática própria dos *blends* e, num segundo momento, tem-se a inserção de vocabulário por meio da seleção do candidato ótimo no que diz respeito ao *ranking* de restrições atuantes no processo. Na próxima seção, abordo o nível sintático do processo.

3 A ESTRUTURA SINTÁTICA DOS *BLENDS*

A derivação de um *blend* envolve a existência de duas raízes retiradas da Lista 1 que são categorizadas por um núcleo definidor de categoria *n*, *v* ou *a*. Com base em Chomsky (2000, 2004), Nóbrega (2014) defende que um dos universais da composição é o estabelecimento de uma relação gramatical entre os membros de um composto, a qual pode ser de três tipos: subordinação, atribuição e coordenação. A subordinação ocorre por meio de *set-Merge*¹ e estabelece uma relação predicado-argumento em que um dos constituintes tem seu traço seletor valorado por seu complemento, gerando uma estrutura simétrica. A atribuição, por sua vez, envolve *pair-Merge* e estabelece uma estrutura assimétrica na medida em que o constituinte não núcleo é concatenado ao núcleo, independentemente da valoração de um traço seletor. Por fim, a coordenação ocorre quando uma conjunção toma dois constituintes de mesma categoria e desfaz a relação simétrica entre eles via movimento, de maneira a rotular a estrutura.

As relações que o autor elenca para os compostos são aquelas que encontramos também nos *blends*: no caso do PB, os exemplos são predominantemente formados por nomes e adjetivos, de maneira que, no *corpus* analisado nesta pesquisa, que consiste de em torno de 250 *blends*, não encontramos casos de subordinação — embora isso seja possível sintaticamente. Entre os *blends* atributivos, podemos citar: *futirão* (*futebol* + *mutirão*), termo cunhado no contexto de um paredão do *reality show* Big Brother Brasil, e *chafé* (*chá* + *café*), termo que faz referência a um “café fraco”; entre os coordenados, podemos citar os chamados *ships*, em que nomes próprios são unidos de maneira a veicular uma relação afetiva entre duas pessoas, como *Brumar* (*Bruna Marquezine* + *Neymar*), e casos como *barbeludo* (*barbudo* + *cabeludo*), que faz referência a um homem que é tanto barbudo quanto cabeludo — nesses casos, não é evidente qual dos dois elementos é o núcleo da forma derivada.

1 Em linhas gerais: (i) *set-Merge*: forma um conjunto $\{\alpha, \beta\}$ e é responsável pelo estabelecimento de relações argumentais e pelos movimentos sintáticos; (ii) *pair-Merge*: forma um par ordenado $\langle \alpha, \beta \rangle$ e é responsável pela concatenação de adjuntos (NÓBREGA, 2014, p. 125).

A aproximação entre compostos e *blends* é algo bastante discutido na literatura morfológica. Por exemplo, Ralli e Xydopoulos (2011) defendem que a diferença fundamental entre *blends* e compostos está no fato de que os primeiros são formados de maneira consciente pelo falante, isto é, há algum efeito estilístico que direciona a sua formação; os segundos, por sua vez, são formados sem um esforço maior, de acordo com mecanismos de formação de palavras.² O *blending* é visto, nessa proposta, como um processo na fronteira entre a competência linguística e a criatividade. A conclusão a que os autores chegam é a de que os *blends* são um tipo especial de compostos: estruturalmente, eles pertencem aos compostos; superficialmente, em contextos particulares, eles perdem parte de sua forma, sendo que tal redução na forma é feita de maneira intencional pelo falante, devido a necessidades comunicativas. Na análise aqui desenvolvida, todavia, a intenção do falante está ligada à leitura avaliativa da formação; dessa forma, não é o falante que intencionalmente determina a realização fonológica do *blend*, uma vez que esta é o resultado de um *ranking* de restrições específico da língua em questão.

No cerne da MD, Nóbrega (2014), defende que há duas propriedades universais da composição: (a) a presença de uma relação gramatical entre os membros do composto, a qual pode ser de subordinação, coordenação ou atribuição; (b) o estabelecimento de um núcleo categorial acima de dois núcleos complexos que se encontram em uma dada relação gramatical, garantindo que a estrutura formada seja vista como uma única unidade sintática. A especificidade dos compostos, para o autor, está na maneira como as línguas do mundo emolduram morfológicamente seus compostos, sendo que isso pode ser feito a partir da combinação entre dois radicais, entre um radical e uma palavra ou entre duas palavras, bem como os processos fonológicos relacionados à composição em uma determinada língua.

A composição é, assim, definida da seguinte maneira: “um composto é formado quando dois ou mais núcleos complexos, em determinada relação sintática, são recategorizados por um núcleo definidor de categoria — *n*, *v* ou *a*” (NÓBREGA, 2014, p. 25). O terceiro núcleo categorizador garante que a estrutura formada seja aquela do composto e dá conta das informações flexionais do composto formado. Nesse sentido, o *blending* se assemelha à composição na medida em que, sintaticamente, os dois processos são derivados inicialmente da relação gramatical entre duas raízes categorizadas. A diferença entre os dois processos está na presença do morfema avaliativo na própria estrutura sintática no caso dos *blends* e fica mais visível no ramo de PF: o comportamento prosódico dos *blends* é um epifenômeno da presença de um núcleo avaliativo presente na estrutura sintática, acima das duas raízes já categorizadas, que codifica a leitura humorística do processo em questão.

2 A distinção entre o que faz parte da intenção consciente do falante e o que é derivado sem um esforço maior é pouco esclarecedora, principalmente quando levamos em conta a quantidade de *blends* formados nos dias de hoje. Uma maneira de perceber essa distinção que é a utilizada aqui é a presença do morfema avaliativo, responsável por uma leitura de modificação específica. O morfema é discutido de maneira detalhada no decorrer do *squib*.

A análise aqui proposta para o processo está em consonância com a de Ralli e Xydopoulos (2011), discutida acima, na medida em que defendo que o *blend* apresenta uma estrutura sintática que remete a um composto com uma leitura avaliativa codificada, dada pela presença do morfema [Eval], presente desde a Lista 1. O resultado do *blending* é, assim, uma estrutura em que duas raízes categorizadas, concatenadas em uma determinada relação sintática, são concatenadas a um morfema avaliativo, responsável por determinar a leitura enciclopédica da formação.

A codificação da intenção estilística do falante ao produzir um *blend* é dada, assim, pela presença de um morfema avaliativo, que, apesar de receber um IV nulo fonologicamente, é o responsável pela leitura jocosa/humorística e pelo comportamento prosódico da derivação em PF. Ao postularmos que há um morfema responsável por codificar tal leitura estilística, estamos tratando o *blending* como um processo gramatical: a estrutura com a avaliação determinada por um morfema específico pode ser testada translinguisticamente e, caso seja perceptível nas diversas línguas do mundo, temos um ponto em favor da determinação do *status* gramatical de tal processo.

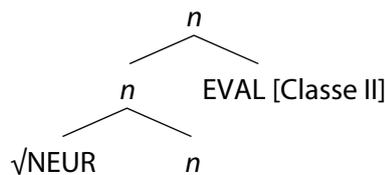
Nesse sentido, temos um caso de morfologia avaliativa. Villalva (2000) defende que os sufixos avaliativos do português não se configuram como casos nem de morfologia flexional, nem de morfologia derivacional; para a autora, o que temos é um caso de adjunção, na medida em que tais sufixos não podem ser nem núcleos nem especificadores da estrutura em que ocorrem. A análise da autora permite que percebamos similaridades entre o comportamento destes e dos *blends*: a presença do morfema avaliativo na estrutura sintática é responsável unicamente por codificar a leitura de modificação, não sendo capaz de alterar a categoria da estrutura derivada, por exemplo. A partir disso, defendo que o morfema avaliativo aparece como modificador das duas raízes categorizadas concatenadas em uma dada relação gramatical; temos, assim, uma relação de adjunção, de modo que o morfema [Eval] não é capaz de projetar e rotular a estrutura. Sua função é a de fornecer instruções para a leitura semântica de modificação — que é dada pela Enciclopédia na interface conceitual — e por determinar a prosódia da estrutura em PF.

A postulação do morfema avaliativo já presente na derivação sintática está em consonância com a proposta de Scher (2011, 2013, 2018), que, ao analisar dois tipos de formas truncadas no PB, defende que elas podem ser tratadas como processos concatenativos de formação de palavras, o que se dá por meio de um processo sintático que envolve a categorização da raiz e a concatenação do morfema [Eval] — que corresponde à leitura apreciativa característica das formas truncadas no PB —, com a posterior operação morfológica de inserção de um sufixo temático. As formas truncadas são formadas pela raiz, mais um categorizador e um núcleo avaliativo na sintaxe, além de um sufixo temático, o qual é adicionado no componente morfológico. Em (2), temos as derivações sintáticas e morfológicas para a forma truncada *neura*; na estrutura morfológica, a inserção de vocabulário insere *neur-* para a posição de raiz e *-a* para a posição de sufixo temático, sendo as demais posições

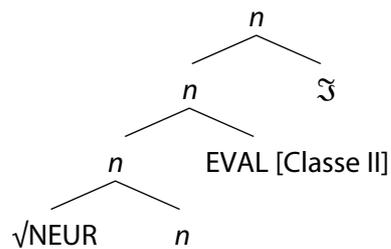
realizadas por um IV nulo fonologicamente. Em casos como *feijuca* e *padoca*, por exemplo, a autora defende que o morfema EVAL recebe um expoente fonológico, *-uc-* e *-oc-*, respectivamente, presentes em outras formas do PB.

(2) **Derivação para *neura***

a. Estrutura sintática



b. Estrutura morfológica



(cf. SCHER, 2018, p. 107)

Enquanto nas formas truncadas temos uma leitura apreciativa, no caso dos *blends* o que temos é uma leitura avaliativa que caracteriza o processo como um todo; ao postularmos a existência desse morfema avaliativo desencadeador de um *ranking* de restrições ativo na inserção de vocabulário, estamos tratando a perda fonológica perceptível no *blending* como um epifenômeno, isto é, uma consequência natural da existência de um morfema específico já na derivação sintática. Isso mostra que a motivação do processo é de natureza morfossintática, uma vez que se situa na interface entre a estrutura sintática dotada de um morfema avaliativo e a fonologia conferida à estrutura no ramo de PF. Na próxima seção, temos a derivação passo a passo de um *blend* atributivo, evidenciando a estrutura sintática formada e trazendo uma primeira argumentação acerca de como se dá a inserção de vocabulário nesse caso.

4 DERIVANDO UM *BLEND* ATRIBUTIVO: MORFEMA AVALIATIVO E COMPETIÇÃO NO RAMO DE PF

No passo a passo da derivação na OD, primeiramente há a seleção dos itens da Lista 1 necessários para a formação de um *blend* atributivo. Primeiramente, duas raízes são selecionadas e devidamente categorizadas. No desenvolvimento do *squib*, assumo uma noção de raiz que se aproxima daquela defendida por Harley (2014), segundo a qual as raízes são unidades da computação morfossintática identificadas por índices abstratos que servem como instruções para a inserção de vocabulário em PF e para a interpretação semântica em LF. Grosso modo, as raízes são individuadas na derivação sintática pela presença de um índice abstrato, não apresentando, portanto, nenhuma informação fonológica ou semântica desde o início.

para fins sintáticos, as raízes são nós terminais sintáticos desprovidos de traços funcionais. Além disso, os casos de supleção no nível da raiz³ e de raízes como *-ceive* e *-port* do inglês⁴ trazem problemas para uma individuação das raízes na sintaxe de natureza fonológica e semântica, respectivamente.

Uma consequência dessa visão das raízes é que os *blends* poderiam ser formados pela junção de quaisquer raízes, independentemente da necessidade de haver uma relação semântica explícita entre as raízes envolvidas.⁵ Num primeiro momento, essa constatação parece problemática quando olhamos para exemplos como *pãe* (*pai* + *mãe*), visto que há uma relação semântica explícita entre as palavras-fonte, ou mesmo para exemplos como *gratiliz* (*gratidão* + *luz*), em que há uma relação de significado mais abstrata entre os elementos; todavia, quando olhamos para exemplos como o já citado *futirão* (*futebol* + *mutirão*) e para *croasonho* (*croissant*⁶ + *sonho*), podemos perceber que essa relação semântica entre as palavras-fonte é menos evidente. Dessa forma, teoricamente, quaisquer raízes poderiam ser concatenadas para a derivação de um *blend*, desde que a relação sintática entre elas esteja presente.

A categorização das raízes é feita por meio da operação *Merge* entre a raiz e o núcleo categorizador, que pode ser *n*, *v* ou *a*. A raiz categorizada recebe, assim, uma categoria somente quando se associa a um categorizador; antes disso, a raiz só pode ser individuada por meio de seu índice, não recebendo, portanto, uma categoria já na Lista 1. Em seguida, as raízes já categorizadas são concatenadas entre si em uma dada relação sintática; para os *blends* atributivos, tal relação é de atribuição, em que a raiz não núcleo modifica a raiz núcleo e é o núcleo que rotula a estrutura formada.

Após isso, a estrutura derivada até então é concatenada a um morfema avaliativo, responsável pela leitura avaliativa da formação; a avaliação se faz presente também em outras formações linguísticas, como os hipocorísticos, as formas truncadas e os sufixos avaliativos. O morfema [Eval] adjunge-se à estrutura formada para codificar a leitura semântica própria do processo, a saber, a avaliação por parte do falante. O morfema não configura uma projeção máxima na medida em que não apresenta uma posição de especificador e na medida em que não é capaz de rotular a estrutura derivada — não possui uma categoria, uma vez que não se concatenou em um plano separado a um núcleo categorizador; a sua função é, assim, de instruir a leitura que deve ser feita nas interfaces,

3 Supleção no nível da raiz: há raízes cuja exponencia fonológica é determinada pelo contexto morfossintático em que a raiz aparece, não sendo previsível fora deste contexto; é o caso de *go* e *went* do inglês, por exemplo.

4 Há raízes no inglês como *-ceive* (*receive*, *deceive*) e *-port* (*report*, *deport*) que são totalmente sem significado fora de seu contexto morfossintático. Apesar de sua natureza semântica não determinada desde o início, essas raízes são facilmente identificadas como raízes do inglês por uma criança em processo de aquisição da linguagem, por exemplo.

5 Agradeço a um dos pareceristas do *squib* que chamou a atenção para esse fato. A relação semântica entre os elementos do *blend* é um ponto que será melhor investigado na continuação desta pesquisa.

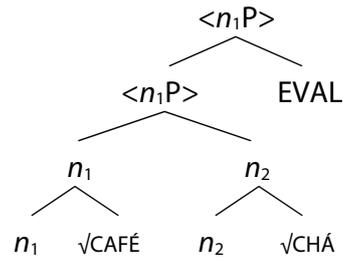
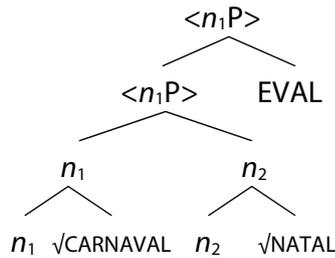
6 O *blend* é formado a partir da pronúncia que a palavra de origem francesa recebe comumente no Brasil. Vale ressaltar que *croasonho* é pronunciado com /s/ pelos falantes e não com /z/.

tendo influência na prosodização da estrutura em PF e na leitura semântico-enciclopédica na interface conceitual.

(3) **Árvore sintática para *blends* atributivos⁷**

a. Carnatal (carnaval + natal)

b. Chafé (chá + café)



Seguindo Embick e Noyer (2001), a inserção de vocabulário, a linearização da estrutura e a construção dos domínios prosódicos ocorrem no caminho para PF. Olhando para as duas árvores sintáticas acima, podemos pensar nos IVs em (4) para a realização dos nós terminais de raiz e do morfema avaliativo. A linearização e a construção dos domínios prosódicos são influenciadas diretamente pela inserção de vocabulário e são determinadas por um *ranking* específico de restrições de realização, de acento e de alinhamento.

(4) **IVs para as árvores em (3)^{8,9}**

a. Carnatal

Input: [Eval] [$\sqrt{_{250'}} n_1$] [$\sqrt{_{480'}} n_2$]
 Output: \emptyset : [Eval] carnaval: [$\sqrt{_{250'}} n_1$] natal: [$\sqrt{_{480'}} n_2$]

b. Chafé

Input: [Eval] [$\sqrt{_{120'}} n_1$] [$\sqrt{_{300'}} n_2$]
 Output: \emptyset : [Eval] café: [$\sqrt{_{120'}} n_1$] chá: [$\sqrt{_{300'}} n_2$]

Uma primeira hipótese que podemos levantar é que a presença do morfema avaliativo, apesar de não receber um expoente fonológico plenamente realizado, instrui a construção dos domínios prosódicos, de maneira que exige que as duas raízes concatenadas sejam realizadas superficialmente por um *output* que contenha um único acento, na maioria das vezes, o acento da raiz à direita da formação — temos, assim, uma restrição de realização

7 Optei por simplificar a derivação das raízes, não fazendo referência, por exemplo, às marcações de classe nominal, as quais são adicionadas à estrutura apenas na Estrutura Morfológica.

8 A esquematização dos IVs emula a nomenclatura que Trommer (2001) utiliza para se referir aos IVs, com uma mudança importante: o autor se refere às raízes pelo termo “radical” e as considera um traço “+radical”; todavia, assumo que as raízes são morfemas sintaticamente falando e não traços – vale ressaltar que o foco do autor são os caso de morfologia flexional, enquanto que esse *squib* é uma tentativa de avaliar se a OD consegue explicar elegantemente fenômenos da morfologia dita derivacional também.

9 *Carnatal* diz respeito a um evento que ocorre na cidade de Natal durante o carnaval e *chafé* diz respeito a um café fraco. Nos exemplos, a raiz com o índice ₁ corresponde ao núcleo e a com índice ₂ ao não núcleo.

PARSE 1HEAD, que advoga em favor da realização de apenas um acento primário na formação. A existência de um morfema que influencia a estruturação prosódica da estrutura em que ele se encontra também é perceptível em alguns casos de afixação, nos quais a concatenação do afixo a uma raiz pode ocasionar a migração do acento para a borda da direita da palavra (cf. ALDERETE, 1999); em ambos os casos, o que temos são morfemas concatenados à raiz que instruem a realização prosódica da construção. Em outras palavras, o *blend* formado projeta apenas uma palavra prosódica — essa é a característica principal que o diferencia dos compostos, visto que os compostos [radical + palavra] e [palavra + palavra] projetam duas palavras prosódicas (cf. NÓBREGA, 2014).

Uma consequência dessa primeira restrição é que deve haver a perda de parte do conteúdo fonológico das raízes envolvidas para satisfazer à restrição acentual; isso pode ocorrer através da perda fonológica ou da sobreposição em posições de identidade fonológica entre as raízes. Outra consequência é que deve haver uma adequação silábica da estrutura formada, de modo que corresponda à exigência de que apenas um acento primário seja realizado; a adequação silábica corresponde ao fato de que o *blend* tem uma tendência em apresentar o mesmo número de sílabas que uma das palavras-fonte, geralmente aquela de maior extensão silábica. Para dar conta disso, propomos as restrições PARSE [Root]_{min} e PARSE [Root]_σ, respectivamente, sendo a primeira uma restrição de fidelidade e a segunda uma restrição de marcação.

Por fim, precisamos de uma restrição que diga respeito ao alinhamento entre as raízes categorizadas. *Grosso modo*, podemos encontrar casos em que o núcleo está mais à esquerda e o modificador à direita, como *namorido* (*namorado* + *marido*)¹⁰ e *criçãoça* (*criança* + *onça*) e casos em que o modificador aparece mais à esquerda e o núcleo aparece mais à direita, como *arentena* (*arente* + *quarentena*) e *boacumba* (*boa* + *macumba*)¹¹. Uma hipótese que podemos levantar para esse comportamento dos *blends* é que, sintaticamente, temos uma relação atributiva entre os exemplos, mas, superficialmente, a ordem é determinada por uma restrição que advoga em favor de que o ponto de quebra — local em que ocorre a junção das duas palavras-fonte — seja aquele em que há maior identidade fonológica entre as raízes, como é o caso, por exemplo, de *na* em *arnatal* e, dessa forma, não há sempre uma relação de identidade entre a estrutura sintática hierárquica e a estrutura linearizada. As restrições conflitantes que dão conta disso são: REFLECT [Root]₁[Root]₂, uma restrição de alinhamento que advoga em favor da manutenção da ordem em *output* da estrutura em *input*, e PARSE [Root]₁₂ que preconiza a existência de sobreposição fonológica em ponto de identidade fonológica.

Isso já havia sido evidenciado por Araújo (2000), que defende que a gramática dos *blends* deve levar em conta as seguintes características: a) a manutenção do acento primário do

10 Um parecerista anônimo atentou para o fato de que há outra leitura possível nesse caso: um marido com características de namorado. Essa dupla possibilidade de significado é dada por estruturas sintáticas diferentes (nesse segundo caso, o núcleo é a raiz *marid*); fonologicamente, a realização é a mesma por conta das restrições.

11 A análise aqui proposta deriva este exemplo por meio da restrição PARSE [Root]₁₂ enunciada logo abaixo, de modo que não é necessário recorrermos à semântica das raízes para determinarmos sua formação; esse ponto, todavia, merece maior atenção na continuidade da pesquisa.

componente à direita; b) a tendência a ter o mesmo número de sílabas de um de seus componentes; c) a localização em direção às margens da palavra composta.

Em (5) sintetizo as restrições e apresento o *ranking* de restrições ativas em (6).

(5) Restrições para a formação do *blend*

- a. Restrição PARSE 1HEAD (restrição estrutural): o *blend* deve possuir apenas um acento primário e, portanto, deve projetar apenas uma palavra prosódica.
- b. Restrição PARSE [+Root]_o (restrição estrutural): advoga em favor da realização, no *blend*, do mesmo número de sílabas de algum de seus membros.
- c. Restrição PARSE [+Root]₁₂ (restrição estrutural): advoga em favor da sobreposição de segmentos fonológicos idênticos presentes nos dois membros.
- d. Restrição PARSE [Root]_{min} (restrição estrutural mínima): o membro do *blend* a que corresponde a fonologia com menor extensão deve estar maximamente presente na formação resultante.
- e. Restrição REFLECT [Root]₁[Root]₂ (restrição de alinhamento): deve haver a manutenção, no *output*, da posição em que cada traço está presente em *input*.

(6) Hierarquia das restrições

PARSE 1HEAD >> PARSE [Root]_o >> PARSE [Root]₁₂ >> PARSE [Root]_{min} >> REFLECT [Root]₁[Root]₂

A hierarquia de restrições em (6) dá conta dos dados analisados até o presente momento. No caso do PB, a característica mais marcante da maioria dos *blends* formados é a projeção de apenas uma palavra prosódica, o que faz com que a extensão silábica da formação seja, geralmente, aquela da raiz mais extensa fonologicamente. A partir disso, as estratégias utilizadas para a configuração silábica são: realização máxima da palavra-fonte mais curta e sobreposição em pontos de identidade fonológica.

A Enciclopédia interpreta a derivação na interface conceitual nos moldes dos compostos ditos endocêntricos, visto que os *blends* têm sua referência em suas partes: *escragiário* (*escravo* + *estagiário*), por exemplo, só comporta uma leitura composicional dada pela própria estrutura sintática, que seria a leitura de “um estagiário que é tratado como escravo em seu trabalho”. A referência do *blend* formado está nas suas partes e isso decorre da própria configuração sintática da estrutura, em que temos uma relação de adjunção entre as raízes categorizadas. Além disso, a Enciclopédia também interpreta a avaliação por parte do falante presente no morfema avaliativo. Dessa forma, não há necessidade de se recorrer ao acesso extra da Lista 3 a PF para a determinação da intenção do falante e para a caracterização do comportamento fonológico distinto de tais formações, como defendem alguns autores (cf. MINUSSI; NÓBREGA, 2014; NÓBREGA; MINUSSI, 2015), visto que a intenção do falante já está codificada desde o início da derivação.

A determinação da forma ótima para realização em *output* da estrutura sintática derivada e devidamente operada pelo componente morfológico é dada por meio da competição de IVs, sendo que o de melhor performance nas restrições mais altas na hierarquia é aquele que é escolhido para realizar fonologicamente o *blend* derivado. Em (7) trago os *tableaux* para dois *blends* e em (8) trago a interpretação semântico-enciclopédica dos exemplos.

(7) **Os *tableaux* para cada um dos *blends***

a. Carnatal (carnaval + natal)

INPUT: /CARNAVAL ₁ , NATAL ₂ /	PARSE 1HEAD	PARSE [Root] _σ	PARSE [Root] ₁₂	PARSE [Root] _{min}	REFLECT [+Root] ₁ [+Root] ₂
/CARNAVAL ₁ /NATAL ₂ /	*!				
☞/CARNA ₁ /NATAL ₂ ¹²					
/CAR ₁ /TAL ₂		*!			
/CAR ₁ /ATAL ₂			*!		
/NA ₂ /NAVAL ₁				t! a l	

b. Chafé (chá + café)

INPUT: /CAFÉ ₁ , CHÁ ₂ /	PARSE 1HEAD	PARSE [Root] _σ	PARSE [Root] ₁₂	PARSE [Root] _{min}	REFLECT [+Root] ₁ [+Root] ₂
/CAFÉ ₁ /CHÁ ₂ /	*!				
☞/CHÁ ₂ /AFÉ ₁ ¹³					
/CAF ₁ /Á ₂			*!		
/CHÁ ₂ /FÉ ₁			*!		
/CH ₂ /AFÉ ₁			*!		

(8) **Interpretação semântico-enciclopédica dos exemplos**

- a. CARNATAL: um festival de carnaval que ocorre na cidade de Natal
 b. CHAFÉ: um café fraco

12 Nesses casos em que há sobreposição fonológica, a porção sobreposta faz referência às duas raízes, uma vez que fica difícil determinar de qual das duas vem tal porção; lê-se graficamente: *carnatal* e não **carnanatal*.

13 Nesses casos em que há sobreposição fonológica, a porção sobreposta faz referência às duas raízes, uma vez que fica difícil determinar de qual das duas vem tal porção; não devemos ler como a repetição da porção: graficamente, temos *carnatal* e não **carnanatal*.

Uma hipótese que podemos levantar, por fim, é a de que o mecanismo de dois níveis apresentado aqui para a derivação do *blend* pode ser estendido de maneira a também prever a derivação de formas truncadas e hipocorísticos. No segundo caso, por exemplo, podemos pensar que a presença do [Eval] concatenado a um determinado antropônimo, tanto feminino quanto masculino, é responsável por dar conta da leitura afetiva presente nos apelidos, bem como por dar conta da redução fônica perceptível em tais formações. Caso encontremos evidências favoráveis para essa análise, estaríamos contribuindo para uma simplificação dos processos de formação de palavras, na medida em que seu funcionamento se assemelha pela presença de um morfema avaliativo que codifica a intenção do falante na própria estrutura sintática formada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta neste *squib* tentou explicitar de que maneira o *blending* pode ser considerado um processo morfofonológico. A partir da observação das informações fonológicas, morfosintáticas e semântico-enciclopédicas dos *blends*, pudemos notar como o modelo da Otimidade Distribuída consegue explicar de maneira elegante tal processo; grosso modo, esse modelo nos permite situar a formação do *blend* como uma instância de uma morfologia avaliativa determinada sintaticamente, sendo que o morfema avaliativo influencia a construção dos domínios prosódicos em PF e a interpretação semântico-enciclopédica da estrutura derivada pela Enciclopédia na interface conceitual.

Na derivação sintática, há duas raízes já categorizadas, sendo que tais raízes categorizadas se encontram em uma determinada relação sintática entre si, a qual pode ser de subordinação, de coordenação ou de atribuição. Há, ainda, a concatenação de um morfema avaliativo a essa estrutura formada, o qual garante a interpretação jocosa/humorística própria do processo em questão e garante o comportamento fonológico específico dos *blends*, principalmente no que diz respeito à pauta acentual da formação derivada.

No caminho para PF, a inserção de vocabulário se faz por meio da competição entre itens de vocabulário que são formas de *output* candidatas a realizar o *input* formado pela derivação sintática; os *outputs* possíveis são analisados de acordo com o seu desempenho em um *ranking* de restrições morfofonológicas, sendo que o vencedor é o candidato ótimo, isto é, aquele que apresenta uma melhor performance nas restrições sob análise, principalmente no que diz respeito àquelas mais altas na hierarquia.

A presença do morfema avaliativo na estrutura ocasiona a projeção de apenas uma palavra prosódica, a qual, por sua vez, sanciona a perda ou a sobreposição fonológica; dessa forma, a perda ou sobreposição fonológica é vista como um epifenômeno, isto é, uma consequência natural da pauta acentual determinada pela presença do morfema avaliativo no contexto sintático local. As restrições propostas dizem respeito à realização dos segmentos fonológicos dos membros do *blend*, bem como dizem respeito a questões de alinhamento e de prosódia, fazendo exigências acerca do número de palavras prosódicas que tal domínio pode projetar e o número de sílabas ideal, por exemplo. Na interface conceitual, a estrutura derivada é interpretada endocentricamente com a intenção específica do falante já codificada na presença do morfema avaliativo desde a derivação sintática.

REFERÊNCIAS

- ALDERETE, J. D. *Morphologically Governed Accent in Optimality Theory*. Tese (Doutorado em Filosofia). Massachusetts: University of Massachusetts, 1999.
- ALVES, I. M. *Neologismo*. São Paulo: Ática, 1990.
- ARAÚJO, G. Morfologia não-concatenativa em português: os *portmanteaux*. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 39, 2000, p. 5-21.
- BASILIO, M. *A Fusão Vocabular como Processo de Formação de Palavras*. Trabalho apresentado no 4. Congresso Internacional da ABRALIN, 2005.
- BAUER, L. *English word-formation*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- CHOMSKY, N. Minimalist Inquiries: The Framework. In: MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. (ed.). *Step by Step: Essays on Minimalist Syntax in Honor to Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, 2000, p. 89-155.
- CHOMSKY, N. Beyond Explanation Adequacy. In: BELLETTI, A. (ed.) *Structures and Beyond*. Oxford: Oxford University Press, 2004, p. 104-131.
- EMBICK, D. *The morpheme: a theoretical introduction*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2015.
- EMBICK, D.; NOYER, R. Movement operations after syntax. *Linguistic Inquiry*, v. 32, 2001, p. 555-595.
- GONÇALVES, C. A. V. *Blends* lexicais em português: não-concatenatividade e correspondência. *Veredas*, v.7, n.1, 2003, p. 149-167.
- GONÇALVES, C. A. V. Atuais tendências em formação de palavras no português brasileiro. *SIGNUM: Estudos da Linguagem*, Londrina, v. 15, n. 1, jun. 2012, p. 169-199.
- GRIES, S. T. Shouldn't it be *breakfunch*? A quantitative analysis of blend structure in English. *Linguistics*, 42-3, 2004, p. 639-667.
- HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. K. (org.). *The View from Building 20; Essays in Honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge, Mass: MIT Press, 1993. p. 111-176.
- HARLEY, H. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics*, Berlin, v. 40, n. 3-4, 2014, p. 255-276.
- McCARTHY, J. The core of optimality theory. In: McCARTHY, J. *A thematic guide to Optimality Theory*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2002. p. 3-47.
- MINUSSI, R. D.; NÓBREGA, V. A. A interface sintaxe-pragmática na formação de palavras: avaliando os pontos de acesso da Enciclopédia na arquitetura da gramática. *Veredas (UFJF)*, v.18, n. 1, 2014.

NÓBREGA, V. A. *Tópicos em composição: estrutura, formação e acento*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

NÓBREGA, V. A.; MINUSSI, R. D. O tratamento da morfologia não-concatenativa pela morfologia distribuída: o caso dos *blends* fonológicos. *Revista Letras*, Curitiba, n. 91, jan./jun. 2015, p. 158-177.

PIÑEROS, C.-E. Word-blending as a case of non-concatenative morphology in Spanish. *Rutgers Optimality Archive*, 2000.

RALLI, A.; XYDOPOULOS, G. J. Blend formation in Modern Greek. In: RENNER, V.; MANIEZ, F.; ARNAUD, P. (org.). *Cross-disciplinary perspectives on lexical blending*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2011.

SANDMANN, A. J. *Morfologia Lexical*. São Paulo: Contexto, 1990.

SANDALO, M. F. Morfologia. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (ed.). *Introdução à lingüística*. São Paulo: Cortez, 2001.

SCHER, A. P. Formas truncadas em português brasileiro e espanhol peninsular: descrição preliminar. *ReVEL*, ed. esp. n. 5, 2011, p. 61-79.

SCHER, A. P. Concatenative affixation in Brazilian Portuguese truncated forms. In: *Proceedings of the Glow in Asia IX 2012: the main session*. Tsu: Mie University, 2013, p. 261-270.

SCHER, A. P. *Por menos morfologia não concatenativa: uma análise localista para as formas nominais truncadas no português brasileiro*. Tese (livre docência). São Paulo, 2018.

TROMMER, Jochen. *Distributed Optimality*. Alemanha: Potsdam University Press, 2001.

VILLALVA, A. *Estruturas morfológicas: unidades e hierarquia do Português*. Lisboa: FCT, 2000.

Squib recebido em 6 de abril de 2020.

Squib aceito em 18 de maio de 2020.